FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

ANDRÉA MONICK FREITAS PÉREZ

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 05/04/2024.

ENSINO RELIGIOSO NA UMEF IRMÃ FELICIANA GARCIA, EM VILA VELHA (ES): DESAFIOS ENFRENTADOS POR ESTUDANTES

PPGPCR
Faculdade Unida de Vitória

VITÓRIA-ES

2024

ANDRÉA MONICK FREITAS PÉREZ

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 05/04/2024.

ENSINO RELIGIOSO NA UMEF IRMÃ FELICIANA GARCIA, EM VILA VELHA (ES): DESAFIOS ENFRENTADOS POR ESTUDANTES

PPGPCR
Faculdade Unida de Vitória

Trabalho de Conclusão de Curso na forma de Dissertação de Mestrado Profissional como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências das Religiões. Faculdade Unida de Vitória. Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões. Área de Concentração: Religião e Sociedade. Linha de Atuação: Ensino Religioso Escolar.

Orientador: Graham Gerald McGeoch

VITÓRIA-ES

2024

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 05/04/2024.

Pérez, Andréa Monick Freitas
Ensino religioso na UMEF Irmã Feliciana Garcia, em Vila Velha (ES) / Desafios enfrentados por estudantes / Andréa Monick Freitas Pérez. -- Vitória: UNIDA / Faculdade Unida de Vitória, 2024.
xi, 99 f. ; 31 cm.
Orientador: Graham Gerald McGeoch
Dissertação (mestrado) – UNIDA / Faculdade Unida de Vitória, 2024.
Referências bibliográficas: f. 91-99
1. Ciência da religião. 2. Ensino religioso escolar. 3. Ensino religioso. 4. Escola pública e desafios. 5. Religião e educação. 6. Diversidade religiosa. - Tese. I. Andréa Monick Freitas Pérez. II. Faculdade Unida de Vitória, 2024. III. Título.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 05/04/2024.

ANDREA MONICK FREITAS PEREZ

ENSINO RELIGIOSO NA UNIDADE MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL (UMEF) IRMÃ FELICIANA GARCIA DA REDE MUNICIPAL DE VILA VELHA (ES): DESAFIOS ENFRENTADOS POR ESTUDANTES

Trabalho de Conclusão de Curso na forma de Dissertação de Mestrado Profissional como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências das Religiões. Faculdade Unida de Vitória. Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões. Área de Concentração: Religião e Sociedade. Linha de Atuação: Ensino Religioso Escolar.

Data: 05 abr. 2024.

Graham Gerald McGeoch, Doutor em Teologia, UNIDA (presidente).

Nathalia Ferreira de Sousa Martins, Doutora em Ciência da Religião, UNIDA.

Lauana Ananias Flor, Doutora em Ciências da Religião.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pela minha existência e por me ajudar a conquistar mais um objetivo em minha carreira profissional; à minha mãe, pelo apoio diário e por acreditar em mim; a meus filhos, ainda tão pequenos, muitas vezes ficaram sem um afago por causa das leituras para a pesquisa; e aos/às professores/as da Faculdade Unida, que durante o curso incentivaram a todo momento para que eu ingressasse no Mestrado Profissional em Ciências das Religiões, agradeço por todo o carinho.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 05/04/2024.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha mãe, Delfina Maria Freitas, e aos meus filhos, Heitor Perez Passamani e Arthur Perez Passamani, que muito contribuíram para mais essa grande conquista em minha vida.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 05/04/2024.

PPGPCR
Faculdade Unida de Vitória

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 05/04/2024.

"*Educação não transforma o mundo.*
Educação muda as pessoas.
Pessoas transformam o mundo."

(Paulo Freire)

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 05/04/2024.

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo principal realizar uma análise aprofundada dos principais desafios e contradições enfrentados por estudantes na prática pedagógica cotidiana do Ensino Religioso em escola pública. Entre os objetivos específicos, buscou-se realizar estudo documental das bases legais, teóricas e curriculares que orientam o Ensino Religioso de acordo com os ideais de laicidade, pluralismo e embasamento científico. Em seguida, por meio de exercícios aplicados em sala de aula, analisados sob a ótica da etnografia, foram investigadas as percepções dos/as estudantes sobre problemas enfrentados na prática pedagógica do Ensino Religioso. Por fim, analisou-se se há distanciamento ou aproximação entre o Ensino Religioso praticado na escola pesquisada e os ideais previstos legal e teoricamente para esse componente curricular. A questão-problema que orienta esta pesquisa é: quais são os principais obstáculos e barreiras à efetivação na prática escolar de Ensino Religioso laico, científico e pluralista, conforme preconizado pelos ideais democráticos que inspiraram a Constituição Federal de 1988? Assim, busca identificar os fatores que têm dificultado a concretização desses ideais nas atividades diárias de ensino-aprendizagem desenvolvidas pelo Ensino Religioso em escola pública municipal de Vila Velha (ES). A hipótese defendida é que, apesar dos avanços obtidos nos planos legal e teórico após a promulgação da Constituição Cidadã de 1988, visando instituir as bases laicas, científicas e pluralistas desse Componente Curricular, na prática esse ideal ainda encontra grandes barreiras e desafios que precisam ser superados no cotidiano pedagógico em escola pública. Entre as principais conclusões apresentadas, destaca-se a importância de investir em medidas nas esferas pedagógica, formativa, dialógica e participativa para aprimorar o Ensino Religioso frente aos desafios identificados. Além disso, incentivar pesquisas pelos/as estudantes sobre história e diversidade religiosa, com apresentação dos resultados em sala de aula, pode aumentar seu protagonismo nos processos de ensino-aprendizagem.

Palavras-chave: Ensino Religioso. Escola pública. Desafios. Diversidade religiosa.

ABSTRACT

The present study aims to conduct a thorough analysis of the main challenges and contradictions faced by students in the daily pedagogical practice of Religious Education in public schools. Among the specific objectives, we sought to carry out a documentary study of the legal, theoretical, and curricular foundations that guide Religious Education according to the ideals of secularism, pluralism, and scientific grounding. Subsequently, through exercises applied in the classroom and analyzed from an ethnographic perspective, we investigated students' perceptions of problems encountered in the pedagogical practice of Religious Education. Finally, we analyzed whether there is distance or alignment between the Religious Education practiced in the researched school and the ideals prescribed legally and theoretically for this curricular component. The research question guiding this study is: what are the main obstacles and barriers to the implementation of secular, scientific, and pluralistic Religious Education in school practice, as advocated by the democratic ideals that inspired the 1988 Federal Constitution? Thus, it seeks to identify the factors that have hindered the realization of these ideals in the daily teaching and learning activities developed by Religious Education in a municipal public school in Vila Velha (ES). The hypothesis defended is that, despite the advances made in the legal and theoretical realms after the promulgation of the 1988 Citizen Constitution, aiming to establish the secular, scientific, and pluralistic bases of this Curricular Component, in practice, this ideal still faces significant barriers and challenges that need to be overcome in the pedagogical daily routine of public schools. Among the main conclusions presented, the importance of investing in measures in the pedagogical, formative, dialogical, and participatory spheres to improve Religious Education in the face of identified challenges is highlighted. Additionally, encouraging research by students on the history and religious diversity, with the presentation of results in the classroom, can increase their protagonism in the teaching-learning processes.

Keywords: Religious Education. Public School. Challenges. Religious Diversity.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 05/04/2024.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 — Intolerância religiosa cresce no Brasil e preocupa 79
Figura 2 — Juiz manda bloquear grupos de Facebook por intolerância religiosa 79
Figura 3 — Intolerância religiosa cresce no Rio com casos que remetem à Idade Média 80

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 05/04/2024.

PPGPCR
Faculdade Unida de Vitória

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS 09
INTRODUÇÃO 10
1 ENSINO RELIGIOSO COMO INSTRUMENTO DE LIBERDADE 16
1.1 A construção da laicidade 16
1.2 A adoção de um arcabouço científico 24
1.3 A busca da pluralidade e da diversidade 30
2 PROBLEMAS COMUNS À PRÁTICA PEDAGÓGICA DO ENSINO RELIGIOSO 39
2.1 Formação docente 39
2.2 Postura ideal dos/as docentes de Ensino Religioso 51
2.3 Conflitos com a comunidade escolar 59
3 ANÁLISE DA PESQUISA DE CAMPO NA UMEF IRMÃ FELICIANA GARCIA 64
3.1 Diretrizes metodológicas básicas da pesquisa de campo 64
3.2 Pesquisa de campo realizada na UMEF Irmã Feliciana Garcia 67
3.2.1 Percepção dos/as estudantes sobre o Ensino Religioso 68
3.2.2 Percepção dos/as estudantes sobre a construção de uma escola plural 72
3.2.3 Percepção dos/as estudantes sobre preconceito e intolerância religiosa 78
3.3 Análise geral dos resultados da pesquisa de campo 84
CONCLUSÃO 89
REFERÊNCIAS 93
ANEXO A — AUTORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DE PESQUISA DE CAMPO EM ESCOLA DA REDE MUNICIPAL DE VILA VELHA (ES) 100
ANEXO B — OFÍCIO DE AUTORIAZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DE PESQUISA DE CAMPO — FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA 101

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 05/04/2024.

LISTA DE SIGLAS

AEE — Atendimento Educacional Especializado.

BNCC — Base Nacional Comum Curricular.

DUDH — Declaração Universal dos Direitos Humanos.

FONAPER — Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso.

IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

LDBEN — Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

LIBRAS — Língua Brasileira de Sinais.

MEC — Ministério da Educação e Cultura.

ONU — Organização das Nações Unidas.

SEMED — Secretaria Municipal de Educação.

STF — Supremo Tribunal Federal.

TDIC — Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação.

UMEF — Unidade Municipal de Ensino Fundamental.

UNESCO — Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 05/04/2024.

PPGPCR
Faculdade Unida de Vitória

INTRODUÇÃO

Nas escolas públicas brasileiras o Ensino Religioso tem sido historicamente permeado por controvérsias e debates acerca de sua fundamentação epistemológica, abordagens pedagógicas, formação docente, entre outras questões. Assim, esse estudo delineia proposta para investigar os desafios enfrentados por estudantes com o Ensino Religioso na rede municipal de Vila Velha (ES). O Ensino Religioso tem história completa no Brasil, marcada por embates entre igreja, estado e sociedade civil. Há raízes históricas profundas que ainda geram reflexos na forma como esse Componente Curricular é ministrado atualmente. A presença do Ensino Religioso nos currículos escolares sempre foi motivo de embates entre Estado, Igreja e sociedade civil. Após a promulgação da Constituição Federal de 1988, buscou-se reformular esse Componente Curricular com bases mais laicas, científicas e pluralistas. No entanto, a literatura indica que ainda existem grandes distâncias entre o previsto em lei e o Ensino Religioso praticado nas escolas.

O problema da pesquisa está relacionado aos desafios e contradições históricas e contemporâneas que ainda impedem o Ensino Religioso de se afirmar plenamente como Componente Curricular laico, com arcabouço científico e que respeite a diversidade religiosa e cultural do Brasil. A pesquisa buscou analisar essas contradições e desafios enfrentados por estudantes na prática pedagógica cotidiana do Ensino Religioso em escola pública. Diante disso, a questão-problema que a pesquisa busca responder ao final do trabalho é: como podem ser superados os principais desafios e obstáculos enfrentados por estudantes na efetivação de um Ensino Religioso laico, científico e pluralista na prática pedagógica cotidiana em escola pública do município de Vila Velha (ES)?

Essa questão-problema sintetiza o objetivo central da pesquisa, que é investigar os entraves que ainda persistem para a consolidação de um Ensino Religioso alinhado aos ideais previstos na Constituição Federal e na BNCC. Assim, busca-se analisar os principais desafios e contradições enfrentados por estudantes na prática pedagógica cotidiana do Ensino Religioso em escolas públicas brasileiras. Com isso, pretende-se identificar e analisar os obstáculos que ainda persistem na realidade concreta das escolas públicas brasileiras e que impedem o Ensino Religioso de alcançar na prática os ideais de laicidade, embasamento científico e pluralismo que são previstos legal e teoricamente para tal Componente Curricular. Ao final, a pesquisa apresentará visão geral desses entraves, com base na investigação junto a estudantes de escolas públicas, oferecendo também série de medidas visando a diminuição ou mesmo a minimização

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 05/04/2024.

dos desafios identificados, de forma a facilitar a prática pedagógica cotidiana do Ensino Religioso.

Quanto aos objetivos específicos, pretendeu-se: a) compreender a evolução do Ensino Religioso desde a Constituição de 1988 até os dias atuais, explorando sua transição do viés confessional para a laicidade, a incorporação de saberes científicos e a promoção da pluralidade para mitigar conflitos religiosos e culturais no Brasil; b) identificar e analisar os principais desafios enfrentados pelos/as professores/as de Ensino Religioso no Brasil, abordando questões como formação docente, postura confessional e conflitos com a comunidade escolar; c) explorar a aplicação prática de técnicas de pesquisa no campo do Ensino Religioso, fornecendo diretrizes metodológicas para identificar desafios enfrentados por estudantes em escolas municipais de Vila Velha (ES), por meio de pesquisas de campo e estudos etnográficos, culminando em sugestões para compreender os entraves da prática pedagógica. Isso permitiu estudar o Ensino Religioso em diferentes dimensões (legal, teórica e prática) e ouvindo diferentes atores educacionais, de modo a identificar os principais obstáculos que ainda persistem para que esse Componente Curricular alcance seus objetivos laicos e pluralistas previstos na legislação. Ao final, a pesquisa fornecerá uma visão geral desses obstáculos, com base na investigação in loco, oferecerá também conjunto de medidas destinadas a reduzir ou minimizar os desafios identificados, para facilitar a prática pedagógica do Ensino Religioso.

O produto a ser apresentado ao final deste estudo é um conjunto de sugestões visando minimizar os desafios enfrentados por estudantes na efetivação de um Ensino Religioso condizente com os ideais estabelecidos pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Ao final, com base na análise dos dados coletados por meio de exercícios pedagógicos em escola pública municipal, o trabalho apresentará um conjunto de sugestões práticas destinadas a reduzir ou minimizar os obstáculos identificados. Ou seja, será proposta série de medidas viáveis para facilitar a prática pedagógica cotidiana do Ensino Religioso, aproximando-o dos princípios de laicidade, pluralismo e embasamento científico estabelecidos pela BNCC para esse Componente Curricular. Espera-se, assim, contribuir para o aprimoramento desse campo de ensino nas escolas públicas, subsidiando melhorias em aspectos abordagens didático-pedagógicas, recursos didáticos, avaliação etc.

Para o presente estudo, a hipótese defendida é a de que: apesar dos avanços legais e teóricos ocorridos após a Constituição Federal de 1988, que buscaram estabelecer o Ensino Religioso com bases laicas, científicas e pluralistas, esse Componente Curricular ainda enfrenta grandes desafios e contradições na prática pedagógica cotidiana das escolas públicas brasileiras, que dificultam a concretização dos ideais previstos para esse Componente Curricular. Essa

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 05/04/2024.

PPGPCR Faculdade Unida de Vitória

hipótese parte do pressuposto, apoiado na literatura estudada, de que ainda há distâncias e contradições importantes entre os princípios que passaram a orientar o Ensino Religioso após 1988 e o que é efetivamente praticado nas salas de aula das escolas públicas do país. Ou seja, na realidade concreta das escolas, o Ensino Religioso encontra entraves de ordem prática, cultural e pedagógica que impedem esse Componente Curricular de assumir plenamente um caráter laico, científico e pluralista. A pesquisa se propôs a investigar e analisar quais são esses obstáculos. A hipótese aponta para uma defasagem entre as bases legais e teóricas que buscam modernizar o Ensino Religioso e a realidade marcada por contradições e desafios na prática pedagógica desse Componente Curricular nas escolas públicas.

A pesquisa se justifica pela relevância de investigar os desafios e contradições que persistem na prática pedagógica cotidiana do Ensino Religioso nas escolas públicas brasileiras, apesar das mudanças legais e teóricas ocorridas nas últimas décadas para modernizar esse Componente Curricular. Ao investigar os principais desafios e problemas enfrentados por estudantes na realidade concreta das escolas, a pesquisa pode trazer contribuições relevantes, ao apontar os obstáculos que impedem a efetiva consolidação do Ensino Religioso laico, científico e plural. Os resultados podem apoiar futuras práticas pedagógicas que busquem diminuir essas distâncias entre o previsto em lei e o Componente Curricular Ensino Religioso realmente praticado cotidianamente nas escolas públicas. Dessa forma, a pesquisa se alinha ao campo de estudos sobre Ensino Religioso e apresenta potencial para gerar reflexões que subsidiem avanços nessa área.

Diante da complexidade e das controvérsias que envolvem o Ensino Religioso nas escolas públicas, esta autora, como professora em instituição municipal, sente-se compelida a realizar esta pesquisa, acreditando que, do ponto de vista pessoal, este estudo se justifica pela necessidade de compreender os desafios enfrentados por estudantes na prática pedagógica do Ensino Religioso, visando contribuir para a melhoria desse Componente Curricular e para uma educação mais inclusiva e democrática, fornecendo *insights* valiosos que possam informar práticas pedagógicas mais alinhadas aos princípios de laicidade, pluralismo e embasamento científico, fundamentais para o contexto educacional atual.

Em relação à estrutura do trabalho tem-se que, no capítulo inicial realizou-se pesquisa bibliográfica e documental com o objetivo de compreender a trajetória do Ensino Religioso nas escolas desde a promulgação da Constituição Federal de 1988 até os dias atuais. Foram abordados inicialmente os problemas enfrentados por esse Componente Curricular para se livrar do viés confessional e adotar o princípio da laicidade como um de seus pilares fundamentais. Em seguida, discutiu-se a busca por base científica no âmbito das Ciências das Religiões,

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 05/04/2024.

essencial para que o Ensino Religioso não mais se constituísse em instrumento de proselitismo religioso. Por fim, analisou-se o esforço pela afirmação dos princípios da pluralidade e diversidade, para capacitar o Ensino Religioso a oferecer conhecimentos que contribuam para a diminuição dos conflitos de natureza cultural e religiosa na sociedade brasileira.

O segundo capítulo, também fundamentado em pesquisa bibliográfica, enfatiza os problemas mais comuns enfrentados na prática pedagógica do Ensino Religioso nas escolas públicas. Inicialmente, discute-se a formação docente para esse Componente Curricular, destacando desafios e lacunas. Em seguida, aborda-se a persistência de posturas confessionais, o que fere o princípio da laicidade. Por fim, foram abordados os conflitos frequentes entre o Ensino Religioso e a comunidade escolar, considerando distintas perspectivas e agentes envolvidos, visando trazer à luz as principais tensões, polêmicas e controvérsias que perpassam o cotidiano da prática pedagógica do Ensino Religioso nas escolas públicas.

No terceiro e último capítulo, de caráter estritamente prático, passa-se a apresentar e apreciação dos dados decorrentes da pesquisa de campo, de caráter prático, desenvolvida junto aos/às docentes de escola municipal de Vila Velha (ES), para identificar problemas na prática pedagógica cotidiana do Ensino Religioso, que ainda impedem que tal Componente Curricular alcance em sua plenitude, conforme estabelecido pela Constituição Federal, pela LDBEN e pela BNCC. O *locus* da pesquisa é Unidade Municipal de Ensino Fundamental UMEF Irmã Feliciana Garcia. O público-alvo foram os/as 125 estudantes constantes das duas turmas de 9º ano, os quais representam 66% (sessenta e seis por cento) do total de matriculados.

Pensando em uma melhor adaptação quanto aos objetivos indicados, foi adotado estudo descritivo e exploratório, com abordagem qualitativa baseada na etnografia, devido à necessidade de analisar e compreender de forma detalhada as concepções, percepções e práticas culturais dos/as docentes de Ensino Religioso da escola pesquisada. A etnografia, como método qualitativo, permite uma análise aprofundada dos fenômenos sociais e culturais dentro de um determinado grupo ou comunidade, o que se mostra apropriado para entender as perspectivas e experiências dos/as docentes quanto ao ensino do Componente Curricular Ensino Religioso no contexto escolar específico. Sobre a pesquisa qualitativa cabe esclarecer que, de acordo com Robert Yin:

> Abrange condições contextuais — as condições sociais, institucionais e ambientais em que as vidas das pessoas se desenrolam. Em muitos aspectos, essas condições contextuais podem influenciar muito todos os eventos humanos. Entretanto, os outros

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 05/04/2024.

> métodos de Ciências Sociais (exceto a história) têm dificuldade para abordar essas condições.[1]

Por sua vez, a etnografia possibilita descrever em profundidade as características culturais, práticas e perspectivas das pessoas pertencentes a um determinado grupo ou comunidade. De acordo com Amurabi Oliveira, por meio da imersão prolongada no contexto estudado, o pesquisador etnográfico pode vivenciar e observar de perto os costumes, valores e visões de mundo compartilhadas pelos participantes. Dessa forma, são acrescentadas experiências e compreensões sobre os significados que orientam as ações e interações dentro daquele universo social específico. Na presente pesquisa etnográfica, busca-se entender o contexto cultural da escola, destacando todos os aspectos relevantes que permeiam o ensino de Ensino Religioso, a fim de elucidar as concepções e práticas pedagógicas dos/as docentes desse Componente Curricular. Por meio da observação participante e de entrevistas abertas, a pesquisa irá descrever em profundidade suas perspectivas, seus modos de ensinar e os sentidos que atribuem à experiência docente nesse componente curricular.[2] Nessa perspectiva, é relevante destacar todo o contexto e aspectos da Unidade de Ensino em questão.

A pesquisa etnográfica do presente trabalho foi realizada por meio de imersão prolongada em escola pública municipal de Ensino Fundamental de Vila Velha (ES). Foram utilizadas técnicas típicas da etnografia, como observação participante, entrevistas abertas e análise de documentos. A observação participante envolveu a presença contínua da pesquisadora nas salas de aula, buscando compreender as práticas, interações e perspectivas dos/as docentes de Ensino Religioso. As entrevistas em profundidade visaram elucidar suas concepções, valores e visões de mundo sobre o componente curricular que lecionam. A análise documental forneceu informações contextuais relevantes. A imersão etnográfica possibilitou descrição densa e interpretação culturalmente situada das concepções e práticas pedagógicas dos docentes quanto ao ensino de Ensino Religioso naquela realidade escolar específica.

A etnografia possibilitou ainda investigar em profundidade como o Ensino Religioso é efetivado no contexto específico da escola pública pesquisada. Por meio da imersão prolongada nesse ambiente foram realizadas observações participantes das aulas de Ensino Religioso, buscando compreender as práticas pedagógicas, interações e perspectivas dos/as docentes. Também foram feitas entrevistas abertas, visando elucidar suas concepções sobre temas centrais desse componente curricular, como pluralidade religiosa, diversidade, direitos humanos e ética.

[1] YIN, Robert. *Pesquisa qualitativa do começo ao fim*. Porto Alegre: Penso, 2016. p. 386.
[2] OLIVEIRA, Amurabi. Etnografia e pesquisa educacional a partir da Antropologia interpretativa. *Revista Eletrônica de Educação*, São Carlos, v. 14, n. 1, p. 1-12, 2020. p. 5. [*Online*].

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 05/04/2024.

A análise das falas e práticas dos docentes dentro do próprio contexto escolar permitiu descrever densamente os valores, desafios e tensões subjacentes ao ensino de Ensino Religioso naquele universo social. Dessa forma, a abordagem etnográfica possibilitou uma investigação culturalmente situada, contribuindo para o aprofundamento acadêmico sobre essa temática educacional.

A adoção da etnografia como procedimento metodológico para a pesquisa de campo revela-se de grande importância e pertinência para a investigação proposta. A etnografia possibilita uma análise situada, empírica e em profundidade da cultura, práticas e perspectivas dentro de um determinado grupo ou comunidade. Ao se inserir no contexto específico de escolas públicas e observar de perto o ensino do componente curricular de Ensino Religioso, esta pesquisa pode revelar os significados, processos e relações que perpassam esse componente na prática. A abordagem etnográfica viabiliza não apenas descrever, mas analisar criticamente as particularidades, tensões e controvérsias presentes no Ensino Religioso, em diálogo com o contexto social mais amplo. Tal método qualitativo se mostra adequado aos propósitos da investigação, pois busca ir além da mera enumeração de problemas e desafios, gerando compreensão profunda das lógicas e dinâmicas culturais que envolvem o Ensino Religioso no ambiente escolar. Portanto, a opção pela etnografia potencializa as contribuições da pesquisa para o avanço do conhecimento científico nessa área educacional.

Diante desse panorama, o presente trabalho se propôs a investigar em profundidade os desafios, tensões e controvérsias que perpassam o Ensino Religioso em escolas públicas de um determinado município. Assim, buscou-se compreender as dinâmicas e lógicas que envolvem a prática pedagógica desse Componente Curricular, considerando diferentes perspectivas, desde legislação e políticas públicas até a experiência concreta de docentes, estudantes e comunidade escolar. Espera-se que esta pesquisa possa contribuir para o debate acadêmico sobre o Ensino Religioso no Brasil, trazendo evidências e análises críticas sobre como esse Componente Curricular tem sido efetivado na prática. Os resultados podem subsidiar eventuais aprimoramentos em sua fundamentação, abordagens pedagógicas e formação docente, de modo a torná-lo mais condizente com os princípios democráticos e laicos da educação pública brasileira contemporânea.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 05/04/2024.

PPGPCR Faculdade Unida de Vitória

1 ENSINO RELIGIOSO COMO INSTRUMENTO DE LIBERDADE

Neste primeiro capítulo, desenvolvido com fulcro em pesquisa de caráter bibliográfico e documental, por meio do qual busca-se compreender o caminho percorrido pelo Ensino Religioso, desde a Carta Magna de 1988 até os dias atuais. Para tanto, primeiro aborda-se problemas enfrentados por tal Componente Curricular para livrar-se do viés confessional, adotando o princípio da laicidade como um de seus pilares. Em segundo, mas igualmente importante, traz-se à luz do debate acadêmico, a busca por um arcabouço que permitisse ao Ensino Religioso ofertar saberes de cunho científico — essencial para que esse Componente Curricular não mais fosse instrumento de proselitismo. Por último, discorre-se acerca da busca pela pluralidade e pela diversidade, no intuito de fazer com que o Ensino Religioso pudesse ofertar conhecimento capaz de minimizar os conflitos de ordem cultural e religiosa no Brasil.

1.1 A construção da laicidade

De acordo com Cristina Lourenço e Maurício Guedes, o direito à educação tem sido uma falácia institucional desde a primeira vez em que foi escrito no texto constitucional brasileiro de 1934. Desde então, pronunciado como de âmbito prestacional do Estado — em solidariedade com a família e a sociedade em geral —, a educação tem sido objeto de projetos legislativos com ideário revolucionário, bem como de mero controle militar repressivo, com o processo de sucateamento do ensino público e dos marcos de lei e ordem — doutrinação oposta ao ensino de caráter emancipatório e plural.[3]

Seguindo a mesma linha geral da educação, desde sempre o Ensino Religioso tem se revelado tema polêmico na educação brasileira. Ainda durante o período de colonização, na forma de educação religiosa, carecia de definição epistemológica e pedagógica, sendo considerado instrumento de doutrinação, de homogeneização e de dominação da sociedade. Sua oferta e modelo oscilaram historicamente, atendendo aos interesses dominantes. Contudo, Para Taciana Brasil é inegável que a religião e a educação quase sempre caminharam juntas, influenciando a construção da cultura brasileira. Apesar das muitas tensões que sofreram ao longo da história, religião e educação seguiram em processo mútuo de aprendizagem. No Brasil,

[3] LOURENÇO, Cristina Sílvia Alves; GUEDES, Maurício Sullivan Balhe. O STF e o Ensino Religioso em escolas públicas: pluralismo educacional, laicidade estatal e autonomia individual. *Revista de Investigações Constitucionais*, Curitiba, v. 4, n. 3, p. 145-165, 2017. p. 148.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 05/04/2024.

para se estabelecer como Componente Curricular, o Ensino Religioso sofreu críticas constantes, visto que o campo científico lhe impôs inúmeras exigências.[4]

Segundo o entendimento de Ana Maia, Amanda Sousa e Valéria Trajano, por diversas vezes, tal processo foi marcado por intervenções políticas com as mais variadas intenções, pois os grupos que estavam no poder se apropriavam do fazer educativo, assim como do fazer religioso, para conduzir seus interesses.[5] Porém, para os objetivos da presente dissertação de Mestrado, não cabe aqui remontar a história da educação ou do Ensino Religioso, bastando enfatizar o que tem ocorrido após a década de 80 do século passado, quando esse Componente Curricular passou — de fato e de direito — a buscar viés não confessional.[6] Como bem define Rafael Carneiro:

> O conhecimento religioso, objeto da área de Ensino Religioso, é produzido no campo das várias áreas do conhecimento científico das Ciências Humanas e Sociais, especialmente das Ciências das Religiões, que investigam a manifestação dos fenômenos religiosos nas mais variadas culturas, enquanto um dos bens simbólicos derivados da busca humana por respostas aos enigmas do mundo. De forma ímpar e complexa, tais fenômenos fundamentam os significados de vida e as ideias de divindade, ao redor das quais se organizaram cosmovisões, linguagens, saberes, crenças, mitologias, narrativas, textos, símbolos, ritos, doutrinas, tradições, movimentos, práticas e princípios éticos e morais.[7]

Ainda de acordo com as observações de Carneiro, no Ensino Fundamental, o Componente Curricular Ensino Religioso adota a pesquisa e o diálogo como princípios basilares e articuladores dos processos de observação, identificação, análise, apropriação e ressignificação de saberes, visando o desenvolvimento de competências específicas. Dessa

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 05/04/2024.

PPGFCR Faculdade Unida de Vitória

[4] BRASIL, Taciana. Ensino Religioso no Brasil: da confessionalidade à laicidade? *Revista Ensaio — Avaliação de Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 119, p. 1-23, 2023. p. 1.

[5] MAIA, Ana Cláudia Fróes; SOUSA, Amanda Castelão; TRAJANO, Valéria da Silva. Cenário do Ensino Religioso na educação básica brasileira: uma revisão integrativa. Revista *Educação Popular*, Uberlândia, v. 21, n. 2, p. 219-238, 2022. p. 221.

[6] Ao longo dos anos, diversos/as pesquisadores/as têm se dedicado a investigar o Componente Curricular Ensino Religioso no contexto educacional brasileiro, buscando compreender seus fundamentos, objetivos e desafios à luz tanto do conhecimento específico das Ciências das Religiões quanto das políticas educacionais. Entre esses/as destacados/as pensadores/as, imprescindíveis referências para todos/as que se debruçam sobre a área, pode-se citar Luiz Antônio Cunha, autor de obras seminais que avaliam o Ensino Religioso na escola pública e a educação brasileira na História e Historiografia; Sérgio Rogério Azevedo Junqueira, cujo trabalho remonta um manual de Ciências da Religião; Edile Maria Fracaro Rodrigues, que aborda o Ensino Religioso e suas perspectivas pedagógicas, apontando caminhos para a formação do professor de Ensino Religioso; João Décio Passos, que estrutura uma epistemologia do Ensino Religioso; bem como Elisa Rodrigues que, em sua produção acadêmica, enfatiza a laicização na educação brasileira. É a partir desse conjunto de reflexões plurais e complementares que o Ensino Religioso vem conquistando, a cada dia, maior densidade epistemológica e compromisso com a construção de uma sociedade democrática e inclusiva.

[7] CARNEIRO, Rafael Jacson da Silva. Pressupostos do Ensino Religioso na escola. In: MEDEIROS, Janiara de Lima (org.). *Ensino e Educação*: contextos e vivências. Campina Grande: Licuri, 2023. p. 237.

forma, problematiza as representações sociais preconceituosas sobre o/a outro/a, com o objetivo de promover a tolerância, a não discriminação e a inclusão.[8]

De acordo com a Constituição Federal brasileira, promulgada em 1988, ficou definido que, nos conteúdos mínimos para o Ensino Fundamental, deveria ser assegurada a formação básica comum e o respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais. Por conseguinte, com fundamento nas explicações tecidas por Walter Salles e Maria Augusta Gentilini, o Ensino Religioso integraria os conteúdos curriculares das escolas públicas brasileiras — ainda que sendo de matrícula facultativa. Por sua vez, em 1996 a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), por meio de seu Artigo 33, reafirmou que o Ensino Religioso seria ofertado conforme as preferências manifestadas pelos/as estudantes ou seus/suas pais/mães e responsáveis, em caráter confessional ou interconfessional.[9] Contudo, tal afirmação não permaneceu inalterada, pois no ano seguinte houve modificação significativa.

No Brasil, tentando acompanhar as orientações legais e os princípios constitucionais, a maioria das instituições escolares — tanto as públicas quanto as do setor privado — optou por oferecer o Componente Curricular Ensino Religioso em caráter facultativo. Contudo, a literatura especializada mostra que as instituições educacionais não seguiram rigorosamente as diretrizes que — na definição dos conteúdos desse Componente Curricular — para a habilitação e admissão dos/as docentes ou orientadores/as credenciados/as, fossem consultadas previamente as entidades civis compostas pelas diversas denominações religiosas, o que serviria como balizador de suas atividades.[10]

Nesse sentido, o primeiro desafio do Ensino Religioso nas escolas públicas brasileiras esteve relacionado à sua estruturação como Componente Curricular, aceitando que a sociedade se constitui secularizada. Essa questão está vinculada a situações cotidianas, tais como violência, discriminação racial, entre outras — igualmente complexas e importantes. Mesmo porque, em uma escola, os/as estudantes têm diferentes orientações culturais e religiosas, compartilhando o mesmo espaço. São estudantes que, submetidos às condições do meio escolar, sofrem inúmeras formas de preconceitos relacionadas às suas crenças, bem como às suas origens étnicas, por parte dos grupos majoritários — e, às vezes, até mesmo por parte dos/as docentes.[11]

[8] CARNEIRO, 2023, p. 238.
[9] SALLES, Walter; GENTILINI, Maria Augusta. Desafios do Ensino Religioso em um mundo secular. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 48, n. 169, p. 856-875, 2018. p. 858.
[10] SALLES; GENTILINI, 2018, p. 859.
[11] SALLES; GENTILINI, 2018, p. 860.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 05/04/2024.

No entendimento de Clera Cunha e Cláudia Barbosa, no Brasil, durante muito tempo o aprendizado na área de Ensino Religioso constituiu-se processo enraizado nas tradições do cristianismo e nos ensinamentos da Igreja Católica romana. No entanto, após a promulgação da Constituição Federal de 1988, a mudança de paradigma que — ao menos como objetivo — resultou em um Ensino Religioso de caráter não confessional, passou a requerer metodologia inovadora e interdisciplinar em sala de aula. Para tanto, torna-se necessário que o/a docente entenda a realidade educacional, traçando com os/as estudantes o perfil histórico do conteúdo a ser trabalhado, conhecendo as origens, as controvérsias e os avanços históricos no desenvolvimento do Ensino Religioso. Isso requer também compreender os fatos históricos desde a colonização do país, levando em consideração as relações entre as pessoas, classes e, ainda, entre docentes e estudantes.[12]

O Ensino Religioso se articula com base na leitura e decodificação do fenômeno religioso, fundamentado na sustentação de sua estrutura cognitiva e educativa, com vistas a contemplar a pluralidade que engloba o contexto dessa temática e a complexidade das duas áreas que esse Componente Curricular incorpora: a educação e a religião.[13] Porém, em termos gerais — muito além das salas de aula —, a redemocratização das instituições políticas brasileira, seguida da reorientação progressista da cúpula católica abriram espaço para o avanço da concorrência religiosa que, a partir da década de 1980, passou a exercer maior pressão, levando a Igreja Católica romana no Brasil a investir mais, visando enfrentar a supremacia pentecostal nesse meio de comunicação, e incentivar a participação de leigos na política partidária.[14]

Seguindo essa linha de pensamento é que, em 1996, surgiram mudanças na redação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Em 1997 houve alteração no artigo 33, ficando garantido um Ensino Religioso não proselitista, voltado à promoção da diversidade brasileira. Mesmo com tal legislação, parte significativa da literatura especializada ainda entende que o Ensino Religioso é inconstitucional, ferindo a laicidade do Estado.[15] Entretanto, Walter e Gentilini compreendem que, dentro dos muros das escolas, não cabe ao Ensino

[12] CUNHA, Clera Barbosa; BARBOSA, Cláudia. O Ensino Religioso na escola pública e suas implicações em desenvolver o senso de respeito e tolerância dos alunos em relação aos outros e a si próprios. *Revista Sacrilegens*, Juiz de Fora, v. 8, n. 1, p. 164-181, 2011. p. 176.
[13] RODRIGUES, Edile Maria Fracaro; PEROBELLI, Rachel de Morais Borges; JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. O caráter pedagógico e epistemológico do Ensino Religioso. *Revista Religare*, João Pessoa, v. 8, n. 2, p. 181-192, 2011. p. 182.
[14] MARIANO, Ricardo. Laicidade à brasileira: católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. *Revista Civitas*, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 238-258, 2011. p. 249.
[15] SOUSA MARTINS, Nathália Ferreira de. A diversidade religiosa e a laicidade no Brasil: questões sobre o Ensino Religioso Escolar. *Revista Sacrilegens*, Juiz de Fora, v. 14, n. 1, p. 110-124, 2017. p. 120.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 05/04/2024.

Religioso estabelecer padrões comportamentais para a sociedade, também não cabendo orientar suas escolhas. Mas cabe, no entanto, fornecer aos/às estudantes a possibilidade de discuti-los, conforme suas crenças e valores, em ambiente de esclarecimento com base em argumentos científicos, desprovidos de qualquer espécie de doutrinação religiosa.[16]

A escola pública possui duas importantes funções, quais sejam: informar e ensinar a discutir. Em relação à primeira, não é normal que os/as estudantes não tenham acesso ao próprio passado, ao próprio patrimônio cultural. A segunda, vincula-se à perspectiva da laicidade da sociedade civil, envolvendo discussão no espaço público. Nesse sentido, Nathália Sousa Martins acredita que a escola deve iniciar os/as estudantes na questão pluralista das sociedades contemporâneas, ouvindo argumentações contrárias conduzidas por pessoas competentes. A religião faz parte do substrato cultural do país. Então, cabe ao Componente Curricular Ensino Religioso oferecer aos/às estudantes subsídios para o enfrentamento e defesa dessas questões no espaço público — que é mesmo o local de discussões e argumentações. Somente assim, a escola se tornará o local de aprendizado e prática dos movimentos que ocorrem na esfera pública, sendo o Componente Curricular Ensino Religioso o campo de saber que subsidiaria discussões acerca de religião.[17]

Pelo entendimento expresso por Alessandro Saraiva e Isabel Farias, tem-se que a importância atribuída ao Ensino Religioso, como Componente Curricular, na formação dos/as estudantes vincula-se ao despertar de valores éticos e espirituais na convivência humana, elementos considerados fundamentais ao desenvolvimento da sociabilidade, do cuidar de si, do/a outro/a e da vida.[18] Tais questões, porém, precisam ser trabalhadas tendo como fundamento o conhecimento do religioso e das filosofias de vida, em suas mais diversas manifestações, experiências e saberes nos diferentes tempos e espaços para compreendê-las, respeitá-las e valorizá-las.[19]

Ainda assim, segundo afirmam Andressa Silva e Paulo Baptista, atualmente, apesar dos grandes desafios colocados para o Ensino Religioso, esse Componente Curricular expressa a renovação epistemológica e metodológica que tem ocorrido em sua história — principalmente nas últimas décadas. Isso revela uma concepção de educação pautada na inclusão, na diversidade e na alteridade, como vem sendo proposto a partir da década de 1990. Mesmo frente ao contraponto ainda existente, percebe-se que o que prevalece é o conteúdo que reitera o papel

[16] SALLES; GENTILINI, 2018, p. 861.
[17] MARTINS, 2017, p. 121.
[18] SARAIVA, Alessandro Macêdo; FARIAS, Isabel Maria Sabino de. Professores de Ensino Religioso: estudo exploratório sobre sua atuação profissional. *Ensino Em Re-Vista*, Uberlândia, v. 28, p. 1-24, 2021. p. 16.
[19] BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base. Brasília. MEC, 2019. p. 487. [*Online*].

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 05/04/2024.

do Ensino Religioso enquanto Componente Curricular de caráter não-confessional — respeitando tanto o princípio da liberdade religiosa, quando o da laicidade do Estado brasileiro.[20]

Para Alberto do Amaral Júnior, há o risco de o Ensino Religioso ser homogêneo, homogeneizante, não levando em consideração as diferenças religiosas e, dessa forma, violar os direitos humanos. Frente a esse perigo, entende-se que o Ensino Religioso possui estreita relação com os direitos humanos e a preservação da liberdade em um mundo essencialmente plural. Diante de tal impasse, o Ensino Religioso não confessional — nos padrões pretendidos a partir da Constituição Federal de 1988 — torna-se ideal ao negar-se a passar ensinamentos que não respeitem as diferenças culturais e religiosas, preservando a liberdade de escolha dos/as estudantes.[21] Dessa forma, o Ensino Religioso foi reinterpretado a partir de seu potencial educativo, integrando-se à formação básica dos/as cidadãos/ãs. Para garantir essa nova configuração, os órgãos reguladores das práticas educacionais brasileiras, concederam a esse Componente Curricular uma reformulação, de acordo com os interesses de uma sociedade democrática, priorizando a diversidade religiosa e cultural, bem como rejeitando o ensino de viés confessional.[22]

Portanto, um dos principais desafios do Ensino Religioso é fazer com que os/as estudantes aprendam a respeitar a diversidade, em um país constituído a partir da confluência de diversas culturas e religiões. Segundo Maia, Sousa e Trajano, isso deve ser feito, motivando-se os/as estudantes a se aceitarem mutuamente, de forma a não considerar as diferenças como um problema. Conviver com as diferenças — e isso também cabe ao Ensino Religioso explicar — constitui-se a base do Estado democrático de direitos, encontrando respaldo jurídico no artigo 5º da Constituição Federal, por meio dos princípios da liberdade religiosa, do exercício dos direitos sociais e individuais, bem como no direito à liberdade dos indivíduos, à segurança e ao bem-estar, além do direito de se desenvolver com igualdade e justiça.[23]

No entanto, a liberdade religiosa, como ponto de partida e manutenção de todo sistema jurídico de natureza laica decorre do estado liberal. Ocorre que, conforme explicam Lourenço e Guedes, propor constitucionalmente uma organização estatal sem religião oficial e, ainda,

[20] SILVA, Andressa Martins e; BAPTISTA, Paulo Agostinho Nogueira. A ADI 4.439/2010 sobre o Ensino Religioso: análise dos equívocos e desconhecimentos. *Revista da Faculdade de Direito do Sul de Minas*, Pouso Alegre, v. 38, n. 2, p. 1-19, 2022. p. 15.
[21] AMARAL JÚNIOR, Alberto do. Direitos humanos e a Constituição Brasileira de 1988. In: FISCHMANN, Roseli (org.). Ensino Religioso em escolas públicas: impactos sobre o Estado laico. São Paulo: FAFE/FEUSP/PROSARE, 2008. p. 25.
[22] BRASIL, 2023, p. 2.
[23] MAIA; SOUSA; TRAJANO, 2022, p. 222.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 05/04/2024.

declarar a liberdade de crença e de descrença, implica em congregar os/as cidadãos/ãs a um projeto de Estado sem privilégios por força do mero credo de um grupo de pessoas, ainda que majoritário na sociedade. No Brasil, na prática cotidiana escolar, isso tem se revelado um problema difícil de resolver.[24]

Isso requer que o Estado tenha autonomia em todas as suas decisões e ações. Portanto, para fazer valer todo o extenso rol de direitos contido no artigo 5º da Constituição Federal, o Estado brasileiro precisava impor, de fato, o princípio da laicidade. De acordo com Luís Silva, a *laicidade* se constitui como um princípio institucional de harmonia entre os seres humanos, baseada no que os une, e não sobre o que os separa. Tal princípio se viabiliza por meio dos dispositivos jurídicos da separação do Estado e as diferentes instituições religiosas, agnósticas ou ateias. Além disso, diz respeito também à neutralidade do Estado em relação às inúmeras opções para a consciência individual. No entanto, faz-se necessário diferenciar o adjetivo *laico*, que é inerente ao Estado e suas instituições, e o adjetivo *secular*, que concerne aos indivíduos, instituições não estatais, bem como a sociedade na qual estes vivem. Pode-se ainda definir *laicidade* como regime social vivo, cujas instituições políticas são legitimadas pela soberania popular e não por elementos religiosos. Diante disso, cabe ressaltar que a noção de democracia se encontra intimamente vinculada à ideia de laicidade. De forma sucinta, entende-se que a laicidade e a ideia de República são concepções constitutivas para a realização e completude de democracia plena.[25]

Para a educação e, especialmente, para o Ensino Religioso, a laicidade possibilita a liberdade de crença. Quanto a isso, Silva também afirma que a República e a laicidade possuem estreita ligação com a busca do bem comum e na legitimação de valores éticos, tais como a tolerância, o respeito ao próximo, o sentido de humanidade, a liberdade e o reconhecimento da dignidade do/a outro/a. A laicidade possibilita a reflexão autônoma, sem necessidade de recorrer a elementos dogmáticos na justificativa racional, dando sustentação à república. Sendo conceito de natureza normativa, a laicidade do Estado incorpora e promove um conjunto de princípios, cuja função é instituir modelo de convivência à sociedade, com base na pluralidade de ideias e modos de vida nela vigentes.[26]

Porém, ressalta-se que a laicidade deve ser compreendida como posição de neutralidade do Estado diante das confissões religiosas. No entanto, tal neutralidade jamais é totalmente

[24] LOURENÇO; GUEDES, 2017, p. 153-154.
[25] SILVA, Luís Gustavo Teixeira da. Laicidade do Estado: dimensões analítico-conceituais e suas estruturas normativas de funcionamento. Revista Sociologias, Porto Alegre, v. 21, n. 51, p. 278-304, 2019. p. 280.
[26] SILVA, 2019, p. 280-281.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 05/04/2024.

alcançada em face da influência social e política exercida pelos mais diferentes grupos religiosos. Ainda assim, espera-se que a laicidade se desenvolva como processo em que o Estado se torna cada vez mais neutro em relação às questões religiosas — sem influenciá-las e sem ser por elas influenciado.[27]

No Brasil, o Componente Curricular Ensino Religioso ainda almeja uma prática pedagógica que lhe garanta prosseguir de forma isenta de proselitismo. A literatura consultada mostra que o respeito ao caráter facultativo do Ensino Religioso ainda é desprezado por muitos/as docentes, o que fere frontalmente o princípio da laicidade do Estado — que se configura um dos pilares da educação pública. Na experiência vivenciada por esta pesquisadora, como docente em escola de Ensino Fundamental, localizada em Vila Velha (ES), esta presencia, com frequência significativa, atitudes preconceituosas e discriminatórias contra estudantes e funcionários/as que seguem religiões de matriz africana. Muitas vezes, estudantes são excluídos/as de atividades ou sofrem *bullying* por conta de suas crenças. Esta pesquisadora já presenciou casos de estudantes que mudaram de escola por não aguentarem mais a pressão. Alguns/umas funcionários/as também relatam situações em que são maltratados/as e desrespeitados/as no ambiente de trabalho, por docentes e pais/mães de estudantes que não aceitam suas religiões. Isso fere profundamente os princípios de laicidade que deveriam reger as instituições de ensino públicas.

Outro problema recorrente, também testemunhado por esta pesquisadora, diz respeito à predominância das religiões cristãs no currículo e nas atividades escolares. Muitas vezes, os/as docentes abordam somente festividades e datas comemorativas cristãs, sem mencionarem as datas de outras religiões presentes na comunidade escolar. Além disso, há pressão de pais/mães e até mesmo da direção para que atividades como orações e celebrações cristãs façam parte da rotina escolar, o que também fere o princípio da laicidade do Estado e o respeito à diversidade religiosa. Isso acaba gerando um ensino enviesado, que privilegia alguns/umas estudantes em detrimento de outros/as em face de sua identidade religiosa.

É grave que práticas discriminatórias e o ensino tendencioso ainda ocorram em escolas públicas brasileiras, ferindo princípios basilares como o respeito à diversidade e a laicidade do Estado. A educação tem papel fundamental na formação de cidadãos/ãs, portanto, permitir que o preconceito e a intolerância religiosa façam parte do ambiente escolar gera consequências profundas para toda a sociedade. Quando estudantes e funcionários/as de religiões minoritárias são marginalizados em função de sua fé, isso viola seus direitos fundamentais à liberdade de

[27] BRASIL, 2023, p. 3.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 05/04/2024.

PPGPCR Faculdade Unida de Vitória

crença e à igualdade de tratamento, transmitindo às novas gerações a ideia de que a discriminação é normal, perpetuando o preconceito. Da mesma forma, um ensino que privilegia visões religiosas majoritárias cria uma sociedade que desrespeita a pluralidade característica da sociedade brasileira.

Diante de todo o exposto, tendo sido aqui abordada a busca da afirmação da laicidade nas aulas de Ensino Religioso, passa-se agora, no próximo tópico, a discorrer sobre os esforços desenvolvidos para que este Componente Curricular tivesse um arcabouço científico, alicerçado nas Ciências das Religiões, o qual substituísse a base de conhecimento de fonte estritamente religiosa — cujo lastro é formado por conteúdo que se baseia em dogmas.[28]

1.2 A adoção de um arcabouço científico

Nas últimas décadas, surgiu uma maior preocupação com a cidadania religiosa, referente à compreensão dos direitos e deveres sociais no exercício de determinada religião, o respeito às inúmeras crenças e, ainda, à liberdade de expressão. Porém, segundo explica Norma Duran, nem sempre foi assim: o problema inerente aos vários tipos de Ensino Religioso não existia quando no Brasil havia religião oficial. A cidadania religiosa nesse contexto e, também, em outros cenários encontrava-se mais relacionada ao vínculo com religião — mais especificamente com o Catolicismo romano.[29] Daí porque, no Brasil, segundo afirma Elisa Rodrigues, a área de conhecimento das Ciências das Religiões ultrapassou o estágio da construção, avançando para a fase de legitimação no campo das humanidades e, atualmente, caminha rumo à sua consolidação, servindo como base para a prática pedagógica cotidiana do Componente Curricular Ensino Religioso.[30]

De acordo com as explicações tecidas por Gilbraz Aragão e Mailson Souza, as Ciências das Religiões desenvolvem conhecimento relacional e envolvente, apontado para o mistério da realidade que subsiste entre e além de todas as religiões. Assim, cabe ressaltar que esses métodos são alcançados com mais eficácia quando fundamentados em processos pedagógicos

[28] Ponto fundamental ou mais importante de uma doutrina religiosa que se apresenta como algo indiscutível ou inquestionável. Causa delimitada; opinião estabelecida, firmada ou inquestionável; preceito. Qualquer discurso ou ideologia de teor inquestionável. Trata-se de doutrina ou crença que acredita que determinada afirmação seja verdade absoluta, geralmente imposta, considerada aspecto fundamental e inquestionável por uma religião ou ideologia. SILES, Alexandre Augusto; IWASHITA, Pedro. O dogma e sua colaboração dentro de uma perspectiva para a vida eclesial. *Revista Fragmentos de Cultura*, Goiânia, v. 26, n. 4, p. 649-659, 2016. p. 651-652.

[29] DURAN, Norma Maria. As Ciências das Religiões, o Ensino Religioso e sua relação com a cidadania para a educação atual. *Revista Foco*, Curitiba, v. 16, n. 2, p. 1-12, 2023. p. 3.

[30] RODRIGUES, Elisa. Ensino Religioso: um campo de aplicação da Ciência da Religião. *Revista Horizonte*, Belo Horizonte, v. 18, n. 55, p. 77-105, 2020. p. 78.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 05/04/2024.

de caráter transdisciplinar em relação à base de conhecimentos ofertados. Para que isso ocorra, é importante que haja um diálogo aberto e respeitoso entre as diversas áreas do conhecimento, sem que nenhuma seja vista como superior ou mais importante que as outras. Além disso, é essencial que os estudiosos das Ciências das Religiões estejam dispostos a aprender com outros Componentes Curriculares e perspectivas, incorporando contribuições valiosas donde quer que venham. Dessa forma, será possível elucidar com profundidade as complexas questões religiosas, avançando rumo a uma compreensão mais ampla e integrada da existência humana em todas as suas dimensões.[31]

O Ensino Religioso, estabelecido a partir da migração da religião para a escola como estratégia que tinha por objetivo principal garantir a manutenção de cristandade, foi sendo alterado em decorrência da alteração do cenário da escola, do aprimoramento do projeto pedagógico, passando a ser exigida a oferta desse Componente. No contexto brasileiro, a partir da história do Ensino Religioso, buscando superar a transposição didática de tornar objeto científico em objeto escolar e para facilitar o ensino, é necessário organizar Componente Curricular que tenha ciência de referência que, a partir dos pressupostos de ensino-aprendizagem, contribua para a leitura do fenômeno religioso na formação social-cultural da sociedade brasileira. Porém, para uma escola pluralista, em que coexistam a escola pública e a privada, é possível reconhecer o Componente Curricular Ensino Religioso tendo a referência das Ciências das Religiões voltada à diversidade, tornando claro que o respeito à sociedade brasileira, laica e plural, é fundamental para qualquer Componente Curricular subsistir no espaço escolar.[32]

Sobre isso, Robson Stigar compreende que a questão da inserção do Componente Curricular Ensino Religioso na escola é ampla e polêmica. Provoca aprovações, mas também contestações e reprovações. Durante sua história, esse Componente Curricular despertou as mais diferentes reações na sociedade brasileira e, ainda atualmente, não encontra consenso a respeito de sua epistemologia, sendo este um dos grandes desafios para a formação da sua identidade, necessitando de um novo paradigma. Diante desse dilema, uma das perspectivas para o Ensino Religioso foi a adoção das Ciências das Religiões como novo paradigma. Trata-se de um modelo, uma referência, diretriz ou parâmetro digno de ser seguido.[33] Aqui torna-se

[31] ARAGÃO, Gilbraz; SOUZA, Mailson. Transdisciplinaridade, o campo das ciências da religião e sua aplicação ao Ensino Religioso. *Revista Estudos Teológicos*, São Leopoldo, v. 58, n. 1, p. 42-56, 2018. p. 43.
[32] JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. Uma ciência como referência: uma conquista para o Ensino Religioso. *REVER — Revista de Estudos da Religião*, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 23-24, 2015. p. 23.
[33] STIGAR, Robson. As diversas concepções de Ensino Religioso no Brasil. *Revista Kerygma — Centro Universitário Adventista de São Paulo (UNASP)*, Engenheiro Coelho, v. 12, n. 2, p. 41-72, 2015. p. 43.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 05/04/2024.

também importante destacar a visão exposta por Rodrigo Santos e Sérgio Junqueira, segundo a qual:

> Pelo prisma jurídico, o Ensino Religioso pode ser compreendido como área de conhecimento no Ensino Fundamental. No entanto, esse Componente Curricular vinha sofrendo com a ausência de políticas curriculares e de formação docente, pois, até então, não existiam diretrizes para tal finalidade, reafirmando inconsistências diante da laicidade do Estado, que deixou tal competência à revelia dos sistemas e instituições de ensino. Essa situação possibilitou que o Ensino Religioso continuasse sob a influência das confissões religiosas. A orientação legal que apontava o Ensino Religioso como área de conhecimento, também serviu para acentuar esse caráter, situação que somente começou mudar a partir de 2006, quando se tornou consenso entre os/as pesquisadores/as da educação, que tal Componente Curricular depende diretamente das pesquisas e resultados das Ciências das Religiões — área científica e autônoma, institucionaliza em 1873. Portanto, bem antes que outras Ciências Humanas, como a Psicologia (1879) e a Sociologia (1892).[34]

Desde a sua origem, as Ciências das Religiões se fizeram diferenciar da Teologia pela necessidade de se desenvolverem estudos de caráter não confessional para conhecer os fenômenos religiosos com base em fatos empíricos, abstendo de julgamentos de valor e discussões metafísicas sobre crenças e práticas religiosas, o que reforça sua essência empírica e a alteridade de sua epistemologia e, por conseguinte, do seu arcabouço metodológico. José Valente, Luís Lira Neto e Marlon Oliveira entendem que, atualmente, no Brasil, as Ciências das Religiões vêm ampliando de forma significativa sua representação dentro dos diversos Componentes Curriculares na área das Ciências Humanas, no que concerne à compreensão de seu objeto de estudo — o fenômeno religioso —, pois, sabendo que a sociedade é constituída por organismos que interagem entre si sob aspectos da religião, as Ciências das Religiões buscam agregar uma visão de alteridade no entendimento das diversas expressões religiosas, na forma de mística e espiritualidade.[35]

No entendimento expresso por Elisa Rodrigues, as Ciências das Religiões se consagram pela possibilidade de abordar a religião sob inúmeros eixos temáticos, os quais representariam as perguntas que a área teria dirigido ao assunto desde seus primeiros anos, como a pergunta pela essência da religião, pela origem da religião, pela descrição da religião, pela função da religião, pela linguagem da religião e, ainda, pela comparação das religiões.[36] Em

[34] SANTOS, Rodrigo Oliveira dos; JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. Ciência da religião aplicada no currículo do Ensino Religioso do estado do Pará. *Revista Religare*, João Pessoa, v. 15, n. 1, p. 97-126, 2018. p. 99-100.

[35] VALENTE, José Fábio Bentes; LIRA NETO, Luís Jorge; OLIVEIRA, Marlon Anderson de. Ciência da religião aplicada: experiências pedagógicas e a formação de docentes no estado do Amazonas. *REVER — Revista de Estudos da Religião*, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 89-105, 2022. p. 90-91.

[36] RODRIGUES, Elisa. Questões epistemológicas do Ensino Religioso: uma proposta a partir da Ciência da Religião. Revista Interações — Cultura e Comunidade, Belo Horizonte, v. 8, n. 14, p. 230-241, 2013. p. 232. [*Online*].

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 05/04/2024.

complemento, Paulo Mazarem e Orlando Martins afirmam que a proposta das Ciências das Religiões se constitui apontar para o fenômeno religioso e, com base em um currículo transdisciplinar, caminhar no espaço multiconceitual, analisando a religião ou as religiões em sua polissemia, analisando o que se opõe a ela: o ateísmo, agnosticismo e até mesmo o laicismo. Estando ciente das armadilhas dogmáticas, as Ciências das Religiões preferem sempre a imparcialidade como método e modelo explicativo da realidade — que a ninguém quer impor, mas apenas expor,[37] mesmo porque as próprias Ciências das Religiões possuem discussão epistemológica que não está acabada (vide, por exemplo, os nomes ainda que diferem dos cursos como Ciências das Religiões, Ciência da Religião e Ciências da Religião). Em síntese:

> As Ciências das Religiões visam destacar a alteridade para subsumir as diferenças como sendo parte da convivência desrespeitosa que tem marcado a atualidade. Dessa forma, o que confere maior valor às Ciências das Religiões é a sua defesa do pluralismo e da diversidade, bem como seus esforços em prol da decolonialidade, na estética, na dialogicidade, na ética, na humanidade, na hermenêutica, na história, na literatura, na teologia, na filosofia, na psicologia, na sociologia, na antropologia, na economia, nas epistemologias etc.[38]

No Entanto, Rodrigo Santos chama a atenção para o fato de que, os esforços empreendidos visando a decolonialidade[39] e a desconfessionalização[40] da educação brasileira, principalmente no Ensino Fundamental, não se restringem tão somente ao Ensino Religioso. Esse aspecto está presente também nos demais Componentes Curriculares, expostos por seus/suas docentes, que provavelmente não foram confrontados/as e esclarecidos/as em nível suficiente para discernir e aplicar — ao longo do exercício da docência — a separação entre o privado do público.[41]

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 05/04/2024.

PPGCR Faculdade Unida de Vitória

[37] MAZAREM, Paulo; MARTINS, Orlando. A importância das Ciências da Religião na atualidade. *Revista de Teologia Ad Aeternum*, Lisboa, v. 1, n. 5, p. 48-61, 2023. p. 51.
[38] MAZAREM; MARTINS, 2023, p. 52.
[39] O conceito de *decolonialidade* refere-se a um caminho para resistir e desconstruir padrões, conceitos e perspectivas impostos aos povos secularmente subalternizados, sendo crítica direta à modernidade e ao capitalismo. Busca dar voz e visibilidade aos povos subalternizados e oprimidos que, por muito tempo, foram silenciados. É um projeto de libertação social, político, cultural e econômico que visa dar respeito e autonomia a indivíduos e grupos — em face da violência que sofram. OLIVEIRA, Elizabeth de Souza; LUCINI, Marizete. O pensamento decolonial: conceitos para pensar uma prática de pesquisa de resistência. *Revista Boletim Historiar*, Aracaju, v. 8, n. 1, p. 97-115, 2021. p. 98-99.
[40] Refere-se à eliminação institucional, em caráter formal ou informal, das influências diretas do cristianismo católico romano nos ambientes públicos, como forma de fazer prevalecer o princípio da laicidade do Estado. Note-se que não se confunde com proibição ou com censura. Trata-se da conscientização de que os espaços públicos não podem ser utilizados, à revelia e de forma privilegiada, para a propagação de ritos e símbolos religiosos específicos. DOMINGOS, Marília de Franceschi Neto. Laicidade: o direito à liberdade. *Revista Horizontes*, Belo Horizonte, v. 8, n. 19, p. 53-70, 2010. p. 59.
[41] SANTOS, Rodrigo Oliveira dos. Ciência da religião aplicada ao Ensino Religioso, p. 161-182. In: STERN, Fábio; COSTA, Matheus Oliva da (orgs.). *Ciência da Religião Aplicada*: ensaios pela autonomia e aplicação profissional. Porto Alegre: Editora Fi, 2018. p. 162.

Diante da naturalização de uma fenomenologia religiosa, Santos e Junqueira afirmam que o Componente Curricular Ensino Religioso brasileiro buscou alicerçar-se no arcabouço de conhecimentos produzidos pelas Ciências das Religiões — organizadas em Ciências das Religiões Sistemáticas, Ciências das Religiões Comparadas e/ou Ciências das Religiões Empíricas, para o estudo acerca das religiões de modo geral e singular. Ao longo dos anos, a abrangência dos estudos desenvolvidos pelas Ciências das Religiões vem sendo renovada com o desdobramento na estrutura interna dessa área autônoma em Ciências das Religiões Aplicadas, que é a referência adotada para a docência no Componente Curricular Ensino Religioso brasileiro. Assim, encontrou-se a saída para um Ensino Religioso de caráter estritamente científico e laico, em face dos resultados das pesquisas das Ciências das Religiões para o Ensino Fundamental — onde o licenciado em Ciências das Religiões deve ser esse docente.[42]

No entendimento expresso por Rodrigues, as Ciências das Religiões, quando aplicadas à educação, voltam-se para o Componente Curricular Ensino Religioso, visando autenticar o saber sobre as religiões como tipo de conhecimento fundamental para a formação integral dos/as estudantes. Dessa forma, interessa ao Componente Curricular Ensino Religioso brasileiro o conhecimento da religião como uma das dimensões constitutivas da vida humana, na qualidade de conteúdo que perpassa as esferas da vida pública e privada, materializando-se em orientações que discorrem a respeito da vida dos/as cidadãos/ãs — tanto individual, quanto coletivamente.[43]

Premissa amplamente defendida atualmente por volume significativo de especialistas em educação, no Brasil, o Componente Curricular Ensino Religioso constitui subárea de aplicação das Ciências das Religiões, que procuram prestar serviço à sociedade e ao exercício e defesa da democracia. Por tal perspectiva, Luiz Libório e Cícero Silva afirmam que as Ciências das Religiões já são compreendidas como a melhor opção teórico-metodológica para cobrir a carência epistemológica do Ensino Religioso — principalmente quando ofertado na escola pública.[44]

Entende-se então que o Ensino Religioso, fundamentado nas Ciências das Religiões, possui caráter científico. Portanto, não se pode negar que tal Componente Curricular adquiriu sua estatura legal perante a justificação de seu valor para a educação brasileira. Dessa forma, a

[42] SANTOS; JUNQUEIRA, 2023, p. 102.
[43] RODRIGUES, 2020, p. 86.
[44] LIBÓRIO, Luiz Alencar; SILVA, Cícero Lopes da. O Ensino Religioso público a partir das mutações da ciência contemporânea. *PARALELLUS — Revista Eletrônica em Ciências da Religião*, Recife, v. 9, n. 22, p. 777-797, 2018. p. 782.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 05/04/2024.

epistemologia do Ensino Religioso tem por objetivo precípuo tornar explícitos os pressupostos e as finalidades éticas inerentes à inserção das Ciências das Religiões nas escolas do país. Assim, o Ensino Religioso oportuniza o conhecimento religioso, não como simples informação a respeito dos conteúdos religiosos. Trata-se de saber de si, que permite conhecer e entender sua busca pelo transcendente.[45] De igual modo, as Ciências das Religiões também possibilitam conhecer, valorizar e respeitar a trajetória particular de cada grupo social, motivando a convivência fraterna de forma que os/as estudantes possam vivenciá-la.[46] Nesse sentido, cabe aqui destacar as palavras de José Valente, Luís Lira Neto e Marlon Oliveira, quando afirma que as características peculiares que as Ciências das Religiões apresentam têm similaridade com outras áreas do conhecimento, principalmente a sua multidisciplinaridade. Como exemplo, tem-se a correlação com os princípios e pressupostos básicos do Ensino Religioso.[47]

Para Paulo Baptista e Giseli Siqueira, o Ensino Religioso pode ser o espaço ideal para educar os/as estudantes para a tolerância, por meio de diálogo que evidencia a importância do respeito e da sensibilidade, motivando o convívio pacífico com as diferentes tradições religiosas presentes não apenas na sala de aula, mas também em toda a sociedade brasileira, posto que possui as condições ideais para proporcionar momentos essenciais na formação e na educação das crianças e adolescentes matriculados/as no Ensino Fundamental brasileiro — desde que o ponto de partida seja a realidade dos/as estudantes e a liberdade de consciência e de crença, sem impor, doutrinar ou manipular o pensamentos dos/as estudantes.[48]

Contra as tentativas de doutrinação e manipulação, no caso específico do Componente Curricular Ensino Religioso, entende-se que as Ciências das Religiões, em razão de sua forma aplicada, replicam sua face identitária com o/a outro/a, demonstrada por seus princípios e valores, na pacificidade, na resiliência, na neutralidade, na suspensão de juízo valor, no diálogo, pelo consenso, na abertura a outros saberes e em sua intrínseca transdisciplinaridade. Tais valores capacitam os/as profissionais da educação a atuarem na construção de uma cultura diversa e democrática, dando sustentação científica a um Ensino Religioso que seja laico, plural e republicano. Além disso, as Ciências das Religiões buscam propagar valores universais de uma cultura de paz em cosmovisão religiosa, como patrimônio cultural da humanidade.[49]

[45] BRASIL, 2019, p. 438.
[46] PASSOS, João Décio. Epistemologia do Ensino Religioso: do ensino à ciência, da ciência ao ensino. *REVER* – – *Revista de Estudos da Religião*, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 26-44, 2015. p. 42-43.
[47] VALENTE; LIRA NETO; OLIVEIRA, 2022, p. 92.
[48] BAPTISTA, Paulo Agostinho Nogueira; SIQUEIRA, Giseli do Prado. Ensino Religioso na escola pública brasileira e a questão da laicidade. *Revista Horizontes*, Belo Horizonte, v. 18, n. 55, p. 33-60, 2020. p. 55.
[49] VALENTE; LIRA NETO; OLIVEIRA, 2022, p. 93-94.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 05/04/2024.

A experiência de anos como educadora permitiu constatar que o Ensino Religioso nas escolas frequentemente não condiz com os ideais de pluralidade e respeito que deveriam orientar a formação de nossos jovens. Não raro, o que se observa nas aulas é a persistência de catequese disfarçada, que privilegia unilateralmente o universo simbólico cristão em detrimento de outras tradições espirituais igualmente ricas e válidas. Tal postura revela-se também na organização do calendário escolar, no qual feriados de matriz cristã são invariavelmente destacados, em contraste com a diversidade que caracteriza o campo religioso brasileiro. Além de ferir o princípio constitucional de laicidade do estado, essa atitude confessional encoberta do ensino transmite, mesmo que involuntariamente, a mensagem de que determinadas crenças são superiores a outras. Não surpreende que estudantes de religiões minoritárias ainda sofram, por vezes, com atitudes preconceituosas ou discriminatórias por parte de colegas, situação que frequentemente os leva a ocultar suas convicções para se protegerem. Ao invés de coibir tais manifestações de intolerância, alguns/umas docentes compartilham desses mesmos preconceitos, reprimindo em sala quaisquer demonstrações de pluralismo religioso e contribuindo para instaurar clima de hostilidade incompatível com o ambiente de respeito mútuo que deveria imperar entre docentes e estudantes. Urge combater com firmeza, por meio de constantes campanhas de conscientização, essas mentalidades retrógradas que teimam em sabotar o direito de cada estudante de professar livremente sua fé, sem temor de represálias ou discriminação. Somente assim será possível resgatar, no âmbito escolar, os valores humanistas sem os quais qualquer projeto educativo estará fadado ao fracasso.

Frente ao exposto até então, tendo sido aqui debatidos os esforços desenvolvidos para que o Ensino Religioso conquistasse um arcabouço científico, alicerçado nas Ciências das Religiões, o qual substituísse a base de conhecimento de fonte estritamente religiosa, passa-se agora, no tópico seguinte, a discorrer sobre os caminhos percorridos por esse mesmo Componente Curricular para, após abandonar o viés confessional, tomando para si a defesa da pluralidade e da diversidade.

1.3 A busca da pluralidade e da diversidade

O Ensino Religioso consiste em um Componente Curricular da Educação Básica brasileira, o qual tem entre seus principais objetivos propor reflexões acerca dos fundamentos, costumes e valores das várias religiões existentes na sociedade. Daí porque, para Cléa Dias, falar de Ensino Religioso em perspectiva para a pluralidade religiosa revela-se algo extremamente complexo e desafiador, por requerer educação que contemple a diversidade

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 05/04/2024.

cultural que, por conseguinte, proporcione a alteridade, a compreensão, o reconhecimento em relação às inúmeras tradições religiosas, resgatando o diálogo com esse poderoso fenômeno humano.[50]

Para Keila Gonzalez e Romualdo Dias, a inserção do Ensino Religioso não confessional ao Ensino Fundamental, conforme estabelecido na BNCC, implicou na transformação do saber religioso para o conhecimento escolar na constituição dos conteúdos, práticas prescritas e finalidade desse Componente Curricular, pautado por conhecimento científico autônomo das religiões. Implicou ainda na alteração do tratamento dado pelo MEC, que passa de uma descentralização dos conteúdos e formação docente delegados aos sistemas estaduais e municipais, conforme a LDBEN n. 9.475/97, para uma centralização no âmbito de um currículo federal. A partir daí, estabelece-se regulação em nível nacional e o Ensino Religioso não confessional passa a vincular-se à fixação dos limites da religião na escola pública, que tem clientela diversificada, composta por estudantes de diferentes religiões e até sem religião.[51]

Segundo afirma Rosângela Siqueira, a convivência entre grupos sociais diferentes diz respeito à dinâmica do pluralismo cultural de determinada sociedade, bem como seus processos de aceitação de normas estabelecidas deriva da compreensão e do enfrentamento da realidade, pelo qual os sujeitos interagem e percebem as ações humanas na construção do mundo social. No Brasil, analisando-se a complexidade da pluralidade religiosa com os aspectos que devem ser apreciação na educação escolar, verifica-se consenso na literatura especializada de que o desafio incide nas contradições do Ensino Religioso, posto que tal Componente Curricular integra a formação básica dos/as cidadãos/ãs.[52]

Seguindo essa mesma linha de raciocínio, Siqueira afirma que os quatro pilares essenciais da educação envolvem o desafio da inclusão de grupos distintos e a convivência entre eles, especialmente porque, nos níveis sociais e culturais, muitas vezes tal convívio é caracterizado por preconceito e discriminação. Diante disso, faz-se necessário desenvolver diálogos e consciências libertadoras, por meio do encontro amoroso dos seres humanos que, mediados pelo mudo, o transformam e, ao transformá-lo, o humanizam para a humanização de todos/as.[53]

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 05/04/2024.

PPGPCR Faculdade Unida de Vitória

[50] DIAS, Cléa Luíza Rosa. Ensino Religioso: relevante Componente Curricular para combater a intolerância étnico-racial e religiosa nas escolas. *Revista Foco*, Curitiba, v. 16, n. 1, p. 1-12, 2023. p. 3.
[51] GONZALEZ, Keila; DIAS, Romualdo. O Ensino Religioso na BNCC: o estudo fenômeno religioso na escola pública brasileira. *Revista Temas em Educação*, João Pessoa, v. 31, n. 1, p. 193-212, 2022. p. 197-198.
[52] SIQUEIRA, Rosângela da Silva. A pluralidade religiosa e os desafios na educação escolar: escuta e diálogo no contexto do Ensino Religioso, p. 91-106. In: REIS, Marcos Vinicius de Freitas; JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo; SANTOS, Fernanda Cristina da Encarnação dos (orgs.). *Ensino Religioso*: um espaço para o laico. Rio Branco: Nepan, 2020. p. 92.
[53] SIQUEIRA, 2020, p. 98-99.

Conforme ressalta Élcio Cecchetti, durante décadas o desenvolvimento de propostas curriculares ecumênicas gerou inúmeras reflexões que resultaram em novo movimento de revisão da natureza epistemológica do Componente Curricular Ensino Religioso. Buscava-se proposta que acolhesse integralmente a diversidade religiosa brasileira — e não somente as denominações cristãs. Em 2013, quando o Ministério da Educação e Cultura (MEC) deu início aos movimentos em prol da construção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso (FONAPER) foi convidado a indicar especialistas para compor o grupo de redação do texto curricular para esta área de conhecimento. Homologada em 2017, a BNCC demarcou que o Ensino Religioso possui natureza e finalidades pedagógicas desprovidos de viés confessional.[54]

Ainda conforme Gonzalez e Dias, a proposta de inclusão do Ensino Religioso na BNCC vincula-se ao aspecto científico do conhecimento religioso, o que legitima sua presença no currículo escolar, ao mesmo tempo que se associa às questões morais e éticas da religião, estabelecendo limites simbólico para a atuação religiosa na escola, por meio da qualificação de docentes desse Componente Curricular, o que se viabiliza mediante a regulamentação das diretrizes curriculares para o curso de licenciatura em Ciências das Religiões, estabelecendo tal licenciatura como habilitação em nível de formação inicial para o exercício da docência do Ensino Religioso na Educação Básica.[55]

De acordo com Paula Montero, ao admitir que o Ensino Religioso devesse ser tratado como área de conhecimento acessível a todos/as, independentemente de suas crenças pessoais, abriu-se o Componente Curricular para o problema da diversidade. Tal mudança nos fundamentos do Ensino Religioso obrigaram esse mesmo Componente Curricular a se relacionar com os demais Componentes Curriculares e seus modos de tratar as diferenças. Dessa forma, questões inerentes à diversidade, que interessam particularmente às instituições religiosas, vão se articulando com as demandas vinculadas ao respeito das diferenças culturais, raciais e étnicas, ampliando a noção de diversidade com a qual passa a operar o novo paradigma do Componente Curricular Ensino Religioso.[56]

Na visão de Luiz Cunha, a proposta é que as discriminações e preconceitos seriam desnaturalizados pelo Ensino Religioso, ao contribuir para a superação de violências de caráter

[54] CECCHETTI, Élcio. Pode o Ensino Religioso contribuir ao enfrentamento da discriminação, intolerância e racismo na escola? *Revista Eletrônica de Educação*, São Carlos, v. 16, n. 1, p. 1-20, 2022. p. 10.
[55] GONZALEZ; DIAS, 2022, p. 202.
[56] MONTERO, Paula. Da liberdade religiosa ao pluralismo: a diversidade como valor no Ensino Religioso Escolar no Paraná. *Revista Horizonte Antropológico*, Porto Alegre, v. 29, n. 65, p. 1-36, 2023. p. 8.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 05/04/2024.

religioso, em busca de uma convivência respeitosa com o/a outro/a na sociedade.[57] Diante disso, para Siqueira, torna-se imperioso aprofundar o olhar acerca do pluralismo religioso que há atualmente na sociedade brasileira, o qual é percebido por meio do direito ao conhecimento que é planejado pedagogicamente como conteúdo escolar, principalmente, do Componente Curricular Ensino Religioso, que permite a abordagem de temas tais como cidadania, princípios da liberdade religiosa e da laicidade do estado, a convivência com o que é diferente, a tolerância e o respeito às diferenças de cultura e percepção de mundo, vinculando esses saberes às inúmeras formas do sagrado.[58]

Em sua prática cotidiana o/a docente de Ensino Religioso faz uso de um currículo oculto[59] que, simultaneamente, pode servir a uma ação confessional, contemplando determinados conteúdos que não estão presentes no currículo, no projeto político-pedagógico, nos livros didáticos etc., mas que integram a realidade dos/as estudantes. Assim, conforme explica Marinalda Santos, o currículo oculto passa a ser aporte de manifestação das relações de ideologia e poder, de regras e de condutas, de valores e de hierarquias que são atribuídos e se apresentam nos rituais, nas práticas educativas dos/as docentes. Dessa forma, uma melhor formação docente poderá coibir ações que venham a produzir fundamentalismo por parte de alguns/umas docentes. Afinal, o Componente Curricular Ensino Religioso revela-se complexo, não podendo ficar apenas na interação entre docentes e estudantes, devendo também promover coparticipação da comunidade escolar, visto que o preconceito religioso não está somente na sala de aula, mas também na família, nos/as demais funcionários/as da escola etc.[60]

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 05/04/2024.

PPGPCR Faculdade Unida de Vitória

---

[57] CUNHA, Luiz Antônio. Três décadas de conflitos em torno do ensino público: laico ou religioso? *Revista Educação e Sociedade*, Campinas, v. 39, n. 145, p. 890-907, 2018. p. 901.

[58] SIQUEIRA, 2020, p. 101.

[59] Quando se trata de educação, o currículo oculto representa as ideias, valores e padrões de comportamento que são transmitidos de maneira não explícita nas interações diárias dentro da escola. Essas mensagens têm tanto impacto quanto o currículo formal, pois moldam a percepção dos estudantes sobre si mesmos, sobre os outros e sobre o mundo ao seu redor. O currículo oculto se revela de várias formas no ambiente educacional. Uma delas é por meio das dinâmicas de poder presentes na sala de aula, que podem influenciar o comportamento e as relações entre os alunos. Além disso, o currículo oculto também se faz presente nas atividades extracurriculares oferecidas pela escola, nas regras não ditas que ditam o comportamento dos estudantes e até mesmo nas expectativas dos professores em relação ao desempenho dos alunos. Os efeitos do currículo oculto na educação podem ser significativos. Por exemplo, se as mensagens transmitidas reforçam estereótipos de gênero ou raça, isso pode afetar a autoestima e o desempenho acadêmico de certos grupos. Além disso, o currículo oculto também pode influenciar a forma como os estudantes se relacionam com o conhecimento, podendo estimular ou desencorajar o interesse pela aprendizagem. No entanto, identificar o currículo oculto pode ser desafiador, uma vez que ele não está explícito nos planos de aula ou materiais didáticos. Porém, existem estratégias que podem ajudar os docentes a reconhecer as mensagens transmitidas, como observar as interações entre alunos e entre alunos e professores, buscando identificar padrões de comportamento e comunicação. Também é importante estar atento aos valores e normas implícitas presentes no ambiente escolar, assim como às atividades extracurriculares oferecidas pela escola. HOFFMAN, Greice Divina Ferreira; DIAS JÚNIOR, Antônio Carlos. A dinâmica do currículo oculto na educação dos cursos profissionalizantes. *Revista dos Alunos de Pedagogia*, Nova Odessa, v. 1, n. 1, p. 73-84, 2012. p. 78-79.

[60] SANTOS, Marinalda. Base Nacional Comum Curricular: desafios e implicações para o Ensino Religioso.

No que diz respeito à pluralidade religiosa em ambiente escolar, promover a pluralidade e a diversidade se revela questão desafiadora, gerando conflitos significativos no processo de ensino e aprendizagem, especialmente quando os/as estudantes não estão preparados/as para lidar com tal fenômeno nas mais distintas culturas, considerando-se que a coexistência do fenômeno religioso requer o aprendizado da aceitação das diferenças. Sendo assim, a educação escolar, com ênfase na pluralidade religiosa, enfrenta batalhas cotidianas, pois inúmeros/as docentes não possuem tal versatilidade. Conforme explica Siqueira, os/as docentes precisam saber orientar, avaliar e elaborar propostas, interpretando e reconstruindo o conhecimento, transpondo os saberes próprios de sua área de conhecimento, respeitando e valorizando as diferenças, a liberdade e a pluralidade, bem como socializando conhecimentos e valores, além de garantir a todos/as uma aprendizagem significativa. Para tanto, faz-se necessário a existência de um ambiente educativo, acolhedor e inclusivo, o qual seja capaz de romper com paradigmas que motivam a exclusão dos conhecimentos e tradições religiosas das mais diferentes populações étnicas.[61]

A BNCC isenta o Ensino Religioso de abordagem confessional, privilegiando entendimento desse Componente Curricular por uma perspectiva totalmente científica, baseada na História, na Sociologia, na Filosofia e nas Ciências das Religiões. Então, conforme explicam João Lima e Bianca Freitas, não cabe ao/à docente de Ensino Religioso difundir ensinamentos de credo específico, mas somente mediar estudo do fenômeno religioso para fomentar o diálogo, a tolerância e os direitos humanos. Por conseguinte, devido a sua abordagem não confessional, há imenso potencial para o desenvolvimento da consciência crítica e para o enfrentamento da intolerância religiosa.[62]

Siqueira também compreende que tanto preconceito quanto a discriminação, ainda que tenham se mostrado de modo involuntário, revelam cultura excludente, sem respeito e sem paz. Daí porque os estudos acerca do pluralismo religioso oportunizam o acesso à base de conhecimentos que devem ser trabalhados como conteúdo no Componente Curricular Ensino Religioso, na forma interdisciplinar, aproximando-se dos fatores externos, como os determinados pelo cotidiano escolar, do regime das famílias, especialmente no que tange aos aspectos característicos de cada grupo social, pois a valorização das características étnicas e

Revista Espaço do Currículo, João Pessoa, v. 8, n. 3, p. 293-305, 2015. p. 302.

[61] SIQUEIRA, 2020, p. 102.

[62] LIMA, João Paulo Araújo Pimentel; FREITAS, Bianca Nascimento de. Os desafios do Ensino Religioso no contexto de aplicação da base nacional comum curricular. *Jornal de Políticas Educacionais*, Curitiba, v. 14, n. 49, p. 1-21, 2020. p. 10.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 05/04/2024.

culturais que convivem no território nacional, permitirá a apreciação crítica e reflexiva das futuras gerações.[63]

Então, é preciso pensar o Ensino Religioso brasileiro como objeto de análise crítica do fenômeno religioso, buscando entender suas contradições, interesses, antagonismos e conflitos ideológicos. Assim, no entendimento de José Silva, esse Componente Curricular deve romper com a visão colonialista, monocultural e acrítica, estando solidamente baseado na desnaturalização do fenômeno social, para não cair nas armadilhas de explicações vagas e superficiais, que se afastam da historicidade e da criticidade. Com a BNCC, o Componente Curricular Ensino Religioso brasileiro assume o compromisso de desmistificar conceitos naturalizantes — instituídos ao longo da história por interesses políticos e de grupos religiosos.[64]

Como bem observam Felipe Hatzenberger e Janaína Wenczenovicz, o Ensino Religioso nas Ciências Humanas representa uma área de estudo fundamental para compreender a complexidade do fenômeno religioso dentro do contexto social e humano. Ao abordar o ensino religioso como Componente Curricular independente dentro das Ciências Humanas, reconhece-se a importância de analisar as diversas manifestações religiosas não apenas como expressões de fé, mas também como elementos integrantes da cultura, história e sociedade. Nesse sentido, o Ensino Religioso contribui para a formação integral dos/as estudantes, permitindo-lhes compreender a diversidade de crenças, práticas e tradições religiosas presentes na sociedade. Além disso, ao explorar o fenômeno religioso como parte das relações sociais, o Ensino Religioso oferece perspectiva crítica que permite aos/às estudantes refletir sobre o papel da religião na construção da identidade individual e coletiva, nas dinâmicas de poder e nas transformações sociais ao longo da história. Dessa forma, o Ensino Religioso nas Ciências Humanas não apenas promove o respeito à diversidade religiosa, mas também estimula o pensamento crítico e a compreensão das interações entre religião, cultura e sociedade.[65]

Nesse sentido, o/a docente de Ensino Religioso tem o desafio — e a obrigação — de contribuir para a formação de estudantes críticos/as e reflexivos/as, preparando-os/as para a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática. Para tanto, faz-se necessário uma pedagogia emancipadora, compromissada em desconstruir velhos significados e práticas

[63] SIQUEIRA, 2020, p. 103-104.
[64] SILVA, José Carlos da. O Currículo e o Ensino Religioso na BNCC: reflexões e perspectivas. *Revista Pedagógica*, Chapecó, v. 20, n. 44, p. 57-65, 2018. p. 63.
[65] HATZENBERGER, Felipe; WENCZENOVICZ, Janaína. Educação para os direitos humanos e Ensino Religioso: uma perspectiva decolonial. *Revista Educação, Cultura e Sociedade*, Sinop, v. 10, n. 3, p. 295-309, 2020. p. 303-304.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 05/04/2024.

colonialistas. Ainda conforme Silva, torna-se também necessário incluir práticas pedagógicas de alteridade, de ética e de dignidade humana. O/a docente tem a tarefa de erradicar relações de poder, dominação e práticas de homogeneização cultural. Um/a docente habilitado/a em Ensino Religioso deve ter competência para instigar seus/suas estudantes a pensarem criticamente a sociedade e o mundo em que vivem, com suas contradições, seus antagonismos e os interesses de classe. No entanto, para alcançar os objetivos de formação integral, de ética da alteridade e no diálogo religioso e não religioso — princípios básicos para trabalhar a diversidade cultural e, por conseguinte, enfrentar a discriminação, a violência, o etnocentrismo e o preconceito —, o/a docente precisa fazer a opção política pedagógica visando não reproduzir as velhas práticas de dominação e reprodução social.[66]

Conforme Silva, para que tal prática pedagógica emancipadora ocorra nas aulas do Componente Curricular Ensino Religioso não basta, tão somente, que haja conteúdos críticos, reflexivos e de perspectiva que respeite a ética e a diversidade. Faz-se imperioso também considerar o/a docente como intelectual transformador/a — um ator, cujo papel da docência é contribuir para a construção de sociedade mais justa, composta de indivíduos emancipados. Isso implicar dizer que cabe a tal docente lutar contra práticas pedagógicas tecnicistas e reprodutoras de desigualdades sociais.[67]

No Brasil, o momento atual em que se encontra o Ensino Religioso, consolida-se pela perspectiva de área do conhecimento humano e de Componente Curricular, somando esforços aos demais Componentes Curriculares, em busca de autorrealização e amadurecimento do ser humano. Dessa forma, o Ensino Religioso alcançou esse patamar em face dos avanços do estado democrático de direito.[68] Nesse sentido, o objetivo da inserção do Ensino Religioso na escola é contribuir para a formação integral do/a cidadão/ã, com respeito à pluralidade e à diversidade, promovendo a busca pelo sentido radical da vida, para além da tolerância, com convívio respeitoso com o/a diferente.[69] Para Sandra Nogueira e Claudete Ulrich, o Componente Curricular Ensino Religioso revela-se também instrumento educacional de suma importância, enquanto potencial crítico e emancipador, visto que o fenômeno religioso é parte fundamental da vida do ser humano, considerando-se que o Brasil, com suas múltiplas religiões, crenças e

[66] SILVA, 2018, p. 63-64.
[67] SILVA, 2018, p. 64.
[68] NOGUEIRA, Sandra Vidal; ULRICH, Claudete Beise; SILVA, Edson dos Anjos. Ensino Religioso plural na Educação Básica: uma área do conhecimento humano em consolidação. *Revista Caminhos*, Goiânia, v. 18, n. 1, p. 28-44, 2020. p. 39.
[69] NOGUEIRA; ULRICH; SILVA, 2020, p. 39.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 05/04/2024.

filosofias de vida, possui ainda expressões significativas de preconceitos na aceitação do diferente, da alteridade e de sua diversidade.[70]

Portanto, em uma perspectiva mais abrangente — que considera, especialmente, a defesa da democracia —, tem-se que a BNCC apresenta o alicerce mínimos necessário para que o Ensino Religioso auxilie os/as estudantes a *reconhecer e respeitar as características físicas e subjetivas de cada um*; além de *valorizar a diversidade de formas de vida*. Trata-se, portanto, de documento de essencial importância, considerando-se que sua orientação se viabiliza na contribuição para a redução ou eliminação de todas as formas de preconceito ou de resistência à diversidade e à inclusão. Quanto a isso, pode-se também afirmar que a BNCC se constitui como patamar educacional primordial, cujos objetivos precípuos vão ao encontro das necessidades sociais e educativas do país — principalmente nesse momento político complexo, em que as instituições democráticas se encontram sob intenso ataque.[71]

Infelizmente, a inclusão de todos/as os/as estudantes, independentemente de suas características e identidades, ainda se constitui desafio em muitas escolas públicas brasileiras. Sobre isso, esta pesquisadora percebe que estudantes de religiões minoritárias, bem como aqueles/as com necessidades especiais, por exemplo, muitas vezes são excluídos/as de atividades e rotinas escolares. Esta pesquisadora também afirma haver pouco investimento em adaptações curriculares e metodológicas que atendam suas necessidades específicas e promovam sua participação plena como estudantes. Dessa forma, muitos/as acabam sofrendo preconceito velado ou até explícito por parte de colegas e docentes, o que dificulta seu processo de aprendizagem. Por isso mesmo, urge que sejam revistas as práticas pedagógicas, de modo a tornar a escola realmente inclusiva e acolhedora para todos/as.

A efetiva promoção dos valores democráticos de liberdade e pluralismo religioso nos bancos escolares tem se mostrado um imenso desafio. Não obstante, a relevância de abordagem multidimensional das tradições espirituais para a formação de mentalidades cidadãs, o que se constata na prática pedagógica são tentativas incipientes e problemáticas de conjugação do diverso. Ora privilegiando acriticamente uma única crença, vertendo para o proselitismo, ora adotando distanciamento estéril, que tudo relativiza, o Ensino Religioso ainda insiste em oscilar entre tais extremos igualmente incapazes de nutrir nos/as estudantes compreensão aprofundada do fenômeno religioso e seu potencial humanizador. É lugar-comum atribuir tal déficit ao despreparo dos/as docentes, cuja formação raramente os habilita a trilhar o caminho de valorizar equanimemente a alteridade espiritual. Mas faz-se necessário ir além, assumindo que a simples

[70] NOGUEIRA; ULRICH; SILVA, 2020, p. 40.
[71] BRASIL, 2019, p. 438.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 05/04/2024.

multiplicação de perspectivas não garante, por si só, o aprendizado do diálogo. Nesse sentido, torna-se imperativa a continuidade de esforços que, sem negar a relevância da transmissão conceitual, enfrentem o desafio maior de mobilizar afetiva e eticamente os/as estudantes, incentivando-os/as à construção coletiva de pautas, linguagens e projetos compartilhados. Somente assim será possível superar visões estanques, que tanto rebatem no plano escolar o acirramento das polarizações que envenenam o debate público em matéria de crença.

Frente a todo o exposto, após discutir, no primeiro capítulo, a questão do Ensino Religioso como instrumento de liberdade, ressaltando a luta desse Componente Curricular face ao princípio da laicidade; sua busca por arcabouço científico; e a afirmação da pluralidade e diversidade; passa-se agora, no segundo capítulo, a debater os problemas mais comuns enfrentados na prática pedagógica cotidiana do Ensino Religioso.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 05/04/2024.

PPGPCR
Faculdade Unida de Vitória

2 PROBLEMAS COMUNS À PRÁTICA PEDAGÓGICA DO ENSINO RELIGIOSO

Neste segundo capítulo, também desenvolvido a partir de pesquisa de caráter bibliográfico, serão abordados os problemas mais comuns à prática pedagógica do/a docente do Componente Curricular Ensino Religioso brasileiro. Para tanto, primeiro discute-se a formação docente. Em seguida, aborda-se a questão da postura confessional, ainda assumida por parte significativa dos/as docentes. Por último, traz-se também à luz do debate acadêmico os conflitos com a comunidade escolar, em face da prática pedagógica do Componente Curricular Ensino Religioso.

2.1 Formação docente

Segundo Tânia Müller e Ana Costa, no cotidiano escolar são muitos os conflitos a ser enfrentados, desde problemas de cunho administrativo, como salas de aula superlotadas, mas também problemas de caráter pedagógicos, tais como a carência de docentes ou de materiais didáticos e, igualmente importantes, problemas de ordem social, como a intolerância religiosa, que Müller e Costa entendem como sendo a não aceitação das diferenças e da cultura do/a outro/a.[72] Porém, em se tratando especificamente do Ensino Religioso, Elisa Rodrigues afirma que a história recente desse Componente Curricular tem sido escrita a partir de inúmeras controvérsias públicas, lutas e debates — em que a formulação da atual LDBEN e da BNCC são alguns exemplos — que tornam evidente que o Ensino Religioso se configura espaço de disputa e concorrências de vários atores sociais. Tais grupos se dividem entre profissionais da educação, especialistas e pesquisadores/as do campo dos estudos das religiões, bem como representantes religiosos de instituições e modos de crença, que constituem o campo religioso brasileiro.[73]

Em relação à formação dos/as docentes, Magda Vilas-Boas e Otaviano Pereira destacam a importância de repensar as estratégias didático-pedagógicas de ensino em cenário complexo e plural como o brasileiro — influenciado por fatores étnicos e de ordem econômica, por exemplo —, enfatizando a necessidade de formação crítico-avaliativa de comportamentos e valores adequados ao momento histórico mundial e nacional. Além disso, Vilas-Boas e Pereira

[72] MÜLLER, Tânia Mara Pedroso; COSTA, Ana dos Anjos Santos. Laicidade e religiões de matrizes africanas na escola: percepções docentes. *Laplage em Revista*, Sorocaba, v. 2, n. 3, p. 23-37, 2016. p. 26.
[73] RODRIGUES, Elisa. Formação de professores(as) para o Ensino Religioso reflexivo: perspectivas a partir da BNCC e das DCNs para licenciaturas em Ciências da Religião. *Revista Em Aberto*, Brasília, v. 35, n. 114, p. 39-60, 2022. p. 42.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 05/04/2024.

também sugerem que a qualificação de docentes do Componente Curricular Ensino Religioso deve ser centrada na graduação em áreas humanas, ao não-proselitismo, ao fomento da maior tolerância religiosa, bem como ao reconhecimento da diversidade religiosa como marco da pluralidade cultural.[74]

No entanto, é possível afirmar que a LDBEN e a BNCC também se mostram alinhadas com a proposta de um Ensino Religioso centrado nos princípios do pluralismo, não-proselitismo e reconhecimento da diversidade, conforme sugerido por Vilas-Boas e Pereira. Isso porque, a LDBEN proíbe práticas de doutrinação religiosa e discriminação. Por sua vez, a BNCC determina que o Ensino Religioso deve adotar perspectiva laica e pluralista, para promover a reflexão ética e o respeito à diversidade cultural religiosa. A BNCC também afirma que não se busca catequizar, mas propiciar conhecimentos sobre o fenômeno religioso e suas manifestações. Portanto, tanto a legislação educacional brasileira quanto os documentos orientadores alinham-se à perspectiva de um Ensino Religioso plural, não-proselitista e que reconheça nosso caráter multicultural e multi-religioso.

Conforme o entendimento de Mônica Torres e Antônio Ribeiro, o cenário religioso brasileiro é composto por diversas expressões religiosas, o que se apresenta como desafio ao processo formativo de docentes para o Componente Curricular Ensino Religioso, visto que a diversidade religiosa na escola, nem sempre é reconhecida ou abordada de forma respeitosa e adequada, tornando imperioso refletir acerca da formação docente para o Ensino Religioso, no intuito de superar a racionalidade técnica e adotar a perspectiva humanizadora da multirreferencialidade[75] e da complexidade.[76]

Ainda de acordo com Vilas-Boas e Pereira, a pluralidade cultural brasileira afeta o campo do Ensino Religioso de diversas maneiras. Por um lado, a diversidade religiosa se

[74] VILAS-BOAS, Magda Lúcia; PEREIRA, Otaviano José. Práticas plurais no Ensino Religioso na escola brasileira: da questão republicana a um novo *Ethos* da formação de professores. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v. 8, n. 4, p. 27942-27960, 2022. p. 27943.

[75] A multirreferencialidade é um conceito que se refere à existência de múltiplas perspectivas, referências ou pontos de vista em um determinado contexto. É a ideia de que não há uma única maneira correta de entender ou interpretar algo, mas sim diversas abordagens válidas que podem coexistir e contribuir para uma compreensão mais completa e rica. Na multirreferencialidade, reconhece-se que a realidade é complexa e multifacetada, e que diferentes pessoas podem ter experiências, conhecimentos, valores e crenças distintas que moldam sua maneira de ver o mundo. Essas múltiplas perspectivas podem se basear em fatores como cultura, gênero, classe social, idade, educação e muitos outros. Esse conceito é particularmente relevante em áreas como a sociologia, antropologia, psicologia e estudos culturais, onde se busca entender as interações humanas e as construções sociais de maneira mais abrangente. Ao adotar uma abordagem multirreferencial, busca-se evitar a imposição de uma única visão dominante e valorizar a diversidade de experiências e pontos de vista. FAGUNDES, Norma Carapiá; BURNHAM, Teresinha Fróes. Transdisciplinaridade, multirreferencialidade e currículo. *Revista da FACED*, Salvador, v. 1, n. 5, p. 39-55, 2001. p. 47-48.

[76] TORRES, Mônica Moreira; RIBEIRO, Antônio Lopes. Formação de professores para o Ensino Religioso: diálogos e reflexões. *Revista Caminhos*, Goiânia, v. 19, n. 3, p. 714-728, 2021. p. 715.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 05/04/2024.

constitui um dos aspectos da diversidade cultural que deve ser trabalhada ao longo da Educação Básica, no intuito de formar cidadãos/ãs que respeitem as diferentes culturas e consigam superar a discriminação e o preconceito, evitando assim, a exclusão, a intolerância e a violência.[77] Por outro lado, no entanto, o Ensino Religioso no Brasil tem sido afetado por contrapontos, pressionado a rever a hegemonia de uma fé religiosa quase que exclusiva, já tensionado em épocas pregressas, como, por exemplo, na tensão Igreja-Estado, em que, não raramente, a escola é pressionada em função de datas comemorativas, abordagens acerca da cultura negra, entre outros fatores.[78] Isto posto, Vilas-Boas e Pereira propõem um novo *Ethos* para a formação docente do Componente Curricular Ensino Religioso, cujo itinerário formativo seja capaz de realimentar suas práticas dialógicas, de modo a também expressar a liberdade religiosa como estratégia das vidas de cada cidadão/a.[79]

Voltando ao que afirma Torres e Ribeiro, entende-se que o Componente Curricular Ensino Religioso brasileiro pode ajudar as crianças a entenderem melhor as pessoas diferentes. Os docentes precisam aprender a explicar de um jeito fácil para que até as crianças pequenas entendam. Eles não devem só seguir um livro, precisam contar histórias e dar exemplos que as crianças entendam. Assim essas crianças aprendem que existem muitas religiões e culturas diferentes no mundo. Isso implica reconhecer esse/a mesmo/a docente como autor/a e protagonista na construção do conhecimento pedagógico, tomando como referência os saberes e as experiências da prática escolar e preparando-o/a como intelectual crítico-reflexivo. Além disso, faz-se urgente perceber a formação docente para o Componente Curricular Ensino Religioso brasileiro como possibilidade de articulação e acesso à pluralidade de referências e saberes presentes na sociedade e nos contextos formativos, superando as abordagens disciplinares e fragmentárias.[80]

Corroborando com as premissas acima expostas, Sérgio Junqueira e Edile Rodrigues afirmam que a formação do/a docente se constitui fator crucial para a identidade do Componente Curricular Ensino Religioso brasileiro, argumentando que a formação do/a docente deve ser voltada para a compreensão da diversidade religiosa e cultural do país, bem como para a reflexão crítica sobre o papel desse Componente Curricular na escola pública. Não obstante, destacam a importância de uma formação continuada para que os/as docentes possam atualizar seus conhecimentos e práticas pedagógicas. Segundo o entendimento de Junqueira e

[77] VILAS-BOAS; PEREIRA, 2022, p. 27947.
[78] VILAS-BOAS; PEREIRA, 2022, p. 27948.
[79] VILAS-BOAS; PEREIRA, 2022, p. 27956.
[80] TORRES; RIBEIRO, 2021, p. 723-724.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 05/04/2024.

Rodrigues, a formação do/a docente deve ser pautada em abordagem interdisciplinar, que leve em consideração as dimensões históricas, culturais, sociais e políticas do Ensino Religioso, visto que tal formação é essencial para a construção de identidade crítica e reflexiva do Componente Curricular Ensino Religioso brasileiro, de modo a contribuir com a formação de cidadãos/ãs conscientes e respeitosos/as quanto à diversidade brasileira.[81] Um exemplo disso seria preparar o/a docente para abordar temas inerentes à diversidade em uma aula de História, ou, no sentido inverso, saber abordar questões históricas em uma aula do Componente Curricular Ensino Religioso.

Defendendo o aprofundamento do diálogo inter-religioso[82], Vilas-Boas e Pereira também propõem que a formação docente leve em consideração a diversidade religiosa e cultural do Brasil, permitindo aos/às docentes desenvolver práticas plurais no Ensino Religioso. Vilas-Boas e Pereira ainda destacam a importância da laicidade do Estado e da escola, reconhecendo ainda que o Componente Curricular Ensino Religioso brasileiro pode se constituir oportunidade para o diálogo intercultural e inter-religioso.[83] Essa linha de raciocínio vai ao encontro do pensamento de Müller e Costa, para as quais:

> Faz-se necessário estar atento à criação de novos valores éticos que tenham como base a noção de alteridade, como a relação entre os desiguais. A educação intercultural seria um caminho para isso, uma vez que coloca como evidencia uma nova consciência dos direitos as diferenças. Mas ressalta-se aqui a importância de não se enxergar o docente como o grande redentor ou articulador de todas as demandas da sociedade. Reafirma-se que existe ainda larga distância entre o que é aprendido nos cursos de formação docente com o cotidiano escolar ao qual a recém-formado é lançado. Porém, o conceito de laicidade deve estar presente na educação, principalmente nos cursos voltados para a formação docente para a educação pública. Isso significa que deve existir uma separação entre o religioso e o público. Inserida no contexto da sala de aula, a laicidade pode favorecer ao maior debate e quebra de preconceitos perante concepções discriminatórias, racistas e intolerantes. A educação pode ter grande relevância no papel de problematizador de conceitos e ideias do chamado senso comum.[84]

[81] JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo; RODRIGUES, Edile Maria Fracaro. A relação entre a formação do professor e a identidade do Ensino Religioso. *Revista Formação Docente*, Belo Horizonte, v. 5, n. 8, p. 121-135, 2013. p. 123-124.

[82] O diálogo inter-religioso é um processo de comunicação e troca entre pessoas de diferentes religiões e tradições espirituais. Ele envolve: a) respeito mútuo — cada pessoa respeita a fé e as crenças do outro, mesmo que sejam diferentes das suas; b) escuta ativa — as pessoas se esforçam para entender verdadeiramente as perspectivas e experiências umas das outras; c) abertura — estar aberto a aprender com as crenças e valores do outro e reconsiderar aspectos das próprias crenças; d) encontrar pontos em comum — identificar valores, princípios ou preocupações compartilhadas entre as religiões que possam unir as pessoas; d) cooperação — trabalhar juntos em projetos para o bem comum, apesar das diferenças. O objetivo do diálogo inter-religioso é promover a paz, o entendimento mútuo e o respeito entre pessoas de diferentes crenças. COELHO, André Magalhães. A religião como fator de conscientização para o diálogo ético. *Revista Científica Acertte*, Judiaí, v. 3, n. 4, p. 1-9, 2023. p. 5-6.

[83] VILAS-BOAS; PEREIRA, 2022, p. 27958.

[84] MÜLLER; COSTA, 2016, p. 34.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 05/04/2024.

No Brasil, segundo as explicações tecidas por Daniela Amaral, Renato Oliveira e Evelin Souza, a laicidade do Estado[85] é de suma importância na formação docente para o Componente Curricular Ensino Religioso brasileiro porque garante que a educação seja livre de doutrinação religiosa e que o Estado não irá favorecer ou privilegiar qualquer religião. No Brasil, isso tem se mostrado essencial para garantir o direito à liberdade de religião e crença[86], bem como para promover a tolerância e o respeito à diversidade religiosa.[87]

Para Vilas-Boas e Pereira, as principais práticas plurais no Componente Curricular Ensino Religioso brasileiro envolvem o reconhecimento da diversidade religiosa do país e a promoção do diálogo inter-religioso, para garantir que os/as estudantes tenham acesso a diferentes tradições religiosas e possam compreender e respeitar as crenças e práticas dos/as outros/as. Algumas das principais práticas plurais no Ensino Religioso incluem: estudo comparativo das religiões; visita a locais de culto; estudo da história das religiões; respeito à diversidade religiosa. Essas práticas plurais no Componente Curricular Ensino Religioso buscam promover a compreensão mútua, o respeito à diversidade religiosa e a construção de uma sociedade mais inclusiva e tolerante. Tais práticas revelam-se fundamentais para garantir que o Componente Curricular Ensino Religioso brasileiro seja realizado de forma ética e respeitosa, contribuindo para a minimização do preconceito.[88] Considerando-se esses pontos de

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 05/04/2024.

PPGPCR
Faculdade Unida de Vitória

[85] A laicidade do Estado, em sua acepção corrente, compreende o processo de separação institucional e autonomia do Estado com relação às religiões. Sua aplicação ganha relevo no ocidente a partir do século XIX, especialmente como princípio basilar aos sistemas políticos, em que se acentuou a tendência à independência e à neutralidade do Estado em relação às crenças. Contudo, a noção de laicidade não se restringe a uma norma legal que busca apenas promover a separação institucional entre ditas esferas. Sua função também consiste em reconhecer e garantir de modo equânime a legitimidade das distintas clivagens de pensamento e crenças presentes na sociedade. Sendo assim, seu propósito também consiste em assegurar que a pluralidade de ideias seja preservada, de modo a impedir que determinadas concepções de bem se imponham a distintos grupos que não partilham da mesma concepção. SILVA, 2019, p. 297-280.

[86] A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) afirma o direito à liberdade de religião e crença em seu Artigo 18: "Toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, isolada ou coletivamente, em público ou em particular". A DUDH defende que todas as pessoas devem ter a liberdade de adotar, praticar e propagar a religião de sua escolha, sem discriminação. Isso implica no direito ao diálogo e respeito entre diferentes religiões e crenças. Em seu preâmbulo, a DUDH também afirma a necessidade de um *espírito de fraternidade* entre todos, o que promove a ideia de diálogo e entendimento mútuo entre credos e culturas. Portanto, a ONU reconhece a importância da liberdade religiosa e do diálogo inter-religioso para a paz, a tolerância e a não discriminação. UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) — adotada e proclamada pela resolução 217 A (III), da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em 10 de dezembro de 1948. Brasília (DF): Representação da UNESCO no Brasil, 1998. p. 10.

[87] AMARAL, Daniela Patti do; OLIVEIRA, Renato José de; SOUZA, Evelin Christine Fonseca de. Argumento para a formação do professor de Ensino Religioso no projeto pedagógico do curso de Ciências das Religiões da UFPB: que docente se pretende formar? *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 98, n. 249, p. 270-292, 2017. p. 273.

[88] VILAS-BOAS; PEREIRA, 2022, p. 27958.

vista, aqui novamente se faz necessário mencionar a visão apresentada por Müller e Costa, segundo a qual:

> As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica (a Resolução n; 2, de 1 de julho de 2015), trouxeram novas orientações para os cursos qualificadores para o exercício da docência. Entre seus pressupostos, tal legislação estipula que as diversidades étnico racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, obrigatoriamente sejam abordadas na formação dos docentes.[89]

No intuito de adaptar o Componente Curricular Ensino Religioso e atender às necessidades de estudantes de diferentes religiões do país, torna-se essencial levar em consideração algumas práticas e abordagens. Vilas-Boas e Pereira sugerem ações como a maior flexibilidade no currículo[90], visto que, no caso do Componente Curricular Ensino Religioso, deve ser adaptável às necessidades dos/as estudantes de diferentes religiões, com os/as docentes mostrando-se sempre dispostos/as a incluir temas e práticas de diferentes tradições religiosas, de modo a garantir que todos/as os/as estudantes se sintam incluídos/as. Da mesma forma, é preciso que haja sensibilidade religiosa, com os/as docentes mostrando-se sensíveis às diferenças culturais e religiosas presentes na sala de aula, evitando quaisquer tipos de generalizações ou estereótipos, mostrando-se abertos/as ao diálogo e à compreensão das diferentes crenças e práticas religiosas.[91]

Nesse sentido, a BNCC se constitui referência nacional para a formulação dos currículos dos sistemas e redes escolares dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, bem como das propostas pedagógicas das instituições públicas de ensino.[92] Para tanto, a BNCC integra a política nacional da Educação Básica, buscando o alinhamento de outras políticas e ações, em níveis federal, estadual e municipal, nos aspectos de formação de docentes, avaliação,

[89] MÜLLER; COSTA, 2016, p. 28.
[90] Em educação, o currículo é um termo usado para se referir ao conjunto de conhecimentos, habilidades, competências e experiências que são planejados e organizados para serem ensinados e aprendidos em uma determinada instituição educacional. Ele representa o conteúdo e os objetivos educacionais estabelecidos pelas autoridades educacionais, escolas ou docentes, e serve como um guia para o processo de ensino e aprendizagem. O currículo abrange tanto os aspectos acadêmicos (como disciplinas específicas, temas, conceitos e teorias) quanto os aspectos relacionados ao desenvolvimento pessoal e social dos alunos (como habilidades sociais, ética, valores e cidadania). Em se tratando de educação, o currículo pode ser estruturado em diferentes níveis, desde o currículo nacional ou estadual até o currículo de uma escola específica ou de uma disciplina em particular. O objetivo principal do currículo é fornecer uma estrutura coerente e organizada para garantir que os alunos adquiram os conhecimentos e as habilidades necessárias para seu desenvolvimento intelectual, pessoal e profissional. Além disso, o currículo também pode ser adaptado para atender às necessidades e interesses dos alunos, bem como às demandas da sociedade e do mundo do trabalho. FERREIRA, Dulce Maria da Silva. *Educação científica de alunos com currículos específicos individuais*: um estudo realizado na Fábrica Centro Ciência Viva. Aveiro: UADE, 2012. p. 22-23.
[91] VILAS-BOAS; PEREIRA, 2022, p. 27958.
[92] BRASIL, 2019, p. 13

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 05/04/2024.

elaboração de conteúdos e currículos educacionais e, também, no que diz respeito aos critérios para a oferta de infraestrutura adequada ao pleno desenvolvimento da educação pública brasileira.[93]

Reforçando tudo que foi afirmado até então, Sérgio Junqueira e Edile Rodrigues entendem que, na BNCC, o eixo relativo ao Componente Curricular Ensino Religioso, intitulado *identidade e diferenças*[94], contribui para a formação integral dos/as estudantes, promovendo o conhecimento e a reflexão sobre as diferentes tradições religiosas e filosofias de vida, o diálogo inter-religioso, a promoção da tolerância e do respeito à diversidade religiosa, a reflexão crítica sobre as crenças e valores religiosos, a relação entre religião e sociedade, e a relação entre religião e cultura, seja contribuindo para a formação de visão mais ampla e crítica acerca da relação entre religião e sociedade, concorrendo para o desenvolvimento de uma consciência cidadã mais ativa e participativa; seja estimulando a reflexão sobre a relação entre religião e cultura, estimulando a formação de visão mais ampla e crítica sobre a identidade cultural.[95]

Sousa Martins e Elisa Rodrigues entendem que, a BNCC traz importantes diretrizes para orientar a prática docente no Componente Curricular Ensino Religioso visando uma educação integral, que considera as múltiplas dimensões dos estudantes e os prepara para os desafios contemporâneos com autonomia e responsabilidade. O próprio currículo da licenciatura em Ciências da Religião, que forma os docentes, precisa alinhar-se aos mesmos princípios da BNCC, garantindo abordagens didático-pedagógicas interdisciplinares e vinculadas à realidade dos/as estudantes, às demandas da educação integral e às competências gerais da educação básica. Tal documento propõe o desenvolvimento de competências, entre elas a de valorizar a diversidade de saberes e experiências dos estudantes. Isso implica que o/a docente do

[93] BRASIL, 2019, p. 8.

[94] A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é o documento que estabelece os conteúdos e competências que devem ser desenvolvidos ao longo da educação básica no Brasil. O eixo "identidades e diferenças" na BNCC se refere a uma das temáticas transversais que devem ser abordadas de forma transversal em todas as áreas do conhecimento. O eixo "identidades e diferenças" tem como objetivo promover a reflexão sobre as diversidades presentes na sociedade, como diferenças culturais, étnicas, religiosas, de gênero, de orientação sexual, de classe social, entre outras. Ele busca valorizar e respeitar a pluralidade de identidades e vivências dos estudantes, assim como combater preconceitos, discriminações e estereótipos. Nesse eixo são abordados temas relacionados à igualdade, diversidade, inclusão, respeito à diferença e promoção dos direitos humanos. A BNCC propõe que as escolas trabalhem esses temas de forma transversal, integrando-os ao conteúdo específico das disciplinas, promovendo discussões, reflexões e atividades que estimulem a compreensão e o respeito à diversidade. Assim, o eixo "identidades e diferenças", na BNCC, busca contribuir para a formação de cidadãos conscientes, críticos e respeitosos, capazes de lidar com as diferenças e de atuar de forma inclusiva na sociedade. SANTOS, Anyla Laíse; ARAÚJO, Gerliane Rocha de; CUNHA, Kátia Silva; BAZANTE, Tânia Maria Goretti Donato. As temáticas identidade, cultura e diferença nas práticas pedagógicas à luz da BNCC e do currículo de Pernambuco. *Revista Currículo & Docência*, Recife, v. 2, n. 2, p. 102-118, 2020. p. 107.

[95] JUNQUEIRA, Sérgio; RODRIGUES, Edile Maria Fracaro. Saberes docentes e concepções do Ensino Religioso. *Revista Estudos de Religião*, São Bernardo do Campo, v. 34, n. 1, p. 155-176, 2020. p. 172.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 05/04/2024.

Componente Curricular Ensino Religioso deve partir das vivências e referências religiosas já presentes no contexto dos/as estudantes, mapeando previamente a diversidade religiosa da comunidade escolar para planejar seus conteúdos e atividades.[96]

Ainda conforme Sousa Martins e Elisa Rodrigues, outro princípio didático importante é trabalhar a materialidade da religião expressa em seus símbolos, imagens, ritos e narrativas mitológicas. Essas manifestações concretas devem ser o ponto de partida, especialmente nos anos iniciais, para uma aprendizagem significativa que dialogue com o universo infantil. A BNCC também separa o Componente Curricular Ensino Religioso em unidades temáticas – identidades e alteridades, manifestações religiosas e crenças religiosas/filosofias de vida – que podem orientar a prática docente. Essa divisão aproxima-se da distinção entre a parte teórico-sistemática e a parte empírica da religião.[97]

Sobre os mitos e doutrinas, parte teórica, Sousa Martins e Elisa Rodrigues afirmam que podem ser trabalhados mais nos anos finais, quando os/as estudantes já desenvolveram habilidades cognitivas mais complexas. Já ritos, símbolos e manifestações concretas são mais adequados para os primeiros anos. Dessa forma, a BNCC traça importante perspectiva para o Componente Curricular Ensino Religioso, valorizando a diversidade cultural religiosa, os conhecimentos prévios e as experiências concretas dos estudantes como base para uma aprendizagem progressiva e significativa da complexidade do fenômeno religioso em suas múltiplas dimensões, cabendo ao/à docente de Ensino Religioso adequar seus métodos a esses princípios gerais e às especificidades de cada contexto.[98]

Conforme o entendimento expresso por Amaral, Oliveira e Souza, acerca do contexto da formação docente para o Componente Curricular Ensino Religioso brasileiro, a autonomia do campo educacional pode estar ameaçada caso os projetos político-pedagógicos dos cursos venham a adotar discursos que comprometam os princípios basilares da laicidade, como a neutralidade do Estado em relação às religiões. Isso pode levar a uma formação docente que não esteja voltada para uma concepção realmente pluralista e não proselitista desse Componente Curricular, o que pode prejudicar a efetivação do direito à liberdade de crença de todos/as os/as cidadãos/ãs.[99]

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 05/04/2024.

PPGPCR Faculdade Unida de Vitória

[96] SOUSA MARTINS, Nathália Ferreira de; RODRIGUES, Elisa. Aspectos teóricos e didáticos da formação do professor de Ensino Religioso: perspectivas à luz da(s) Ciência(s) da(s) Religião(ões) e da Base Nacional Comum Curricular. *Revista Caminhando*, São Bernardo do Campo, v. 23, n. 2, p. 137-150, 2018. p. 145.
[97] SOUSA MARTINS; RODRIGUES, 2018, p. 147.
[98] SOUSA MARTINS; RODRIGUES, 2018, p. 141.
[99] AMARAL; OLIVEIRA; SOUZA, 2017, p. 283.

Amaral, Oliveira e Souza também entendem ser possível identificar algumas das principais competências que um/a docente do Componente Curricular Ensino Religioso deve desenvolver durante sua formação, entre as quais se destacam: o conhecimento teórico sólido sobre as diferentes religiões, suas histórias, doutrinas e práticas; a habilidade em aplicar esse conhecimento teórico em sala de aula, promovendo o diálogo e o respeito entre as diferentes religiões e crenças; a postura ética e responsável em relação ao Ensino Religioso, evitando qualquer tipo de proselitismo ou imposição de crenças; a capacidade de lidar com a diversidade religiosa e cultural do país, estabelecendo um diálogo entre as diferentes religiões e crenças; a habilidade em utilizar as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC)[100] para o Ensino Religioso; sendo ainda fundamental destacar que a formação do docente do Ensino Religioso deve ser pensada de forma continuada, de modo a garantir a atualização constante dos conhecimentos e práticas pedagógicas.[101]

Ainda de acordo com Amaral, Oliveira e Souza, a formação do/a docente de Ensino Religioso deve acontecer no projeto pedagógico do curso de Ciências das Religiões, ofertados nas instituições de ensino devidamente credenciadas. Amaral, Oliveira e Souza também defendem que a formação do/a docente deve ser contínua, tanto na formação inicial quanto na formação continuada. Quanto à responsabilidade pela formação, esses/as mesmos/as autores/as inferem que as universidades, por meio do curso de Ciências das Religiões, exercem papel primordial nesse processo.[102]

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 05/04/2024.

PPGPCR Faculdade Unida de Vitória

[100] As Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) são ferramentas, dispositivos e sistemas baseados em tecnologia digital que permitem a coleta, armazenamento, processamento, transmissão e compartilhamento de informações de forma eletrônica. Essas tecnologias desempenham um papel fundamental na sociedade moderna, transformando a forma como nos comunicamos, trabalhamos, aprendemos e interagimos. As TDIC englobam uma ampla gama de tecnologias, incluindo: computadores e dispositivos móveis: como computadores pessoais, laptops, smartphones e tablets, que fornecem acesso à internet e uma variedade de aplicativos e serviços; Internet: uma rede global de computadores interconectados que permite a troca de informações e recursos em todo o mundo; redes sociais: plataformas online que permitem às pessoas se conectar, compartilhar informações, ideias e mídia, e interagir com outras pessoas em um ambiente virtual; comunicação eletrônica: inclui e-mail, mensagens instantâneas, videochamadas, chamadas de voz pela internet (VoIP) e outras formas de comunicação baseadas em tecnologia digital; Internet das Coisas (IoT): uma rede de objetos físicos (como eletrodomésticos, dispositivos médicos, veículos, etc.) que estão conectados à internet e podem coletar e trocar dados; Big Data: o processamento e a análise de grandes volumes de dados, geralmente coletados de várias fontes, para obter insights e informações úteis; computação em nuvem: o fornecimento de serviços de computação, como armazenamento de dados, processamento e aplicativos, por meio da internet, eliminando a necessidade de recursos de hardware e infraestrutura locais; Inteligência Artificial (IA): o uso de algoritmos e sistemas computacionais para realizar tarefas que normalmente exigem inteligência humana, como reconhecimento de fala, processamento de linguagem natural e tomada de decisão. Tais tecnologias exercem impacto significativo em várias áreas da vida, incluindo educação, negócios, saúde, entretenimento e governo, possibilitando a troca rápida de informações, o acesso a recursos globais, a automação de processos e o desenvolvimento de novas soluções e serviços inovadores. SANTANA, Elaine Lima. *Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) no ensino de geografia nos anos finais do Ensino Fundamental*. Lajeado: UNIVATES, 2018. p. 25-26.

[101] AMARAL; OLIVEIRA; SOUZA, 2017, p. 281.

[102] AMARAL; OLIVEIRA; SOUZA, 2017, p. 282.

Por isso mesmo que, ainda segundo Amaral, Oliveira e Souza, os princípios basilares da laicidade que devem ser garantidos pelos projetos político-pedagógicos em todos os cursos de formação docente são a imparcialidade do Estado democrático de direito em relação às religiões, a liberdade de crença e de expressão religiosa, a tolerância e o respeito à diversidade religiosa. Isso significa que os cursos devem formar docentes que estejam preparados/as para lidar com a pluralidade religiosa de forma não proselitista, ou seja, sem tentar converter os/as estudantes a determinada religião, respeitando a liberdade de crença de todos/as os/as cidadãos/ãs.[103]

Conforme explicam Ana Silva e Raimundo Castro, um exemplo de formação proselitista seria aquela em que o/a docente ensina apenas os princípios e práticas de sua própria religião aos/às estudantes, citando passagens e textos sagrados de sua fé como verdades absolutas. A formação proselitista tem por objetivo converter os/as estudantes a uma única visão religiosa. Em sentido inverso, um exemplo de formação pluralista seria aquela em que o/a docente apresenta aos/às estudantes, de forma equilibrada, as crenças e práticas de diversas religiões existentes na comunidade e no mundo, explicando que existem muitas maneiras diferentes de acreditar no divino, promovendo o respeito mútuo e o diálogo entre estudantes de diferentes origens religiosas. Esse/a docente estimula os/as estudantes a pensarem criticamente sobre religião, sem impor nenhuma crença específica como superior. A formação pluralista busca valorizar o entendimento e respeito mútuo entre religiões, sem favorecer ou desfavorecer nenhuma delas.[104]

Para Torres e Ribeiro, a formação de docentes protagonistas na construção do conhecimento pedagógico pode contribuir para um Ensino Religioso mais crítico e reflexivo ao prepará-lo/a como intelectual crítico-reflexivo. Isso significa que o/a docente vai aprender a ensinar de um jeito bom para todos/a. Ele/a vai contar histórias sobre muitas religiões diferentes para os/as estudantes. Assim todos/as se sentirão especiais e importantes na sala de aula. O/a docente vai ensinar que existem muitas maneiras das pessoas acreditarem no divino. Tal docente vai falar sobre como se deve respeitar as pessoas que têm religião diferente. Com isso, os/as estudantes aprenderão que é possível ter amigos/a com religiões diferentes e que não devem brigar por causa disso. De igual modo, esse/a docente poderá organizar situações de aprendizagem que contribuam para o desenvolvimento integrado das capacidades dos/as

[103] AMARAL; OLIVEIRA; SOUZA, 2017, p. 284-285.
[104] SILVA, Ana Maria de Souza e; CASTRO, Raimundo Márcio Mota de. O Ensino Religioso e a cultura escolar: um encontro histórico-social para a formação dos sujeitos. *Revista Educere Et Educare*, Cascavel, v. 17, n. 44, p. 168-197, 2022. p. 175-176.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 05/04/2024.

estudantes, como aprender a conhecer, fazer, conviver e ser, que respeite a diversidade religiosa e promova a reflexão e o diálogo entre as diferentes expressões religiosas.[105] Isso porque, ainda conforme o entendimento expresso por Junqueira e Rodrigues, a proposta básica do Ensino Religioso é promover uma cultura da reciprocidade, como ideal motivador da convivência que se articula em três momentos: a estima de si; o cuidado pelo/a outro/a; a aspiração de viver em instituições justas. Tal visão da reciprocidade requer uma redefinição, tanto do conceito de comunidade como do de cidadania.[106]

Para tanto, Amaral, Oliveira e Souza identificam algumas das principais estratégias de formação docente para o Ensino Religioso no cenário brasileiro, tais como a inclusão do Ensino Religioso nos cursos de licenciatura em Ciências das Religiões, com uma formação que leve em conta a diversidade religiosa e cultural do país, bem como a necessidade de se estabelecer um diálogo entre as diferentes religiões e crenças. O Componente Curricular Ensino Religioso pode ajudar a promover o diálogo entre diferentes religiões e crenças de várias maneiras. Apresentando de forma respeitosa e equilibrada as principais religiões e tradições espirituais existentes na sociedade e no mundo. Explicando suas crenças, práticas, textos e valores centrais. Discutindo pontos em comum entre as religiões, como valores de compaixão, perdão, caridade, que podem unir diferentes grupos. Organizando visitas respeitosas a locais de culto de diferentes religiões, para que os/as estudantes vivenciem e entendam melhor cada tradição. Trazendo representantes de diferentes religiões para dialogar com os/as estudantes sobre suas experiências e responder perguntas. Promovendo projetos e atividades que reúnam estudantes de diferentes origens religiosas, gerando integração e amizade. Estimulando o pensamento crítico e reflexivo sobre religião, sem impor nenhuma crença como sedo superior às demais. Ensinando sobre direitos humanos, liberdade religiosa e a importância do respeito mútuo.[107]

Além disso, Amaral, Oliveira e Souza também mencionam o desenvolvimento de formação de docentes que leve em consideração a importância do conhecimento teórico sólido sobre as diferentes religiões, suas histórias, doutrinas e práticas, bem como a habilidade em aplicar esse conhecimento teórico em sala de aula, promovendo o diálogo e o respeito entre as diferentes religiões e crenças. Havendo, ainda, o incentivo à formação continuada dos/as docentes do Componente Curricular Ensino Religioso, de forma a garantir a atualização constante dos conhecimentos e práticas pedagógicas; bem como o estímulo à pesquisa e à produção de conhecimento no campo da formação de docentes para o Componente Curricular

[105] TORRES; RIBEIRO, 2021, p. 724-725.
[106] JUNQUEIRA; RODRIGUES, 2020, p. 172.
[107] AMARAL; OLIVEIRA; SOUZA, 2017, p. 285.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 05/04/2024.

Ensino Religioso, de forma a aprimorar as práticas pedagógicas e a compreensão sobre o papel do mencionado Componente Curricular na educação brasileira.[108]

Daí porque, conforme o entendimento expresso por Junqueira e Rodrigues, a formação dos/as docentes pode impactar significativamente o Componente Curricular Ensino Religioso, levando à maior compreensão da legislação que regulamenta o Ensino Religioso e das diferentes abordagens possíveis; desenvolvendo habilidades que promovem o diálogo inter-religioso e o respeito à diversidade religiosa; elevando a capacidade de desenvolver atividades pedagógicas que promovam a reflexão crítica e a formação de valores éticos; melhorando a capacidade de lidar com situações de conflito ou questionamento por parte dos/as estudantes em relação ao Componente Curricular Ensino Religioso brasileiro; gerando maior conscientização sobre a influência de suas próprias experiências pessoais e religiosas na prática pedagógica. Além disso, a formação dos/as docentes pode contribuir para a construção de uma identidade profissional mais sólida e para a maior valorização do Ensino Religioso, sendo, portanto, primordial para garantir uma abordagem adequada e respeitosa do Componente Curricular Ensino Religioso.[109]

Para Junqueira e Rodrigues, no Brasil, a formação do/a docente de Ensino Religioso pode impactar significativamente a sua identidade profissional, influenciando sua compreensão sobre o papel desse Componente Curricular na escola pública, bem como sua capacidade de lidar com a diversidade religiosa e cultural do país. De igual modo, a formação continuada pode ajudar o/a docente a atualizar seus conhecimentos e práticas pedagógicas, contribuindo para uma identidade profissional mais crítica e reflexiva. Junqueira e Rodrigues também ressaltam a importância dos pressupostos epistemológicos e pedagógicos na formação do/a docente do Componente Curricular Ensino Religioso brasileiro, visto que, quando adequada, tais pressupostos podem ajudar o/a docente a desenvolver identidade profissional mais consistente e coerente com os objetivos do Componente Curricular Ensino Religioso brasileiro, especialmente após a formação acadêmica com base nos postulados oferecidos pelas Ciências das Religiões.[110]

Dessa forma, tendo sido aqui discutida a questão da formação docente, passa-se agora, no tópico seguinte, a debater a postura que, de acordo com a literatura especializada, seria ideal a todos/as os docentes que lecionam o Componente Curricular Ensino Religioso no Ensino

[108] AMARAL; OLIVEIRA; SOUZA, 2017, p. 285.
[109] JUNQUEIRA; RODRIGUES, 2020, p. 174-175.
[110] JUNQUEIRA; RODRIGUES, 2013, p. 128-129.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 05/04/2024.

Fundamental, compromissados com um ensino verdadeiramente laico e voltado à do maior respeito à diversidade cultural e religiosa.

2.2 Postura ideal dos/as docentes de Ensino Religioso

A educação se constitui processo complexo e abrangente que vai além da mera transmissão de conhecimentos, envolvendo a formação integral do indivíduo, abarcando aspectos cognitivos, emocionais, sociais e éticos. Além de fornecer informações e habilidades técnicas, a educação tem o propósito de promover o desenvolvimento pessoal e social dos/as estudantes, capacitando-os/as para enfrentar os desafios da vida e contribuir positivamente para a sociedade. Nesse contexto, Aureliana Tavares e Ana Barreiro entendem que o papel do/a docente é essencial e multifacetado, não apenas se resumindo a compartilhar conhecimentos, mas também a atuar como facilitador/a do processo de aprendizagem, estimulando a reflexão crítica, a criatividade e o pensamento independente. Além disso, o/a docente exerce papel de mediador/a nas relações entre os/as estudantes, promovendo o respeito mútuo, a colaboração e a construção de uma comunidade de aprendizagem. Ao mesmo tempo, o/a docente desempenha papel modelador, servindo como exemplo de valores, atitudes e comportamentos que deseja instilar nos/as estudantes, na forma de agente fundamental no processo educacional, cuja atuação vai além da sala de aula e impacta profundamente a formação e o desenvolvimento dos indivíduos.[111]

Desde os primeiros anos da educação no Brasil, o Ensino Religioso é herdeiro de tendências culturais religiosas confessionais, sendo, muitas vezes, gerenciado por líderes religiosos e, em outras vezes, em função de concessões de políticas governamentais, por meio do sistema de ensino. No Brasil, especialmente a partir das últimas duas décadas, em diversas áreas de formação acadêmica, mas especialmente na educação, a preocupação com questões que relacionam ciência e religião tem exigido esforços para encontrar respostas que satisfaçam docentes e estudantes, em consonância com a diversidade da sociedade.[112] Diante disso, Lurdes Caron apresenta importantes questionamentos para o Ensino Religioso: quem é responsável por desenvolver seus conteúdos? São os/as docentes ou as relações de gestão sobre o Ensino Religioso? Quem elabora os conteúdos de para o Ensino Religioso? E com quais temas? Qual

[111] TAVARES, Aureliana; BARREIRO, Ana Maria. O papel do educador na sociedade pós-moderna. *RPGE — Revista Online de Política e Gestão Educacional*, Araraquara, v. 21, n. 2, p. 1228-1238, 2017. p. 1230-1231. [*Online*].

[112] SAUCEDO, Kellys Regina Rodio. Docência do Ensino Religioso: ciência e religião na formação de professores. *Revista Eletrônica Pesquiseduca*, Santos, v. 5, n. 10, p. 244-261, 2013. p. 250. [*Online*].

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 05/04/2024.

o cerne da área do conhecimento para a elaboração de conteúdo para Componente Curricular Ensino Religioso?[113]

O fato é que o Ensino Religioso desafia e inquieta docentes, autoridades religiosas e gestores/as escolares. Contudo, nas duas últimas décadas, houve crescimento de nova consciência e novos paradigmas[114] entre docentes, estudantes, pais/mães e a sociedade, com relação a questões que envolvem o Ensino Religioso. Nesse sentido, Caron destaca que o Ensino Religioso deve ser sempre ministrado de modo laico, sem permitir mínima vinculação a uma religião específica, pois seu objetivo é promover o respeito à diversidade religiosa.[115]

Entre os exemplos de como isso poderia funcionar em uma sala de aula, pode-se mencionar, primeiro, o caso em que o/a docente apresenta as principais religiões praticadas pelos/as estudantes, de forma equilibrada, incluindo breve explicação sobre suas crenças centrais, textos sagrados e rituais. Outro exemplo seria, durante o estudo de determinada religião, o/a docente levar a turma para visitar um templo local, dessa mesma religião, com o intuito de conhecer a arquitetura e cultura da religião. Da mesma forma, o/a docente pode promover um *festival das religiões*, em que cada estudante pode apresentar um pouco de sua fé. Outro exemplo seria, ao invés de rezar ou usar símbolos específicos, o/a docente faz uma *roda de valores* semanal, na qual os/as estudantes compartilham histórias sobre valores morais comuns entre as religiões. Em todos esses exemplos, o/a docente estaria enfatizando o respeito à diversidade religiosa e à liberdade de crença como direitos humanos fundamentais.

No âmbito da cultura material escolar é importante configurar a questão da diversidade que contextualiza a pluralidade de elementos e a materialidade da educação.[116] Citando formas

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 05/04/2024.

PPGPCR Faculdade Unida de Vitória

[113] CARON, Lurdes. Ensino Religioso: currículo, programas e formação. *Revista Pistis Prax., Teologia e Pastoral*, Curitiba, v. 6, n. 2, p. 627-647, 2014. p. 629.

[114] Paradigma é um conjunto de crenças, valores, conceitos e práticas que formam uma estrutura ou modelo para compreender, interpretar e abordar determinado domínio de conhecimento. É uma forma de pensar e organizar o pensamento que influencia a maneira como vemos, entendemos e lidamos com o mundo ao nosso redor. Os paradigmas são amplamente utilizados nas áreas da filosofia, ciência, tecnologia e outras disciplinas acadêmicas, fornecendo base conceitual e metodológica para a investigação, resolução de problemas e tomada de decisões dentro de um determinado campo. Um paradigma define limites do que é considerado válido, relevante e significativo dentro de uma comunidade de estudo. Além disso, estabelece teorias, métodos e pressupostos fundamentais que moldam a forma como os problemas são definidos, as hipóteses são formuladas, os dados são coletados, analisados e as conclusões são alcançadas. Ao longo do tempo, os paradigmas podem evoluir ou ser substituídos à medida que novas descobertas ocorrem. Essas mudanças paradigmáticas podem ocorrer de forma gradual ou como resultado de revoluções científicas, nas quais os conceitos e abordagens dominantes são radicalmente transformados. Um exemplo clássico de mudança de paradigma na história da ciência é a transição do modelo geocêntrico para o modelo heliocêntrico do sistema solar, proposto por Copérnico e Galileu. Tal mudança revolucionou a compreensão do universo e teve impacto profundo na forma como a Astronomia e outras disciplinas relacionadas foram estudadas e praticadas. BERQUIVE, Janete de Aguirre. Refletindo sobre paradigmas. *Revista Científica Eletrônica de Psicologia*, São Paulo, v. 3, n. 5, p. 1-8, 2005. p. 4-5. [*Online*].

[115] CARON, 2014, p. 642.

[116] RODRIGUES, Edile Maria Fracaro; GILZ, Claudino; JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. Cultura material escolar e Ensino Religioso: um caminho para a formação do professor de Ensino Religioso. *Revista Diálogo*

de como valorizar a diversidade cultural material na sala de aula, tem-se os seguintes exemplos: a) ter livros, posters e outros materiais que abordem diferentes culturas, etnias e religiões; b) trazer objetos representativos de várias religiões para mostrar às crianças, como um tapete de oração muçulmano, uma imagem de Buda etc.; c) colocar um mapa-múndi na sala e ir mostrando aos/às estudantes os diferentes países e culturas pelo globo terrestre; d) solicitar que cada estudante compartilhe uma *história familiar*, falando sobre suas origens e ancestralidade; e) fazer receitas típicas de diferentes culturas na aula de culinária; f) ouvir e dançar músicas tradicionais de vários povos, observando semelhanças e diferenças.

O conceito de diversidade definido pelos dicionários e por autores denotam disparidade, variação, pluralidade, significando, o contrário da uniformidade e da homogeneidade. O olhar cultural nunca é neutro. É colorido e possui conotação política e histórica, tanto como o campo ideológico dos processos de construção da diversidade[117]. Em particular, pelos seguintes elementos: os sistemas de valores, a educação, a herança cultural ou religiosa, a emoção e a sensibilidade — elementos esses, em si, determinantes, que produzem seus efeitos. Estruturam as construções identitárias e, por conseguinte, as visões culturais de larga duração.[118] Aqui torna-se importante mencionar o entendimento expresso por Sérgio Junqueira e por Edile Fracaro, os quais afirmam que:

> O Ensino Religioso, na perspectiva e princípios de educação para a cidadania plena, sustentada em pressupostos educacionais e não sobre argumentos religiosos, ainda que essas sejam legítimas e importantes, a partir das diferentes áreas de conhecimento, integradas às Ciências das Religiões, contribui na definição dos conteúdos específicos, considerando que a interlocução entre as mesmas é fundamental para a construção e articulação da disciplinaridade e interdisciplinaridade. Para tal, o Ensino Religioso tem necessidade de observar os aspectos das Ciências das Religiões, pois objetiva compreender o fenômeno religioso em todas as situações da existência humana.[119]

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 05/04/2024.

PPGPCR Faculdade Unida de Vitória

Educional, Curitiba, v. 9, n. 26, p. 181-195, 2009. p. 185.

[117] No contexto do Ensino Religioso, a diversidade se refere à valorização e promoção da pluralidade de crenças, religiões e culturas presentes na sociedade. A diversidade no Ensino Religioso implica reconhecer e respeitar a existência e a importância das diferentes tradições religiosas e filosóficas, bem como as convicções e visões de mundo dos estudantes. O objetivo é proporcionar educação inclusiva, que promova a tolerância e a compreensão mútua. Dessa forma, a diversidade no Ensino Religioso envolve a apresentação de diferentes tradições religiosas de forma imparcial, sem favorecer ou privilegiar nenhuma delas. Os estudantes têm a oportunidade de conhecer e compreender as diversas formas de expressão religiosa e filosófica presentes na sociedade, estimulando o respeito à pluralidade e o exercício da cidadania. Vale ressaltar que a abordagem da diversidade no Ensino Religioso deve ser pautada pelo respeito aos direitos humanos e à liberdade religiosa, evitando qualquer forma de proselitismo ou doutrinação. O objetivo é proporcionar ambiente educacional inclusivo, no qual os estudantes possam desenvolver habilidades de pensamento crítico, respeito às diferenças e convivência pacífica. RIBEIRO, Cláudio de Oliveira; ARAGÃO, Gilbraz; PANASIEWICZ, Roberlei (orgs.). *Dicionário do pluralismo religioso*. São Paulo: Recriar, 2020. p. 70-71.

[118] RODRIGUES; GILZ; JUNQUEIRA, 2009, p. 185.

[119] JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo; FRACARO, Edile Maria. Professor de Ensino Religioso: histórico da formação no contexto brasileiro. *Revista Teocomunicação*, Porto Alegre, v. 40, n. 2, p. 173-191, 2010. p. 178-179.

Caron também ressalta a importância da formação dos/as docentes que irão ministrar tal Componente Curricular, destacando que é necessário que tenham formação específica para o Ensino Religioso e que sejam capazes de lidar com a diversidade religiosa presente nas salas de aula. Além disso, Caron destaca a importância de se estabelecer programas e currículos próprios para o Componente Curricular Ensino Religioso, os quais devem contemplem não somente o estudo das diferentes religiões, mas também a reflexão sobre valores éticos e morais presentes nas diferentes tradições religiosas. Além disso, a Caron afirma que a formação docente, por meio dos cursos de Licenciatura Plena com habilitação em Ensino Religioso, marca novos paradigmas na educação brasileira e, por conseguinte, para esses mesmo Componente Curricular.[120]

De acordo com Sandra Nogueira e Claudete Ulrich, ao menos teoricamente, a finalidade da inserção do Componente Curricular Ensino Religioso brasileiro na escola pública brasileira, com carga horária regular na matriz curricular, é contribuir para a formação integral do/a cidadão/a, no que tange ao maior respeito à pluralidade e à diversidade, promovendo a busca pelo sentido da vida, para além da tolerância, visando o convívio harmonioso com o/a diferente e, ainda, a conscientização de ser humano como parte de um todo maior. No entanto, o que se observa é um amplo privilégio concedido à religião cristã no Brasil, ao serem ensinadas as doutrinas e costumes, enquanto as de outras religiões, como as de matriz africana, são tratadas em segundo plano, não raramente deixando de ser discutidas, revelando o despreparo de muitos/as docentes, os/as quais se mostram preconceituosos/as, fazendo o ensino perder a essência.[121]

Em complemento, Sérgio Junqueira, Edile Rodrigues, Rachel Perobelli e Claudino Gilz afirmam que o/a docente do Componente Curricular Ensino Religioso[122], de caráter não

[120] CARON, 2014, p. 642-643.
[121] NOGUEIRA; ULRICH; SILVA, 2020, p. 39.
[122] O Ensino Religioso não confessional refere-se a um modelo de educação em que a religião é abordada de forma neutra, imparcial e não proselitista. Nesse contexto, o termo *não confessional* indica que o Ensino Religioso não se baseia em religião específica ou promove uma fé em particular, mas busca fornecer compreensão geral acerca das diversas religiões presentes na sociedade. Esse tipo de abordagem visa promover a tolerância religiosa, o respeito às diferentes crenças e a compreensão da diversidade religiosa existente em uma determinada comunidade. O objetivo é fornecer aos/às alunos/as informações imparciais sobre diferentes religiões, suas histórias, práticas e crenças, para que possam desenvolver compreensão respeitosa das perspectivas religiosas. O Ensino Religioso não confessional também pode abordar temas mais amplos, como ética, valores morais e filosofia, sem estar diretamente ligado a alguma religião específica. Dessa forma, busca-se desenvolver nos/as alunos/as consciência crítica e um entendimento abrangente sobre questões relacionadas à religião e sua influência na sociedade. Tal abordagem é uma maneira de equilibrar a liberdade religiosa dos indivíduos com a necessidade de evitar qualquer forma de doutrinação religiosa nas escolas públicas. SILVA, Rubens Dornelas da; ROSSETO, Selma Correia. Educar para a tolerância religiosa nas escolas públicas: um desafio para o Componente Curricular de Ensino Religioso frente às tradições religiosas afro-brasileiras. *Research, Society and Development*, Vargem Grande Paulista, v. 11, n. 11, p. 1-8, 2022, p. 4-5.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 05/04/2024.

confessional, tem grande contribuição a oferecer no sentido de auxiliar os/as estudantes a enfrentarem questões que estão no cerne da vida, ajudando-os/as a desenvolver a própria religiosidade, orientando-os/as para a descoberta de critérios éticos, para que possam agir de forma dialógica e reverente diante das diferentes expressões cultura e religiosas do Brasil. Para tanto, torna-se essencial que tal docente tenha formação específica que o/a habilite e o/a qualifique adequadamente. Sendo assim, entende-se que os cursos de licenciatura voltados ao e os cursos de Ciências das Religiões exercem papel primordial na formação docente e de uma educação cidadã[123], para melhor decodificarem o fenômeno religioso, visto que analisam e pesquisam o campo religioso em sua complexidade, a partir de um olhar interdisciplinar.[124] Em relação a isso, Ana Maia, Amanda Sousa e Valéria Trajano afirmam que, no Brasil, o Ensino Religioso enfrenta atualmente alguns desafios, quais sejam:

> A estruturação como Componente Curricular, que deve abarcar problemas seculares polêmicos, como a união homoafetiva, o feminismo, a liberação ou não das drogas e suas consequências, a discriminação étnica e de gênero, a violência generalizada, os crimes contra a natureza e os animais, a questão dos refugiados, o terrorismo, dentre outros; o reconhecimento da laicidade da escola públicas, de acordo com a Constituição de 1988, pois a visão proselitista ainda é marcante nas esferas administrativas do país e o Ensino Religioso confessional se caracteriza como uma catequese, além de termos na nossa cultura várias expressões religiosas; a tolerância, pois há estudantes com pertenças religiosas múltiplas, que estão sujeitos a assédio moral, tortura psicológica por outros estudantes devido às diferenças de credo e até de docentes.[125]

No Brasil, segundo a visão de Glício Andrade Júnior e Karla Sousa, a laicidade se encontra ainda longe de ser algo bem resolvido no setor público brasileiro, pois, sempre envolta por fragilidades, é mais idealizada que real. Nem mesmo a escola, espaço de debate e inclusão, foge à regra. Daí porque torna-se essencial analisar como a laicidade tem sido tratada nas escolas. Cabendo ainda refletir, principalmente, acerca de como, mesmo sendo laicas, as instituições públicas de ensino comumente inserem datas comemorativas religiosas no calendário escolar. Dessa forma, sem reconhecerem a questão da diversidade religiosa, muitas escolas públicas, concorrem para a manutenção de rótulos e preconceitos, assumindo — ainda

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 05/04/2024.

[123] A educação cidadã na atualidade é essencial para a formação de um sujeito atuante no meio em que vive, tornando ativa e protagonista a sua participação social. Diante dessa concepção, entende-se que educar tem um sentido mais amplo e significativo de práticas pedagógicas que promovam o aprendizado e o respeito aos Direitos Humanos, como caminho para uma formação ética, integral e cidadã da pessoa e da comunidade, incluindo o desenvolvimento das dimensões cognitiva, socioemocional e espiritual-religiosa. RIBEIRO, Márcio Henrique da Silva. Experiência pedagógica sobre pluralidade religiosa. *PqTEO — Revista Pesquisas em Teologia*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 124-143, 2023. p. 125.

[124] JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo; RODRIGUES, Edile Maria Fracaro; PEROBELLI, Rachel de Morais Borges; GILZ, Claudino. *Revista Educação em Questão*, Natal, v. 30, n. 16, p. 127-141, 2007. p. 131.

[125] MAIA; SOUSA; TRAJANO, 2022, p. 233.

que indiretamente — determinada identidade religiosa, excluindo as demais, em especial as de matriz africana.[126]

No Brasil, o assentamento confessional, que ainda pode ser percebido em muitas aulas de Ensino Religioso nas escolas públicas de Ensino Fundamental, constitui-se um erro de julgamento, visto que induz ao doutrinamento dos/as estudantes em espaço público, o que é vedado pelo art. 19, da Constituição Federal de 1988, a todos os entes federativos manter quaisquer formas de vínculos diretos com religiões específicas. Então, o/a docente de Componente Curricular Ensino Religioso deve-se levar em consideração que tudo que é apresentado aos/às estudantes influenciará diretamente no desenvolvimento de suas respectivas personalidades.[127]

Como exemplos fictícios de como o ensino confessional ou doutrinário de determinada religião ainda pode ocorrer indevidamente em algumas escolas públicas brasileiras, tem-se os seguintes casos: a) quando o/a docente de Ensino Religioso utiliza apenas a Bíblia nas aulas, lendo passagens e falando aos/às estudantes sobre Jesus e os discípulos como fatos históricos absolutos; b) quando, em todas as aulas, o/a docente faz os/a estudantes rezarem orações pertencentes a determinada religião, fazendo com que estudantes de outras religiões se sintam excluídos/as; c) quando o/a docente ensina aos/às estudantes que pessoas homossexuais estão vivendo em pecado segundo os ensinamentos de determinada religião; d) quando o/a docentes leva os/as estudantes para uma celebração de missa na Igreja próxima à escola durante o horário de aula; e) quando, durante as aulas, o/a docente diz que o casamento entre pessoas do mesmo sexo ou o aborto são errados de acordo com a visão de determinada religião; f) quando o/a docente coloca um símbolo da religião que ele/a pratica na parede da sala de aula; g) quando os livros didáticos apresentam apenas perspectivas e ritos da religião majoritária do país. Tais exemplos mostram um ensino confessional, não pluralista e desrespeitoso em relação à diversidade, infringindo a laicidade do Estado.

De acordo com Márcia Santos, para que se viabilize a conexão entre o Componente Curricular Ensino Religioso, as Ciências das Religiões e a formação continuada do/a docente desse Componente Curricular, faz-se necessário que haja anseio de evoluir, aprender e transbordar, por parte do/a docente, de modo a ser levado ao/à estudante um conteúdo imparcial,

[126] ANDRADE JÚNIOR, Glício Freire de; SOUSA, Karla Samara dos Santos; SOUSA, Joana Dark Andrade de. Ensino público e laicidade: uma análise sobre a frequente inserção das datas comemorativas *religiosas* no currículo escolar. *Revista Diversidade Religiosa*, João Pessoa, v. 6, n. 1, p. 136-151, 2016. p. 143.
[127] VIANA, Anny Ramos. ADI 4439 — Estado e fé: o binômio laicidade estatal/consagração da liberdade religiosa ante a natureza confessional assentada ao Ensino Religioso nas escolas públicas de Ensino Fundamental. Revista Lex Humana, Rio de Janeiro, v. 15, n.1, p. 147-166, 2023. p. 158.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 05/04/2024.

totalmente isento de proselitismo.[128] No entanto, Salles e Gentilini ressaltam a existência de três barreiras para a aplicação do Ensino Religioso, a começar pelo enfrentamento do processo de secularização que assola a sociedade atual que, no âmbito escolar permite debate construtivo sobre temas polêmicos sob o ponto de vista religioso de cada estudantes, o que não significa a doutrinação em sala de aula. Depois, verifica-se ainda a gritante introdução no cenário escolar do proselitismo religioso[129], visto que, embora de seja caráter facultativo, seu assentamento confessional se converte em catequese que, por conseguinte, conduz ao terceiro desafio: a tolerância religiosa, cada vez mais difícil perante as muitas vezes em que os/as estudantes se encontram submetidos/as a situações de violência psicológica e/ou física, em face de sua escolha religiosa ou de sua negação.[130]

Alguns exemplos práticos de como implementar essas recomendações seriam: a) a escola faz uma pesquisa com estudantes e seus famílias, sobre suas crenças e tradições religiosas; b) o corpo docente e a equipe pedagógica elaboram um currículo de Ensino Religioso que contempla de forma equilibrada e respeitosa as principais religiões representadas; c) o currículo inclui discussões sobre valores éticos e morais universais, além do estudo sobre religiões; d) docentes são incentivados/as e apoiados/as pela escola para fazerem formações continuadas em Ensino Religioso; e) as secretarias municipais e estaduais de educação oferecem cursos de capacitação para docentes em Ensino Religioso pluralista; f) universidades criam cursos de licenciatura e extensão voltados especificamente para a formação laica de docentes do Ensino Religioso; g) escolas e famílias podem solicitar auditorias ou orientação do Ministério da Educação, quando perceberem ensino confessional ou problemas. Dessa forma se garantirá currículos adequados, formação docente e canais de diálogo, de modo a permitir que o Ensino Religioso ofertado em sala de aula seja pluralista e respeitoso à diversidade.

Em complemento, destaca-se a visão expressa por Edile Rodrigues, Sérgio Junqueira e Dilmeire Vosgerau, segundo a qual o fato de ser facultativo para o/a cidadão/ã em fase escolar,

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 05/04/2024.

PPGPCR Faculdade Unida de Vitória

[128] SANTOS, Márcia de Abreu. A atuação do pedagogo na disciplina de Ensino Religioso nas escolas públicas. *Revista Foco*, Curitiba, v. 16, n. 5, p. 1-8, 2012. p. 6.

[129] Proselitismo religioso refere-se à prática de promover ou tentar converter outras pessoas a uma determinada religião ou crença. Envolve a divulgação ativa dos ensinamentos religiosos, a persuasão e o convencimento de pessoas a aderirem a uma fé específica ou a abandonarem suas crenças anteriores. O proselitismo religioso pode ser realizado de várias maneiras, como através de pregações, distribuição de literatura religiosa, evangelismo de porta em porta, missões religiosas, debates e discussões religiosas, entre outros métodos. Os praticantes do proselitismo acreditam que estão compartilhando uma verdade espiritual importante e desejam trazer mais adeptos para sua religião. No entanto, o proselitismo religioso também pode ser visto como forma de pressão ou manipulação, especialmente quando é feito de maneira agressiva, coercitiva ou desrespeitosa em relação às crenças individuais, cabendo destacar que muitos consideram essa prática como invasiva ou indesejada. ROCHA, Paschoal Silvares Baptista Gomes da; LIMA, Marco Aurelio Brasil. Proselitismo religioso: um direito inconveniente. *Revista Brasileira de Direitos e Garantias Fundamentais*, Salvador, v. 4, n.1, p. 112-130, 2018. p. 123-124.

[130] SALLES; GENTILINI, 2018, p. 858.

a compreensão de sua natureza e o tratamento metodológico a ser efetivado na prática, assim como a necessidade de análise e pesquisa do campo religioso dentro de sua diversidade a partir de uma visão mais ampla, têm sido alguns dos desafios do Ensino Religioso para se firmar como área de conhecimento.[131] Considerando esse prisma, Junqueira e Fracaro entendem que a formação específica em nível superior, em cursos de graduação em Ciências das Religiões, com Licenciatura em Ensino Religioso, integra os pressupostos das Ciências das Religiões e da área da educação, com o intuito de que o/a docente esteja preparado para trabalhar pedagogicamente em uma visão plurirreligiosa, considerando o fenômeno religioso como ponto de partida para a construção sócio-histórico-cultural.[132]

Para Rafael Carneiro, o Componente Curricular Ensino Religioso brasileiro busca construir, via estudo dos conhecimentos religiosos e filosofias de vida, o reconhecimento e o respeito às alteridades. Trata-se de espaço de aprendizagens, experiências pedagógicas, intercâmbios e diálogos permanentes, que buscam o acolhimento das identidades culturais — religiosas ou não —, na perspectiva da interculturalidade, dos direitos humanos e da cultura da paz. Esses objetivos se vinculam aos elementos da formação integral dos/as estudantes, na medida em que fomentam a aprendizagem da convivência democrática e cidadã, princípio básico da vida em sociedade.[133] Para a prática pedagógica cotidiana do Componente Curricular Ensino Religioso tem se mostrado desafiador não somente a transmissão de conteúdos plurais em relação ao fato e aos fenômenos religiosos, mas também o ensino acerca do direito ao pensamento plural, que respeite a diversidade de saberes, possibilitando a interpelação e o diálogo entre as várias cosmovisões derivadas de diferentes realidades, bem como para o mútuo aprendizado entre docentes e estudantes.[134]

Entretanto, conforme explicam Sidney Damasceno e Adecir Pozzer, a falta de entendimento no que diz respeito à questão religiosa — que é quase que constantemente distorcida, por pessoas que acham que estão tão certas de ser terrivelmente alguma coisa —, as quais seguem, em meio a uma crença cega, sem refletir, sem desenvolver leituras que propiciem o crescimento de seu senso crítico, que se reflete na escola, afetando-a de forma significativa. Contudo, mesmo na eventual possibilidade de se encontrar, nas escolas públicas, algumas

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 05/04/2024.

PPGPCR Faculdade Unida de Vitória

[131] RODRIGUES, Edile Maria Fracaro; JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo; VOSGERAU, Dilmeire Sant'Ana Ramos. Em riscos e rabiscos: concepções de Ensino Religioso dos docentes do Ensino Fundamental do Estado do Paraná. *REVER — Revista de Estudos da Religião*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 19-44, 2009. p. 21.
[132] JUNQUEIRA; FRACARO, 2010, p. 180.
[133] CARNEIRO, 2023, p. 238.
[134] VERDUGO, M. V. S. Diversidade e Ensino Religioso. In: JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo; BRADENBURG, Laude Erandi; KLEIN, Remi (orgs.). *Compêndio do Ensino Religioso*. São Leopoldo: Sinodal; Petrópolis: Vozes, 2017. p. 343-350.

pessoas que ainda não entendam o Ensino Religioso a partir dos pressupostos estabelecidos pela BNCC, faz-se urgente e necessário relembrar que o/a docente que leciona esse Componente Curricular necessita ter sólida formação acadêmica.[135]

Como bem ressaltam Afonso Soares e Robson Stigar, os textos legais que tratado do Ensino Religioso, constata-se atenção significativa quanto a liberdade religiosa dos/as estudantes, visando assegurar-lhes a liberdade de escolha diante do Ensino Religioso ofertado pela escola, como uma das demais áreas do conhecimento, onde tal Componente Curricular deixa de ser prioritariamente uma iniciação e formação de adeptos de determinada denominação religiosa, passando a fazer parte da formação integral dos/as estudantes. Daí a importância das Ciências das Religiões, como base para este Componente Curricular, no que tange à definição de conteúdo e formação docente, pois as Ciências das Religiões permitem estudar cientificamente o fato religioso, sendo os/as graduados/as e pós-graduados/as em Ciências das Religiões, portanto, os/as profissionais mais qualificados/as a lecionar o Ensino Religioso.[136]

Frente a todo o exposto até então, e após ter sido aqui, nesse segundo tópico, a postura que, de acordo com a literatura consultada, seria ideal a todos/as os docentes, no Ensino Fundamental, passa-se agora, no terceiro e último tópico deste segundo capítulo, a expor e a analisar os conflitos mais comuns entre a escola e a comunidade escolar, em face da prática pedagógica do Componente Curricular Ensino Religioso.

2.3 Conflitos com a comunidade escolar

Conforme Raiane Araújo e Ivonete Amorim, o primeiro problema que se observa no Ensino Religioso é que, em geral, embora seja Componente Curricular de matrícula facultativa, não é informado ao/a estudante ou sua família, não há um plano realizável caso o/a estudante ou o seu/sua responsável opte pela não matrícula, restando somente a esse/a mesmo/a estudante ficar sem qualquer restituição dessa aula. Isso denota incoerência no que tange ao termo facultativo[137]. Ocorre que a escolha será entre participar de algo que não concorda ou ficar no

[135] DAMASCENO, Sidney Allessandro da Cunha; POZZER, Adecir. BNCC, Ciências da Religião, didática do Ensino Religioso e fundamentação epistemológica em questão. *Contemporânea — Revista de Ética e Filosofia Política*, v. 3, n. 6, p. 6766-6791, 2023. p. 6785.

[136] SOARES, Afonso Maria Ligorio; STIGAR, Robson. Perspectivas para o Ensino Religioso: a Ciência da Religião como novo paradigma. *REVER — Revista de Estudos da Religião*, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 137-152, 2016. p. 151.

[137] Adjetivo: que pode ser feito, ou não; definido por haver escolha e não obrigação; optativo. A expressão "facultativo" refere-se a algo que é opcional ou voluntário; que não é obrigatório. Quando algo é descrito como facultativo, significa que é deixado ao critério ou escolha da pessoa se deseja ou não participar, fazer ou seguir determinada ação. Por exemplo, se uma atividade é descrita como participação facultativa, significa que as pessoas têm a opção de participar ou não, não sendo obrigadas a fazê-lo. Da mesma forma, um exame facultativo seria um

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 05/04/2024.

pátio, esperando o horário da aula terminar. No entanto, o artigo 33, da LDBEN n. 9.394/96, apresenta ainda um complemento dúbio quando diz que o Componente Curricular Ensino Religioso foi alçado à condição de integrante da formação básica do/a cidadão/ã, levando a entender que aqueles/as que optarem por não participar das aulas não terão formação completa enquanto cidadãos/ãs.[138]

Por outro lado, há também que se considerar o ponto de vista apresentado por Cléa Dias, a qual afirma que o Ensino Religioso se constitui Componente Curricular cujo objetivo principal é propor reflexões acerca dos fundamentos, costumes e valores das várias religiões existentes na sociedade brasileira. Tal sociedade se encontra permeada, atualmente, por práticas racistas, preconceituosas e de intolerâncias, que se refletem na escola. Assim, falar de Ensino Religioso em perspectiva de pluralidade religiosa é complexo e desafiador, por buscar educação que contemple diversidade cultural visando promover a alteridade, o reconhecimento em relação às tradições religiosas e, também, resgatar o diálogo inter-religioso.[139] Acima desses aspectos importantes — e, por vezes, contraditórios — existe questão ainda maior, destacada por Sônia Itoz:

> O desenvolvimento científico, trazido pela modernidade no Ocidente, gerou novas formas de interpretar o Universo, produzir instrumentos e recursos inúmeros e de interpretação da entremeada teia do existir humano. Tal processo permitiria, como se pensou, descartar ou mesmo suprimir a religiosidade. Conhecida como secularização essa crise vem há tempo merecendo estudos sobre seus diferentes aspectos e incidências sociais, mostrando que ela persiste sem se confundir com a laicidade do Estado, nem se dobrar a tendências de negar sua resiliência, mesmo porque é inegável o fato que grupos religiosos fundamentalistas crescem rapidamente, nas mais diferentes culturas e realidades atuais, como também imemorialmente se cruzam interesses religiosos da política e interesses políticos da Religião.[140]

A partir de 1988, com a promulgação da *Constituição Cidadã*, no conjunto de medidas que colocaram a educação e a saúde como direitos universais e gratuitos, alinhando-se com a ratificação da Declaração de Direitos Universais da ONU de 1948; a defesa da mulher, do trabalhador e do consumidor; a proteção aos direitos indígenas e à biodiversidade; garantias da seguridade social; igualdade jurídica formal entre todos, foi também reconhecida a necessidade de se construir currículo escolar crítico, que formasse cidadãos/ãs autônomos/as, reflexivos/as

exame que os alunos podem escolher fazer ou não, sem que isso afete sua nota ou aprovação. Então, facultativo está relacionado à liberdade de escolha ou à ausência de obrigatoriedade em determinada situação. DICIO — Dicionário Online de Português. [*Online*].

[138] ARAÚJO, Raiane Cordeiro de; AMORIM, Ivonete Barreto de. Ensino Religioso e escola pública: o que dizem as pesquisas? *Revista Caminhos*, Goiânia, v. 21, n. 1, p. 261-274, 2023. p. 267.

[139] DIAS, 2023, p. 3.

[140] IROZ, Sônia. Educação em religiosidade: desafios e perspectivas. *Aprender — Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação*, Vitória da Conquista, v. 17, n. 29, p. 184-196, 2023. p. 185.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 05/04/2024.

e conscientes do dever histórico com a democracia e a participação social.[141] Por isso mesmo, Elisa Rodrigues e Giovanna Sarto enfatizam que a escola, enquanto instituição de ensino — nunca neutra ou alheia aos problemas sociais —, é também o lugar onde a educação se viabiliza, tendo a importante função de fomentar o pensamento crítico, instigar o exercício investigativo da realidade e os fenômenos sociais, capacitando os/as estudantes ao pleno exercício da cidadania, reconhecendo a alteridade, as pluralidades e as diferenças — culturais, religiosas, de raça, de cor, de sexo, entre outras.[142]

Ainda assim, de acordo com Renan Aguiar e Bruno Souza, desde a Constituição Federal de 1988, é preciso reconhecer que, no Brasil, o Ensino Religioso vivencia quatro momentos empíricos: a) tratar um plano jurídico que normatiza o Componente Curricular Ensino Religioso nas escolas públicas; b) reconhecer os diferentes modelos epistemológicos que enquadram nas transformações históricas do Ensino Religioso; c) promover reflexão acerca dos materiais suportes dirigidos aos docentes; d) adaptar os objetivos de pesquisa na área para a realidade cotidiana da vida social do país.[143] Nesse cenário, torna-se imperioso destacar as palavras de Emerson Silveira, o qual assim alerta:

> Ao longo das duas últimas décadas, assistiu-se a reemergência da extrema-direita política aliada ao reacionarismo religioso cristão e ao neoliberalismo financeiro, que coloca enormes ameaças ao ensino público, incluindo à frágil laicidade do Ensino Religioso. Não obstante, os vaivéns da laicidade à brasileira, as práticas de Ensino Religioso ocorrem desde seu retorno à escola pública, constituindo-se em campo de disputa acirrada entre as religiões: os católicos romanos, os evangélicos, pentecostais e neopentecostais, bem como os grupamentos com menor poder de influência, como os grupos afro-brasileiros e sua luta por reconhecimento e respeito às tradições religiosas. Nesse sentido, observam-se três vertentes de prática pedagógica na escola pública: a confessional ou catequética, que ensina dogmaticamente, a partir dos símbolos e valores dos agrupamentos religiosos [orientação católica para os católicos; afro-brasileira para os umbandistas e candomblecistas; evangélica para os evangélicos]; a cidadania sociocultural, baseada em valores e símbolos amplos, sem entrar propriamente na religião, e a fenomênica-histórica-cultural-religiosa, que apresenta a religião a partir de suas estruturas e fenômenos.[144]

No entanto, apesar dos reconhecidos e consideráveis avanços sociais, nas últimas décadas também se verificou a presença da religião enquanto parte vital da modernidade

[141] TELES, Tayson Ribeiro. Política de cotas do Ensino Superior brasileiro: uma análise percuciente *in faciem* do princípio constitucional da igualdade. *Constituição, Economia e Desenvolvimento: Revista da Academia Brasileira de Direito Constitucional*, Curitiba, v. 7, n. 12, p. 233-255, 2015. p. 203. [*Online*].
[142] RODRIGUES, Elisa; SARTO, Giovanna. Ensino Religioso para a autonomia: notas sobre religiosidade, educação e diversidade. *Aprender — Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação*, Vitória da Conquista, v. 17, n. 29, p. 27-46, 2023. p. 30.
[143] AGUIAR, Renan Nunes; SOUZA, Bruno Henrique Barbosa de. Desafios do Ensino Religioso em escolas públicas. *Pindorama — Revista Eletrônica Multidisciplinar*, Eunápolis, v. 12, n. 2, p. 120-130, 2021. p. 125. [*Online*].
[144] SILVEIRA, Emerson Sena da. Estado laico, Ensino Religioso e intolerância: os desafios da educação pública. *Revista Educação, Escola & Sociedade*, Montes Claros, v. 14, n. 16, p. 1-25, 2021. p. 12.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 05/04/2024.

atuando com grande participação na esfera pública política e, por conseguinte, na escola pública. Por conseguinte, um dos grandes desafios que a realidade impõe ao Componente Curricular Ensino Religioso é que se volte a uma prática de ensino que estimule o reconhecimento da diversidade das formas culturais e religiosas, permitindo que os/as estudantes tenham acesso a um conhecimento que lhes abram horizontes de sentido, para que desenvolvam consciência crítica e posicionamentos progressistas. Então, para Rodrigues e Sarto, embora não seja tarefa fácil, essa é a prática educativa mínima que se espera daqueles/as que venham a ser docentes do Componente Curricular Ensino Religioso.[145]

Frente a todo o exposto até então, Alexandra Souza reconhece a tensão entre os campos da religião e da educação no Brasil, tanto no âmbito de valores ou nos sentidos mais amplos e práticos do cotidiano, quanto os conhecimentos transversais que envolvem as instituições de ensino. Daí que, no que se refere à democratização dos espaços de ensino e o Estado laico, é possível que haja a manutenção dos esforços dos profissionais ligados à gestão escolar e do ensino, para garantir receptividade e respeito às diferenças, considerando-se que o aspecto do sagrado é diretamente vinculado à formação subjetiva, familiar e social dos indivíduos, em consonância a garantia da inclusão religiosa no espaço público das instituições de ensino de caráter laico.[146]

Em complemento a essa linha de raciocínios, Souza também ressalta que, no que tange a identificar as implicações da gestão democrática no desenvolvimento do Componente Curricular Ensino Religioso na escola pública, faz-se necessário observar três aspectos básicos. O primeiro diz respeito à superação da visão hierarquizada e fragmentada do ambiente escolar: trata-se de território que precisa ser de todos. Então, cada parte é parte do todo, todos são fundamentais. O segundo se refere à participação e responsabilização: em uma gestão democrática não cabem atitudes autoritárias ou centralizadoras, e a escola se constitui a partir das tomadas de decisão que, se forem coletivas, favorecerá a construção da cidadania. Quanto ao terceiro aspecto, visando garantir que o espaço escolar, por ser público, preserve o caráter laico ao consolidar a inclusão religiosa de forma tolerante e respeitosa, considerando a diversidade existente, deve-se associar as contribuições que o Componente Curricular Ensino Religioso pode oferecer à produção de conhecimento e ao reconhecimento de que a atualidade não comporta atitudes de negação e preconceito.[147]

[145] RODRIGUES; SARTO, 2023, p. 41-42.
[146] SOUZA, Alexandra Adir Jessuíno Bermudes. Ensino Religioso: contribuição das Ciências das Religiões e trajetória. *Último Andar — Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião*, São Paulo, v. 26, n. 41, 2023. p. 21.
[147] SOUZA, 2023, p. 21-22.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 05/04/2024.

Sendo assim, tendo chegado ao fim este segundo capítulo, por meio do qual foram abordados os problemas mais comuns à prática pedagógico do/a docente do Componente Curricular Ensino Religioso, discutindo-se a formação docente, abordando-se a questão da postura ideal dos/as docentes do Ensino Religioso e, também, debatendo os conflitos com a comunidade escolar em face da prática pedagógica do Componente Curricular Ensino Religioso, passa-se agora, no terceiro e último capítulo, a apresentar e analisar os dados decorrentes da pesquisa de campo, de caráter etnográfico, desenvolvida por meio de imersão na escola municipal de Vila Velha (ES), quando foram realizadas observações participantes nas aulas de Ensino Religioso e entrevistas em profundidade com os respectivos docentes, buscando compreender suas concepções, práticas e desafios quanto ao ensino desse Componente Curricular. Os resultados permitem identificar e descrever densamente problemas ainda presentes no cotidiano pedagógico do Ensino Religioso naquela realidade escolar, os quais impedem que esse Componente Curricular alcance plenamente seus objetivos conforme estabelecido pelos marcos legais — Constituição Federal, pela LDBEN e pela BNCC. A abordagem etnográfica revela os problemas que perpassam a prática do Ensino Religioso, contribuindo para o aprofundamento acadêmico e pedagógico sobre essa temática.

PPGPCR
Faculdade Unida de Vitória

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 05/04/2024.

3 ANÁLISE DA PESQUISA DE CAMPO NA UMEF IRMÃ FELICIANA GARCIA

Tendo já sido estabelecidas as bases teóricas e conceituais, o presente capítulo se dedica a explorar a aplicação prática das técnicas no campo da pesquisa. Para tanto, inicia apresentando diretrizes metodológicas fundamentais para a realização de pesquisas de campo com abordagem prática que busca identificar, no Ensino Religioso ministrado em escola da rede municipal de Vila Velha (ES), os possíveis desafios enfrentados por docentes. Em seguida, são apresentados estudos de viés etnográfico que exemplificam tais desafios. Ao final são feitas sugestões e recomendações para aqueles/as que desejam melhor conhecer os entraves que comumente se apresentam à prática pedagógica do Componente Curricular Ensino Religioso.

3.1 Diretrizes metodológicas básicas da pesquisa de campo

A pesquisa foi conduzida na UMEF Irmã Feliciana Garcia, localizada em Vila Velha (ES), em uma área urbana residencial, cuja maioria do público-alvo pertence às classes de baixa renda e média baixa.[148] É importante ressaltar que a escola em questão está situada em uma área vulnerável, caracterizada por altos índices de violência. Por esse motivo, a análise dos resultados da pesquisa se concentra principalmente nos aspectos pedagógicos, com o objetivo de identificar os desafios enfrentados por estudantes no Ensino Religioso ministrado em escola da rede municipal de Vila Velha (ES).

Em se tratando do Ensino Fundamental, na UMEF Irmã Feliciana Garcia há cerca de 290 (duzentos e noventa) estudantes, em faixa etária a partir dos 15 (quinze) anos. Nesse corpo discente encontram-se 30 (trinta) estudantes com necessidades especiais, para os quais a UMEF em questão se encontra plenamente adaptado. A estrutura física de 2 (dois) pavimentos possui 11 (onze) salas de aula, biblioteca, cozinha, refeitório, laboratório de Informática, sala de multiuso, sala de coordenação e sala de pedagogos, sanitários dentro do espaço da escola, quadra de esportes coberta, pátio, auditório, sala do Atendimento Educacional Especializado (AEE), sala da diretoria e sala dos/as docentes. O atendimento aos/às estudantes é realizado diariamente, matutino e vespertino, por aproximadamente 35 (trinta e cinco) servidores/as —

[148] Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Brasil, a classificação dos extratos sociais é feita com base na faixa salarial média das famílias, podendo ser assim resumida: classe A, os ricos, renda mensal domiciliar superior a R$ 22 mil; classe B, a média alta, renda mensal domiciliar entre R$ 7,1 mil e R$ 22 mil; classe C, a classe média, renda mensal domiciliar entre R$ 2,9 mil e R$ 7,1 mil; classes D e E, os pobres e os que vivem abaixo da linha de pobreza, renda mensal domiciliar até R$ 2,9 mil. INFOMONEY. *Caderno Desigualdade Social*, 26 abr. 2022. [*online*].

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 05/04/2024.

entre concursados/as, trabalhadores/as em sistema de contrato temporário e funcionários/as terceirizados/as da segurança e limpeza.

O objetivo central dessa pesquisa de caráter prático é investigar, na prática escolar, os principais desafios e obstáculos enfrentados por estudantes na efetivação de um Ensino Religioso verdadeiramente laico, científico e pluralista nas escolas públicas do município de Vila Velha (ES). Ao propor exercícios e dinâmicas que estimulam os/as estudantes a refletir, debater e compartilhar suas percepções e experiências em relação ao Ensino Religioso ofertado na UMEF Irmã Feliciana Garcia, busca-se coletar, diretamente dos/as estudantes, evidências e relatos que permitam identificar os entraves, distorções e necessidades de aprimoramento que ainda impedem ou dificultam que esse Componente Curricular seja ministrado plenamente alinhado aos ideais estabelecidos na Constituição Federal de 1988 e os objetivos de conhecimento preconizadas na BNCC.[149]

As perspectivas, críticas e sugestões apresentadas pelos/as estudantes, ao debaterem temas inerentes ao cotidiano do Ensino Religioso, permitirão compreender onde e como na prática desse Componente Curricular ainda existem desvios em relação ao que é legalmente estabelecido. Isso fornecerá informações concretas para avaliar os obstáculos que precisam ser superados para a efetiva consolidação na prática pedagógica do Ensino Religioso, de acordo com os princípios democráticos e os direitos humanos. Portanto, ancorado teoricamente na BNCC, este estudo busca investigar na realidade da escola, por meio da escuta e participação direta dos/as estudantes, quais são de fato os maiores desafios e necessidades de avanço para que o Ensino Religioso seja de fato laico, científico e pluralista, contribuindo assim para identificar os entraves que ainda persistem para a plena concretização desse componente curricular conforme previsto na Constituição Federal.

No que diz respeito aos exercícios que fundamentam os estudos apresentados, os mesmos foram desenvolvidos e aplicados pelos/as docentes, bem como por esta pesquisadora, a qual, nessas ocasiões, atuou apenas como observadora, fazendo anotações sem interferir diretamente nas atividades. Com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC)[150] como base, o principal objetivo desses exercícios foi identificar os possíveis desafios enfrentados por estudantes no Ensino Religioso ministrado em escola da rede municipal de Vila Velha (ES). Aqui também se faz necessário ressaltar que tais exercícios possuem natureza intuitiva e experimental. No entanto, ao aplicá-los, buscou-se observar se os/as estudantes reagiam da

[149] BRASIL, 2019, p. 438.
[150] BRASIL, 2019, p. 439.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 05/04/2024.

forma pedagogicamente esperada, ou seja, apontando os possíveis desafios enfrentados no Ensino Religioso ministrado em escola da rede municipal de Vila Velha (ES).

No que se refere ao universo e à amostra, a pesquisa de campo envolveu a participação de 01 (um/a) docente de Ensino Religioso, o/a qual colaborou de forma voluntária para a realização desses experimentos acadêmicos. Os exercícios foram aplicados em sala de aula, em turmas do 9º ano, durante os meses de agosto a outubro de 2023. A elaboração dos exercícios foi realizada em parceria com esta pesquisadora, que exerce a função de Coordenadora Escolar na UMEF Irmã Feliciana Garcia já há cerca de 10 (dez) anos.

Quanto às técnicas de pesquisa utilizadas, a principal delas é a observação. Marina Marconi e Eva Lakatos explicam que a observação se constitui técnica fundamental de coleta de dados que utiliza os sentidos para obter informações sobre determinados aspectos da realidade. Não se trata apenas de ver e ouvir, mas também de examinar atentamente os fatos ou fenômenos que se deseja estudar. Elemento essencial da pesquisa científica, a observação é amplamente empregada no trabalho de campo das ciências sociais, especialmente na Antropologia. Por meio dela, o pesquisador pode identificar e reunir evidências sobre objetivos que orientam o comportamento dos indivíduos, mesmo quando eles não têm consciência disso. Ao estabelecer contato direto com a situação estudada, a observação desempenha papel crucial na fase de descoberta científica. É o ponto de partida de qualquer investigação social. Para que a observação se torne verdadeiramente científica, algumas condições devem ser atendidas: a) deve fazer parte de um plano de pesquisa; b) requer planejamento sistemático; c) precisa ser registrada metodicamente e relacionada a construtos teóricos, e não consistir apenas em uma série de curiosidades; d) deve estar sujeita a verificações e controles de validade e confiabilidade. Assim como as demais técnicas de pesquisa, a observação oferece vantagens e limitações sob a perspectiva científica. Por isso, é recomendável combiná-la com outras estratégias de coleta de dados num mesmo estudo.[151]

Para atender às exigências técnicas deste estudo, é importante afirmar que, em relação à significância estatística do público-alvo pesquisado, a amostra foi composta exclusivamente por estudantes 9º ano do Ensino Fundamental, com idade entre 14 e 15 anos, totalizando 24 (vinte e quatro) estudantes, o que representa 66% (sessenta e seis por cento) do total de matriculados no 9º Ano, na UMEF Irmã Feliciana Garcia. Dessa forma, pode-se afirmar que o estudo alcançou significância estatística satisfatória.[152] Após a aplicação e a análise estatística

[151] MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos da metodologia científica*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017. p. 214.
[152] LAKATOS, Eva Maria. *Metodologia do trabalho científico*: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica,

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 05/04/2024.

básica, os resultados da pesquisa de campo foram analisados e confrontados com a literatura especializada em Educação, tendo a BNCC como referência institucional.

Por fim, no que diz respeito ao tratamento dos dados da pesquisa, é relevante destacar que o método de procedimento utilizado foi a observação assistemática. Isso permitiu a comprovação das relações entre os fenômenos e a realização de generalizações sobre a natureza, ocorrência ou significado dos eventos avaliados.[153] Essas conclusões foram baseadas no diálogo indireto entre as respostas dos/as estudantes submetidos/as a exercícios específicos, com fundamento na literatura especializada e respeitando os princípios estabelecidos pela BNCC.

Assim, após a descrição dos procedimentos metodológicos adotados na presente pesquisa de campo, avança-se para a próxima etapa, na qual os resultados dos exercícos aplicados em sala de aula serão apresentados e analisados. O objetivo é identificar os possíveis desafios enfrentados por estudantes no Ensino Religioso ministrado em escola da rede municipal de Vila Velha (ES), destacando as contribuições e desafios mais significativos nas práticas pedagógicas segundo o olhar dos estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental matriculados na UMEF Irmã Feliciana Garcia.

PPGPCR
Faculdade Unida de Vitória

3.2 Pesquisa de campo realizada na UMEF Irmã Feliciana Garcia

Para a pesquisa de campo da presente dissertação de Mestrado adotou-se a técnica da observação assistemática (ou não estruturada). Ainda conforme Marconi e Lakatos, tal observação, também chamada de espontânea ou informal, consiste na coleta e registro de fatos da realidade sem que o pesquisador utilize técnicas ou perguntas pré-determinadas. Normalmente empregada em estudos exploratórios, essa modalidade de observação dispensa planejamento e controle formalizados. O que caracteriza essa abordagem é a obtenção de conhecimento por meio de uma experiência casual, na qual não foram definidos previamente quais aspectos relevantes observar nem que procedimentos utilizar para isso. Seu sucesso depende da perspicácia, discernimento e preparo do observador em perceber os fenômenos que ocorrem ao seu redor. Em certos casos, há uma única oportunidade para estudar um dado fenômeno; em outros, essas ocasiões são raras. No entanto, a observação não estruturada apresenta riscos, como o observador julgar que sabe mais do que realmente presenciou, ou se envolver emocionalmente com a situação. A fidedignidade no registro dos dados é essencial para a pesquisa científica. Ainda que em menor grau, alguma interação, sistematização e

projeto e relatório, publicações e trabalhos científico. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001. p. 101.
[153] MARCONI; LAKATOS, 2017, p. 214.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 05/04/2024.

controle se fazem necessários para produzir resultados válidos. De modo geral, o pesquisador tem ciência do que pretende observar antes mesmo de iniciar a coleta de dados. Portanto, não se pode dizer que a observação não estruturada é inteiramente espontânea ou casual.[154]

A análise dos exercícios apresentada a seguir foi desenvolvida com o objetivo de analisar a integração entre o Ensino Religioso e outros Componentes Curriculares, no contexto da escola pública brasileira contemporânea. Por meio da aplicação prática de exercícios interdisciplinares em turmas de Ensino Fundamental, buscou-se identificar os possíveis desafios enfrentados por estudantes no Ensino Religioso ministrado em escola da rede municipal de Vila Velha (ES). Tais exercícios envolveram a articulação do Ensino Religioso, explorando temas relevantes para a formação ética, crítica e integral dos/as estudantes. Com a análise dos resultados obtidos pretendeu-se compreender as contribuições e limitações das abordagens comuns a esse mesmo Componente Curricular, a fim de apontar caminhos para aprimorar as práticas pedagógicas nessa área de conhecimento.

3.2.1 Percepção dos/as estudantes sobre o Ensino Religioso

Este primeiro exercício, desenvolvido na primeira quinzena de agosto de 2023, foi dividido em duas aulas, tendo como público-alvo estudantes da turma A do 9º Ano do Ensino Fundamental, matriculados/as na UMEF Irmã Feliciana Garcia, em Vila Velha (ES), somando 24 (vinte e quatro) participantes, cuja faixa etária varia dos 14 (catorze) aos 15 (quinze) anos. O objetivo principal foi discutir como o Ensino Religioso tem sido tratado na escola, identificando aspectos positivos e desafios. Inicialmente, seccionados em 06 (seis) grupos de 04 (quatro) estudantes cada, os quais receberam fichas com 03 (três) questões para debate, contendo as seguintes indagações: a) O que vocês têm aprendido nas aulas de Ensino Religioso? Quais religiões/tradições religiosas são estudadas? b) Vocês consideram que o Ensino Religioso nessa escola é ministrado de forma plural, abordando diferentes religiões e visões de mundo de maneira respeitosa? Por quê? c) Vocês percebem alguma religião sendo privilegiada ou desfavorecida nas aulas e atividades de Ensino Religioso? Quais?

Na primeira aula, após o debate nos grupos, houve discussão coletiva mediada pelo/a docente, com os/as estudantes sendo estimulados/as a expor suas percepções, indicando aspectos positivos e problemas no Ensino Religioso da escola, explorando se tal Componente Curricular tem sido ministrada de forma laica, científica e pluralista ou se ainda apresenta vieses

[154] MARCONI; LAKATOS, 2017, p. 216.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 05/04/2024.

confessionais, proselitistas e excludentes. Também foram discutidas sugestões dos/as estudantes para aprimorar o Ensino Religioso na escola. Ao final, um a um, os grupos de estudantes elaboraram texto síntese expondo sua avaliação sobre como o Ensino Religioso tem sido trabalhado na escola e sugestões para que esse componente curricular seja ministrado de forma mais laica, pluralista e voltado à promoção do respeito entre diferentes grupos religiosos.

Esse primeiro exercício proposto tem relação direta com o tema da dissertação, pois busca investigar, na prática, os desafios e obstáculos enfrentados por estudantes e docentes na efetivação de um Ensino Religioso com bases laicas, científicas e pluralistas, conforme previsto na Constituição de 1988. Ao propor reflexão e debate entre os/as estudantes sobre como o Ensino Religioso tem sido ministrado na escola, em termos de pluralidade, respeito à diversidade religiosa, privilegiamento de alguma crença etc., este primeiro exercício permitiu coletar percepções e experiências concretas dos/as estudantes em relação a esse componente curricular. Isso possibilitou identificar na realidade da escola quais entraves, distorções e desafios que ainda dificultam a consolidação na prática de um Ensino Religioso alinhado aos ideais previstos legalmente. Os relatos e visões dos/as estudantes trouxeram evidências sobre como esse Componente Curricular tem sido efetivado no cotidiano escolar.

O exercício encontra respaldo na BNCC,[155] que prevê o Ensino Religioso como espaço de aprendizagens, diálogos e reflexões acerca da diversidade cultural religiosa, visando promover o respeito, a superação de preconceitos e a convivência ética entre diferentes grupos religiosos. Ao propor tal discussão, esse exercício se alinha a essas orientações da BNCC para o Ensino Religioso. Esse primeiro exercício também se relaciona diretamente ao tema da dissertação, buscando coletar, na prática escolar, evidências sobre os desafios do Ensino Religioso, conforme orientado pela BNCC. Tais evidências contribuem para avaliar os obstáculos que ainda impedem a efetivação plena desse Componente Curricular conforme os ideais estabelecidos após a Constituição de 1988. Na segunda aula, que se deu na semana seguinte, os trabalhos produzidos pelos 06 (seis) grupos foram expostos em sala pelos/as próprios/as estudantes.

O resultado desse primeiro exercício é o que se passa agora a analisar sob a ótica da etnografia. Conforme relatado pelo/a docente, este/a propôs uma atividade aos/às estudantes divididos/as em grupos, com o objetivo de analisar a forma como o Ensino Religioso é ministrado na escola, à luz das orientações da BNCC. As respostas dos seis grupos demonstram convergência em relação a uma avaliação positiva sobre o Ensino Religioso na instituição.

[155] BRASIL, 2019, p. 439.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 05/04/2024.

De modo geral, os/as estudantes destacam que as aulas abordam diversas religiões de forma plural e respeitosa, incluindo não apenas as tradições mais difundidas no Brasil e no mundo, mas também aquelas menos conhecidas. Essa abordagem amplia o conhecimento dos/as estudantes sobre a variedade de crenças e práticas religiosas da humanidade. Além disso, em seu conjunto, os grupos afirmam que não identificam privilégios ou preconceitos em relação a nenhuma religião específica, com o/a docente se esforçando para apresentar cada uma de modo igualmente respeitoso.

Outro ponto salientado é que as aulas promovem debates nos quais os/as estudantes podem expor livremente suas opiniões e visões de mundo, sendo incentivados a ouvir e respeitar perspectivas distintas das suas. Isso contribui para uma convivência pacífica e respeitosa diante das diferenças. Ademais, as atividades propostas relacionam as religiões a temas como ética, direitos humanos e valores para uma sociedade mais justa, o que indica, na visão dos/as estudantes, que todas as tradições podem oferecer contribuições positivas nesse sentido.

Em síntese, as respostas sinalizam uma percepção de que o Ensino Religioso na escola está alinhado às orientações da BNCC no que concerne ao ensino plural, voltado à promoção do respeito e da valorização da diversidade cultural religiosa. Conforme relatado pelo/a docente, essa atividade se insere em uma pesquisa etnográfica que busca coletar evidências sobre os desafios desse Componente Curricular, visando avaliar problemas que ainda impedem sua efetivação plena conforme os ideais definidos após a Constituição Federal de 1988.

Sob a perspectiva das teorias etnográficas, o relato do/a docente sobre a atividade realizada com os/as estudantes fornece insights interessantes, mas também levanta questionamentos quanto à efetiva compreensão da realidade escolar no que tange ao Componente Curricular Ensino Religioso. A etnografia valoriza a descrição densa da realidade tal como vivida pelos/as estudantes participantes. Nesse sentido, as visões convergentes e positivas dos/as estudantes são um ponto de partida relevante. Contudo, a abordagem etnográfica também busca ir além das aparências, examinando tensões, contradições e discursos naturalizados que permeiam o cotidiano dos sujeitos.[156]

Assim, seria importante que o/a docente problematizasse mais a fundo se de fato as respostas dos/as estudantes expressam a complexidade das experiências no dia a dia da escola. Até que ponto os relatos idealizados refletem possíveis situações de privilégio religioso, preconceito velado, intolerância sutil ou outras dinâmicas que podem escapar ao olhar dos/as

[156] BORDIN, Francine. Algumas considerações sobre a descrição densa e o trabalho etnográfico e antropológico. *Revista P@rtes*, São Paulo, v. 1, n. 1, 2013. [*Online*].

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 05/04/2024.

estudantes? O/a docente poderia fazer observação participante nas aulas do Componente Curricular Ensino Religioso para comparar com os discursos dos/as estudantes.

Além disso, cabe refletir se eventuais problemas e tensões foram omitidos pelos/as estudantes por receio de se contrapor ao/à docente ou gerar conflitos. A etnografia recomenda estratégias para construir relação de confiança com os/as participantes e diminuir vieses nas informações coletadas. Como se pode observar, o olhar etnográfico instiga o/a docente a manter uma postura reflexiva e crítica quanto à sua própria pesquisa, buscando continuamente questionar seus pressupostos e aprofundar a compreensão da complexa trama de significados presentes no contexto investigado.[157]

Analisando-se o conjunto de respostas apresentado pelos grupos de estudantes e tendo por base a BNCC e o tema da pesquisa que busca identificar os desafios do Ensino Religioso, pode-se tecer algumas considerações. Em geral, as respostas fornecem uma visão positiva do Ensino Religioso na escola investigada, destacando o estudo respeitoso sobre diversas religiões, a promoção do diálogo e a contribuição para a formação de uma cultura de paz e respeito à diversidade. Isso sinaliza um avanço em relação a abordagens confessionais exclusivistas. No entanto, embora não apontem problemas específicos, também não apresentam um olhar mais crítico e propositivo sobre como o componente curricular poderia ser aprimorado. As respostas tendem a uma visão homogênea, a qual precisa ser problematizada.

Seria importante incentivar análises mais aprofundadas sobre como de fato os valores democráticos e direitos humanos são incorporados; se há contrapontos às visões religiosas quando necessário; como as relações de poder entre religiões se manifestam no cotidiano escolar; entre outros aspectos. Assim, embora forneçam indicativos positivos, as respostas também sinalizam a necessidade de desenvolver uma perspectiva mais analítica e propositiva nos/as estudantes sobre a efetiva materialização de um Ensino Religioso pluralista, crítico e voltado à formação cidadã, conforme a BNCC.[158] Ou seja, há que se avançar para abordagem mais profunda sobre como transpor os ideais da legislação à prática escolar. Dessa forma, ao trazer visão majoritariamente positiva, essas respostas indicam desafios a serem enfrentados na formação de olhar mais crítico dos/as estudantes sobre o Ensino Religioso, de modo a contribuir para o aprimoramento desse Componente Curricular conforme os ideais democráticos e as competências estabelecidas na BNCC. No entanto, há que se considerar a faixa etária desses/as estudantes, o que talvez seja o impeditivo para análises mais profundas da questão.

[157] BORDIN, 2013.
[158] BRASIL, 2019, p. 440.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 05/04/2024.

Assim, é importante observar que a visão dos/as estudantes vai ao encontro do que afirma Paula Montero, para a qual o Ensino Religioso exerce papel fundamental na formação das novas gerações. Mais do que transmitir dogmas e doutrinas, esse Componente Curricular precisa promover o respeito, a tolerância e a convivência pacífica entre pessoas de diferentes crenças e culturas. Em um mundo cada vez mais plural é essencial que a escola ensine o valor da diversidade. Cada religião, cada tradição espiritual traz consigo uma riqueza, uma maneira única de entender a vida e de se relacionar com o transcendente. Ignorar ou negar tal diversidade é empobrecer a experiência humana. O Ensino Religioso deve ir além de apresentar os princípios de uma única fé, devendo abarcar as múltiplas formas de espiritualidade presentes na sociedade e mostrar que elas podem e devem conviver de modo respeitoso e harmonioso.[159]

Ainda de acordo com Montero, isso requer que os docentes adotem postura imparcial, acolhendo igualmente estudantes de diferentes religiões. Significa, também, trabalhar o conteúdo de maneira comparada, estabelecendo diálogos entre tradições distintas. Promover o Componente Curricular Ensino Religioso inter-religioso e plural é educar para a cidadania, formando pessoas capazes de reconhecer o outro e de conviver democraticamente com ele. É um caminho complexo, porém necessário para superar preconceitos e alcançar uma sociedade verdadeiramente justa e fraterna.[160]

E assim, tendo aqui, nesse primeiro exercício, sido abordada a percepção dos/as estudantes sobre Ensino Religioso, passa-se agora, no tópico seguinte, ao segundo exercício, por meio do qual se analisa a forma como os/as estudantes da turma A do 9º Ano do Ensino Fundamental, matriculados/as na UMEF Irmã Feliciana Garcia, em Vila Velha (ES), compreendem a construção de uma escola plural.

3.2.2 Percepção dos/as estudantes sobre a construção de uma escola plural

Em decorrência do feriado relativo às comemorações da Semana da Pátria, o segundo exercício somente se desenvolveu durante a segunda quinzena de setembro de 2023, dividido em duas aulas e tendo novamente como público-alvo os/as estudantes da turma A do 9º Ano do Ensino Fundamental, matriculados/as na UMEF Irmã Feliciana Garcia, em Vila Velha (ES), somando 24 (vinte e quatro) estudantes participantes, com faixa oscilando entre 14 (catorze) e 15 (quinze) anos. O objetivo precípuo desse segundo exercício foi fazer com que os/as

[159] MONTERO, 2023, p. 6.
[160] MONTERO, 2023, p. 7.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 05/04/2024.

estudantes refletissem sobre como tornar o ambiente escolar mais pluralista e inclusivo em relação à diversidade religiosa.

Visando alcançar essa meta, inicialmente, foi exibido um vídeo curto, abordando a importância do respeito à diversidade religiosa e o direito à liberdade de crença. Com cerca de 03 (três) minutos e meio de duração, esse vídeo pertence ao Canal Reflexão e Oração.[161] Em seguida, em grupos, os/as estudantes discutiram o tema. Depois, seccionados em 06 (seis) grupos de 04 (quatro) estudantes cada, os/as estudantes receberam fichas com 03 (três) questões para debate, as quais apresentam as seguintes indagações: a) O que se pode fazer para que estudantes de diferentes religiões se sintam bem-vindos e respeitados na nossa escola? b) Como é possível promover mais diálogo, convivência pacífica e quebra de preconceitos entre pessoas de diferentes credos? c) De que forma o currículo, as aulas e atividades escolares poderiam ser mais pluralistas em relação à diversidade religiosa?

Durante a primeira aula, após a exposição do mencionado vídeo e, também, após a discussão em sala de aula, houve compartilhamento das ideias com a turma, com o/a docente fazendo uma síntese, explorando o que poderia ser feito para tornar a escola mais pluralista, bem como o Ensino Religioso poderia contribuir nesse processo. Ao final, solicitou-se aos grupos que elaborassem um texto propondo ações concretas que poderiam ser implementadas na escola, visando a promoção de mais pluralidade, inclusão e respeito em relação às diferentes identidades religiosas. Em termos práticos, esse exercício buscou coletar sugestões dos/as estudantes sobre como aprimorar o ambiente escolar para o efetivo respeito à diversidade

[161] A liberdade religiosa é um direito fundamental que deve ser celebrado em todas as sociedades democráticas. Cada indivíduo tem o direito de seguir sua própria crença religiosa, ou mesmo de não seguir nenhuma religião. É essencial reconhecer e valorizar a diversidade de crenças existentes em uma sociedade e promover o respeito mútuo entre os diferentes grupos religiosos. Respeitar a crença religiosa de cada pessoa significa reconhecer sua liberdade de culto, de expressar suas convicções e de viver de acordo com seus princípios religiosos. Isso implica não apenas em não interferir nas práticas religiosas de outros, mas também em não ridicularizar, menosprezar ou ofender as crenças alheias. Ao acompanhar a diversidade religiosa, estamos confiantes para a construção de uma sociedade mais inclusiva e tolerante. O diálogo inter-religioso desempenha um papel fundamental nesse processo, permitindo que as pessoas compartilhem suas experiências espirituais e aprendam umas com as outras. É através do diálogo que podemos superar estereótipos, preconceitos e mal-entendidos que muitas vezes estão presentes nas relações entre diferentes grupos religiosos. Além disso, é importante ressaltar que o respeito à crença religiosa não implica na concordância com todas as práticas e doutrinas de uma determinada religião. Podemos ter opiniões diferentes, questionar e debater ideias sem desrespeitar a fé das pessoas. O respeito não significa concordância, mas sim reconhecimento da dignidade e dos direitos de cada indivíduo. Devemos lembrar que a diversidade religiosa enriquece a nossa sociedade, fornecendo uma variedade de perspectivas, valores e contribuições para o bem comum. Ao aceitar e tolerar as diferentes crenças religiosas, estamos fortalecendo os princípios fundamentais da liberdade e da igualdade. Portanto, é responsabilidade de cada um de nós promover um ambiente de respeito e tolerância em relação à crença religiosa de cada indivíduo. A educação desempenha um papel crucial nesse processo, ensinando as gerações futuras sobre a importância do respeito mútuo e da convivência entre diferentes grupos religiosos. Em suma, acreditar na crença religiosa de cada pessoa é uma base fundamental para a construção de uma sociedade inclusiva e harmoniosa. Ao reconhecer e enfrentar a diversidade religiosa, estamos promovendo a paz, o entendimento e a convivência respeitosa entre todos. Canal Reflexão e Oração. *Respeite a diversidade religiosa.* Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=A0h7kTAbqgM. Acesso em: 10 out. 2023.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 05/04/2024.

religiosa, investigando os desafios ainda existentes nesse aspecto, por meio de debate acerca da pluralidade e inclusão que se alinhasse às competências gerais da BNCC.[162]

Esse segundo exercício proposto também possui relação direta com o tema da presente dissertação, ao buscar investigar os desafios para a promoção de um ambiente escolar pluralista e respeitoso em relação à diversidade religiosa. Ao propor uma reflexão e discussão entre os/as estudantes sobre formas de tornar a escola mais inclusiva e pluralista, o exercício permite identificar na prática escolar os obstáculos e necessidades de aprimoramento para que o Componente Curricular Ensino Religioso e o ambiente educacional como um todo reflitam de fato os ideais de respeito e valorização da diversidade religiosa.

As sugestões e visões compartilhadas pelos estudantes configuram-se em evidências de como a escola pode avançar para consolidar na prática um espaço de formação alinhado aos valores democráticos e de promoção da alteridade, para além da mera tolerância. Isso fornece informações relevantes sobre os desafios enfrentados na escola pesquisada. Esse segundo exercício encontra respaldo na BNCC, documento esse que estabelece, entre as competências gerais a serem desenvolvidas, tais como a valorização e utilização dos conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, bem como o exercício da curiosidade intelectual e da criticidade na observação da realidade.[163]

Ao propor aos/às estudantes uma discussão crítica e propositiva sobre pluralidade e inclusão na escola, esse segundo exercício contribui para o desenvolvimento dessas competências previstas pela BNCC. Dessa forma, vincula-se ao tema da dissertação e às orientações da BNCC, trazendo percepções e sugestões dos/as estudantes que permitirão avaliar os desafios concretos para uma efetiva formação cidadã e o respeito à diversidade religiosa na UMEF pesquisada. Sendo assim, na segunda aula, realizada na terceira semana de setembro, os trabalhos produzidos foram apresentados em sala, pelos/as próprios/as estudantes.

O resultado desse segundo exercício é o que agora se apresenta a seguir, com base nas teorias sobre etnografia. O conjunto de respostas dos estudantes revela percepções valiosas sobre suas visões acerca da promoção do respeito à diversidade religiosa no ambiente escolar. Aplicando uma lente etnográfica, é possível notar que as sugestões trazidas pelos/as estudantes demonstram, de modo geral, uma visão positiva alinhada aos princípios de integração, diálogo e pluralidade curricular para uma educação que acolha a diversidade, conforme preconizado

[162] BRASIL, 2019, p. 439.
[163] BRASIL, 2019, p. 439.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 05/04/2024.

pela Base Nacional Comum Curricular. Isso indica uma compreensão da importância da temática e alinhamento às competências gerais esperadas pelas diretrizes curriculares.

As propostas apresentadas pelos estudantes, como projetos de integração, seminários, discussões nas diferentes componentes curriculares, entre outras ações, mostram a compreensão deles sobre formas de tornar o ambiente escolar mais pluralista e inclusivo no que tange à diversidade religiosa. As respostas apontam avanços em relação a posturas exclusivistas, sinalizando a disposição dos/as estudantes para conhecer mais sobre as fés dos colegas a fim de conviver bem apesar de possuir crenças distintas. Isso revela uma postura promissora.

No entanto, as sugestões tendem a ser genéricas, faltando indicação de problemas e necessidades específicos da realidade da escola investigada. Seria interessante buscar respostas mais críticas e propositivas, que apontem questões concretas e melhorias para lidar com a diversidade religiosa no cotidiano escolar. Embora promissoras, as respostas também revelam o desafio de desenvolver nos estudantes uma perspectiva mais analítica sobre como efetivar o respeito à diversidade na prática, para além do mero discurso pluralista e tolerante.

Nesse sentido, a atividade propiciou reflexões valiosas sobre pluralidade e inclusão, mas ainda há espaço para coletar junto aos estudantes contribuições mais críticas e propositivas que expressem os desafios reais do contexto escolar e indiquem caminhos concretos para melhor convivência e respeito à diversidade religiosa no cotidiano, alinhadas às competências analíticas e propositivas previstas na Base Nacional Comum. Portanto, considera-se que esse exercício obteve resultados parciais, precisando ser aprofundado e direcionado mais especificamente à realidade da escola, a fim de gerar insumos mais ricos para esta pesquisa, sintonizados às competências investigativas e propositivas preconizadas pelas diretrizes curriculares.

Sob a perspectiva das teorias etnográficas, o que se tem aqui é uma análise pertinente das respostas dos/as estudantes quanto à promoção do respeito à diversidade religiosa na escola. A abordagem etnográfica valoriza a descrição densa da realidade a partir da perspectiva dos/as estudantes. Nesse sentido destaca-se que, de modo geral, as sugestões dos/as estudantes demonstram visão positiva alinhada a princípios pluralistas e inclusivos. Isso revela a compreensão deles sobre a temática. Contudo, aplicando o olhar etnográfico, pontua-se acertadamente que faltou aos/as estudantes indicação de problemas e necessidades específicas do contexto escolar investigado. A etnografia busca ir além das generalidades, mergulhando na complexidade do cotidiano dos/as estudantes observados/as.[164]

[164] BORDIN, 2013.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 05/04/2024.

Dessa forma, questiona-se com propriedade o caráter genérico das respostas, apontando a necessidade de gerar contribuições mais críticas e propositivas, que expressem os desafios reais da escola e indiquem melhorias práticas, alinhadas ao preconizado pelas diretrizes curriculares. Assim, a análise demonstra bom uso do instrumental teórico etnográfico, valorizando a visão dos/as participantes, mas também buscando ir além das aparências e discursos, para revelar os significados e contradições que permeiam o cotidiano escolar no que diz respeito ao tema investigado. A aplicação do olhar etnográfico se mostra pertinente e potencialmente frutífera.[165]

Analisando as respostas dos grupos de estudantes sobre formas de promover o respeito à diversidade religiosa na escola, tendo como base a BNCC e o tema da pesquisa, pode-se tecer algumas considerações. Em geral, assim como ocorreu no primeiro exercício, também nesse segundo exercício as respostas demonstram visão positiva, indicando a importância de projetos de integração, debates, diálogo inter-religioso e pluralidade curricular para uma educação que respeite e acolha a diversidade. Isso sinaliza uma compreensão alinhada ao preconizado na BNCC.[166]

Não obstante, os/as estudantes trazem sugestões relevantes sobre como tornar a escola mais pluralista e inclusiva em relação à diversidade religiosa, como projetos de integração, diálogos, seminários, discussões nas diferentes Componentes Curriculares, entre outras ações. Isso demonstra uma compreensão da importância do tema e alinhamento às competências gerais da BNCC. Portanto, entende-se que o conjunto de respostas indica avanços em relação a posturas exclusivistas, mas também sinaliza a necessidade de um olhar mais crítico diante dos desafios reais da diversidade religiosa na escola. Cabe promover competências de investigação e protagonismo dos/as estudantes para melhoria das relações entre diferentes grupos religiosos no ambiente escolar, conforme preconiza a BNCC.[167]

Esse conjunto de respostas alinha-se ao pensamento de Madalena Fernandes, para a qual o Ensino Religioso exerce papel significativo na formação dos/as estudantes, contribuindo para que se tornem comprometidos/as com a qualidade de vida. Valores como justiça, fraternidade, diálogo e respeito pela diversidade, pelos/as desfavorecidos/as, pelas tradições e culturas, são fundamentais para promover a paz, a unidade, a esperança e a solidariedade. Ao ser integrado como parte essencial da formação global, o Ensino Religioso favorece a humanização e a individualização dos/as estudantes, capacitando-os/as a serem protagonistas na construção de

[165] BORDIN, 2013.
[166] BRASIL, 2019, p. 438.
[167] BRASIL, 2019, p. 438.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 05/04/2024.

um mundo novo: mais humano e solidário. Mesmo porque, a finalidade do Ensino Religioso é orientar os/as estudantes para uma dimensão libertadora e não alienante, demonstrando que o saber pode ser utilizado para libertar o ser humano, levando-o a uma ação transformadora.[168]

Contudo, em sentido mais amplo, as respostas tendem a ser genéricas e superficiais. Faltou apontar problemas e necessidades específicos da realidade da escola investigada, trazendo sugestões práticas e objetivas de melhoria. Seria interessante buscar respostas mais críticas e propositivas, que apontem problemas e necessidades específicos da realidade escolar, e sugiram melhorias práticas e objetivas para lidar com a diversidade religiosa no cotidiano. Assim, embora promissoras, as respostas também revelam o desafio de desenvolver nos/as estudantes uma perspectiva mais analítica sobre como efetivar o respeito à diversidade na prática, para além do discurso pluralista e tolerante. Da mesma forma, poderiam ter sido feitos questionamentos mais profundos acerca das situações concretas de preconceito, privilégios religiosos e descumprimento de direitos precisam ser estimulados, o que foi evitado tanto devido a questões metodológicas, quanto para não dar margem ao surgimento de quaisquer mínimos conflitos entre os/as estudantes e demais membros da comunidade escolar.

Novamente recorrendo ao pensamento de Fernandes, entende-se que, pelo prisma contemporâneo, o Componente Curricular Ensino Religioso deve promover nos/as estudantes a esperança e a utopia, incentivando a busca por sociedade justa, humana e solidária, bem como desenvolver neles/as a capacidade de dialogar com as diferenças, em contexto de sociedade simultaneamente plural e desigual. Além disso, visa proporcionar-lhes as condições para buscar o transcendente sem perder de vista o compromisso ético com o ser humano. Busca também fomentar o senso crítico e o discernimento, capacitando-os a interpretar o mundo ao seu redor e a distinguir entre o certo e o errado com base em valores religiosos e humanistas. Por fim, busca promover o engajamento e a militância nas causas que envolvem a luta contra toda forma de opressão, exploração, exclusão, dominação e discriminação.[169]

Embora o exercício tenha propiciado reflexões valiosas sobre pluralidade e inclusão, ainda há que se avançar para coletar junto aos/às estudantes contribuições mais críticas e propositivas, que expressem os desafios reais do contexto escolar e indiquem caminhos concretos para melhor convivência e respeito à diversidade religiosa no cotidiano. Portanto, considera-se que esse exercício obteve resultados parciais, precisando ser aprofundado e direcionado mais especificamente à realidade da escola, para gerar insumos mais ricos para esta

[168] FERNANDES, Madalena. *Afinal, o que é o Ensino Religioso?* Sua identidade própria em contraste com a catequese. São Paulo: Paulus, 2000. p. 30-31.
[169] FERNANDES, 2000, p. 31.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 05/04/2024.

pesquisa, alinhados às competências analíticas e propositivas previstas na BNCC. No entanto, entende-se que isso só seria possível caso houve pesquisa, de caráter permanente, que aferisse a evolução da compreensão dos/as estudantes sobre a importância do Componente Curricular Ensino Religioso.

Frente ao exposto, e tendo aqui, nesse segundo exercício, sido analisada a forma como os/as estudantes da turma A do 9o Ano do Ensino Fundamental, matriculados/as na UMEF Irmã Feliciana Garcia, em Vila Velha (ES), compreendem a construção de uma escola plural, passa-se então, no tópico seguinte, a também expor a visão desses/as mesmos/as estudantes acerca de religião e preconceito, com base na realidade que vivenciam na mencionada escola municipal. É importante ressaltar que a pluralidade religiosa e cultural encontrada nesse ambiente escolar representa uma oportunidade ímpar de promover o respeito, a empatia e a convivência harmoniosa entre pessoas de diferentes origens e crenças. A escola, como espaço de formação cidadã, tem um papel central na desconstrução de estereótipos e no enfrentamento de atitudes preconceituosas que ainda persistem na sociedade. Portanto, é louvável que a pesquisa busque compreender como os jovens estudantes percebem e lidam com essas questões em seu cotidiano, a fim de subsidiar políticas educacionais mais inclusivas e eficazes na promoção da diversidade.

3.2.3 Percepção dos/as estudantes sobre preconceito e intolerância religiosa

Por último, o terceiro exercício se desenvolveu na primeira quinzena de outubro de 2023, dividido em duas aulas, mais uma vez, tendo como público-alvo os/as estudantes da turma A do 9º Ano do Ensino Fundamental, matriculados/as na UMEF Irmã Feliciana Garcia, em Vila Velha (ES), somando 24 (vinte e quatro) participantes, com faixa etária que vai dos 14 (catorze) aos 15 (quinze) anos. Por se entender que as discussões e propostas dos/as estudantes poderiam fornecer insumos essenciais para a presente pesquisa, esse terceiro e último exercício teve como principal objetivo investigar, por meio do ponto de vista dos/as próprios/as estudantes, os desafios que ainda persistem em relação à intolerância religiosa, avaliando como o Ensino Religioso poderia auxiliar mais efetivamente nesse processo, novamente por meio de debate sobre respeito à diversidade e direitos humanos encontra respaldo na BNCC.

Na primeira aula, o/a docente convidou todos/as os/as estudantes para formarem uma roda de debates, por meio da qual inicialmente foram relatados alguns casos de intolerância ou preconceito religioso ocorridos na sociedade em geral e expostos na mídia, conforme mostrado

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 05/04/2024.

PPGPCR Faculdade Unida de Vitória

nas chamadas de notícias a seguir — todas atuais (conforme se vê nas figuras 1, 2 e 3, expostas nas páginas seguintes).

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 05/04/2024.

PPGPCR
Faculdade Unida de Vitória

Figura 1 — Intolerância religiosa cresce no Brasil e preocupa.[170]



Fonte: Guia do Estudante.

Figura 2 — Juiz manda bloquear grupos de Facebook por intolerância religiosa.[171]



Fonte: CONJUR.

Figura 3 — Intolerância religiosa cresce no Rio com casos que remetem à Idade Média.[172]

[170] Disponível em: https://guiadoestudante.abril.com.br/curso-enem/religiao/. Acesso em: 10 out. 2023.
[171] Disponível em: https://www.conjur.com.br/2023-set-01/juiz-manda-bloquear-grupos-facebook-intolerancia-religiosa/. Acesso em: 10 out. 2023.
[172] Disponível em: https://cbn.globoradio.globo.com/media/audio/387136/intolerancia-religiosa-cresce-no-rio-

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 05/04/2024.



Fonte: CBN Globo Rádio.

Depois, o/a docente deixou que os/as próprios/as estudantes debatessem as matérias da mídia entre si. Após esse debate houve socialização das reflexões, com o/a docente fazendo uma síntese, por meio da qual explorou o papel da escola e do Ensino Religioso no combate à intolerância. Por último, ainda na primeira aula, foram formados 06 (seis) grupos, com 04 (quatro) estudantes cada, para produzirem textos, propondo ações para promover mais respeito e acabar com o preconceito religioso na escola e na sociedade. Para tanto, deveriam tentar responder às seguintes questões: a) Por que o preconceito e a intolerância religiosa ainda são problemas na nossa sociedade e escola? b) Como podemos promover mais respeito e entendimento entre pessoas de diferentes religiões e visões de mundo? c) De que forma o Ensino Religioso pode ajudar a combater o preconceito religioso?

Esse terceiro exercício tem relação direta com o tema desta dissertação, pois busca investigar os desafios e obstáculos que o Componente Curricular Ensino Religioso ainda enfrenta na prática pedagógica das escolas públicas. Ao promover discussão entre os/as estudantes sobre intolerância e preconceito religioso, o caso permite captar as percepções dos/as estudantes sobre essas questões, que são obstáculos relevantes para a efetivação de um Ensino Religioso pluralista e respeitoso com a diversidade.

Ao debater as causas da intolerância religiosa e como combatê-la, o terceiro exercício fornece insumos para avaliar se o Componente Curricular Ensino Religioso ministrado na

com-casos-que.htm. Acesso em: 10 out. 2023.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 05/04/2024.

escola tem contribuído de forma satisfatória para reduzir esse problema. As respostas dos/as estudantes ajudam a revelar possíveis contradições ou insuficiências na abordagem desse tema em sala de aula. Dessa forma, o caso ajuda a responder a questão norteadora da pesquisa, identificando entraves existentes para a consolidação de um Componente Curricular Ensino Religioso que também esteja plenamente alinhado aos ideais constitucionais.

O debate proposto também encontra respaldo na BNCC, visto que esse documento preconiza a promoção do respeito à diversidade cultural, religiosa e de visões de mundo, o combate ao preconceito e a valorização da pluralidade de saberes, identidades e culturas. O caso visa desenvolver competências como o diálogo, a empatia e o posicionamento ético diante de situações de intolerância. Pode-se então afirmar que também esse terceiro exercício se encontra alinhado ao tema da dissertação e também à BNCC, contribuindo para a investigação dos desafios do Componente Curricular Ensino Religioso na prática das escolas. E por assim entender, na segunda aula, realizada na segunda semana de outubro, os trabalhos produzidos pelos 06 (seis) grupos de estudantes foram apresentados em sala, por eles/as mesmos/as.

O resultado desse derradeiro exercício é o que se passa agora a expor, também com base em uma perspectiva etnográfica. Mais uma vez o conjunto de respostas dos/as estudantes à atividade proposta em sala de aula fornece *insights* relevantes sobre suas percepções acerca da intolerância religiosa e do papel do Componente Curricular Ensino Religioso. Observa-se nos/as estudantes uma convergência no entendimento de que o preconceito e a intolerância religiosa persistem devido à ignorância, ao desconhecimento e à falta de diálogo entre diferentes grupos religiosos. Isso denota visão crítica e reflexiva por parte dos/as estudantes, condizente com o olhar etnográfico de buscar compreender os significados atribuídos pelos participantes à sua realidade vivida.

As sugestões apresentadas, como promover mais interações, eventos multiculturais, visitas a locais de culto e abordar o tema de forma transversal no currículo, demonstram o potencial da etnografia em captar contribuições valiosas dos/as estudantes para aprimorar seu contexto. Revela-se ainda uma postura propositiva e engajada com a transformação da realidade investigada. Além disso, há expectativa positiva quanto ao papel do Componente Curricular Ensino Religioso em combater o preconceito ao disseminar o conhecimento e o respeito pela diversidade religiosa. Porém, os/as estudantes também apontam que esses problemas persistem, o que pode sinalizar certa deficiência na efetivação prática desse objetivo.

Diante disso, e sob o prisma etnográfico, os/as exercícios aplicados em sala de aula forneceram insumos ricos para compreender as percepções e sugestões dos/as estudantes frente aos desafios da intolerância religiosa no seu contexto vivido. Ao dar voz aos/às estudantes, a

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 05/04/2024.

etnografia se mostra uma abordagem apropriada para investigar essa questão e coletar contribuições para aprimorar as relações entre diferentes grupos religiosos na escola.

A análise apresentada demonstra bom uso das lentes teóricas da etnografia para examinar as opiniões dos/as estudantes acerca da intolerância religiosa e o papel do Componente Curricular Ensino Religioso. Assim, destaca-se com propriedade a convergência nas visões dos/as estudantes quanto às causas da intolerância, denotando reflexividade crítica condizente com a etnografia. Igualmente pertinentes são as considerações sobre o potencial da abordagem etnográfica em captar sugestões valiosas dos participantes e fomentar seu protagonismo na transformação da realidade investigada.

A expectativa positiva dos/as estudantes em relação ao Componente Curricular Ensino Religioso também é corretamente problematizada, apontando possível deficiência na efetivação prática desse objetivo, ressaltando ainda a importância da etnografia em dar voz aos/às estudantes, compreendendo seus significados e percepções do contexto vivido. De modo geral, o trabalho demonstra visão crítica e habilidosa aplicação do ferramental teórico-metodológico da etnografia. Evidencia-se a pertinência dessa abordagem para investigar a questão da intolerância religiosa sob a ótica dos/as estudantes, gerando contribuições para aprimorar as relações entre grupos religiosos diversos no ambiente escolar, por meio de reflexão consistente que se revela alinhada aos pressupostos da etnografia.[173]

Nesse terceiro e último exercício, analisando-se o conjunto das respostas apresentadas pelos grupos de estudantes, percebe-se uma convergência quanto à identificação do preconceito e intolerância religiosa como problemas que precisam ser enfrentados e superados. Esse entendimento se revela corretamente alinhado com a BNCC, documento que defende a valorização da diversidade cultural, étnica e religiosa, bem como a promoção do respeito às diferenças e o combate a toda forma de discriminação.

A visão dos/as estudantes se mostra alinha com a literatura especializada, colocando-se no mesmo sentido do pensamento expresso por Ivanir Santos, Maria Nascimento, Juliana Cavalcanti e Mariana Gino, os quais entendem que a contemporaneidade expõe uma realidade marcada por um crescente fenômeno de intolerância religiosa, frequentemente reportado pela mídia. Nas metrópoles do país, observa-se um aumento significativo de agressões direcionadas a manifestações de fé não alinhadas com a doutrina cristã, em particular aquelas de origem africana. Esses eventos sugerem uma tendência preocupante em direção a um extremismo religioso perigoso na sociedade brasileira.[174]

[173] BORDIN, 2013.
[174] SANTOS, Ivanir dos; NASCIMENTO, Maria das Graças O.; CAVALCANTI, Juliana; GINO, Mariana,

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 05/04/2024.

As sugestões dadas pelos/as estudantes para combater essas questões, como o diálogo aberto, o maior conhecimento e interesse sobre diferentes crenças e manifestações religiosas e o cultivo da empatia, seguem ainda na direção das competências e valores defendidos pela BNCC.[175] Percebe-se ainda, na fala dos/as estudantes, visão majoritariamente positiva sobre o potencial do Ensino Religioso para contribuir no enfrentamento ao preconceito, por meio de seu papel em promover o conhecimento e o respeito sobre a diversidade religiosa existente. Isso denota uma expectativa favorável em relação a esse componente curricular.

Contudo, o fato de a intolerância e o preconceito religioso serem destacados como problemas persistentes na sociedade e no ambiente escolar pode sinalizar que, de uma forma geral, na prática, o Ensino Religioso ainda não esteja sendo totalmente efetivo no combate a essas questões, o que pode significar ainda que haja certo descompasso entre os ideais desse Componente Curricular, pautados pela laicidade, pluralismo e respeito, e sua aplicação concreta no cotidiano das escolas.

Sobre isso, as respostas dos/as estudantes também se alinham à visão mais moderna sobre o tema pois, conforme Vilas-Boas e Pereira, a diversidade religiosa, frequentemente se encontra ameaçada por atos de intolerância, configurando-se como um dos terrenos mais propícios para manifestações de intolerância. Isso se deve ao fato de que tais atitudes estão presentes tanto entre os ateus e seguidores de outras religiões, quanto mesmo entre diferentes vertentes internas de uma mesma crença. A influência predominante do currículo de Ensino Religioso não se limita a fortalecer uma fé específica, mas também a relegar outras expressões ao esquecimento ou à marginalização.[176]

Dessa forma, as respostas dos/as estudantes apontam para a existência de desafios e obstáculos que precisam ser enfrentados para que o Ensino Religioso cumpra plenamente seus objetivos de promover os valores democráticos e o respeito à diversidade religiosa. No entanto, pode-se afirmar que esse resultado corrobora o tema da presente dissertação ao revelar a persistência de entraves à concretização prática dos ideais estabelecidos para esse Componente Curricular. Conforme observado por Salles e Gentilini, a promoção da tolerância religiosa nas escolas tornou-se um dos principais desafios para o sistema educacional brasileiro. Este desafio não se restringe apenas às instituições que oferecem Ensino Religioso, mas também se estende a todas as demais, uma vez que outros componentes curriculares abordam o tema de forma

ALMEIDA, Vitor. *Intolerância religiosa no Brasil*: relatório e balanço. Rio de Janeiro: CEAP, 2016. p. 23.
[175] BRASIL, 2019, p. 438.
[176] VILAS-BOAS, Magda Lúcia; PEREIRA, Otaviano José. Ensino Religioso em questão: uma leitura de dez escolas em Uberaba-MG. *Revista Trilhas Pedagógicas*, v. 8, n. 2, p. 19-34, 2018. p. 26.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 05/04/2024.

transversal. Nas salas de aula, convivem estudantes com diversas crenças religiosas, os quais, sujeitos às dinâmicas do ambiente escolar, enfrentam variadas formas de assédio moral e tortura psicológica relacionadas às suas convicções, seja por parte dos grupos majoritários ou até mesmo por parte dos docentes, para os quais os princípios religiosos muitas vezes se sobrepõem à humanidade.[177]

Após a realização dos exercícios aplicados em sala de aula foi possível obter compreensão mais aprofundada das dinâmicas específicas relacionadas à intolerância religiosa nas escolas. Esses exercícios forneceram *insights* valiosos que contribuíram para a análise geral dos resultados da pesquisa de campo, permitindo avaliação abrangente das questões enfrentadas pelos/as estudantes com diferentes credos religiosos e das práticas que impactam a promoção da tolerância religiosa no ambiente escolar na UMEF Irmã Feliciana Garcia. Diante disso, passa-se agora à avaliação mais detalhada dos resultados apresentados nesses exercícios, de modo que possa também sugerir medidas que contribuam para minimizar os desafios enfrentados por estudantes na UMEF pesquisada.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 05/04/2024.

3.3 Análise geral dos resultados da pesquisa de campo

PPGPCR Faculdade Unida de Vitória

A técnica da observação assistemática foi essencial para a aplicação dos três exercícios apresentados na pesquisa de campo realizada na UMEF Irmã Feliciana Garcia. Isso porque essa modalidade de observação, tal já havia sido enfatizado por Marconi e Lakatos, dispensa planejamento e controle formalizados, baseando-se em experiências casuais nas quais não foram definidos previamente os aspectos a serem observados nem os procedimentos para isso.[178] Dessa forma, a observação assistemática permitiu que esta pesquisadora captasse de modo flexível e aberto as percepções, opiniões e sugestões apresentadas pelos/as estudantes durante os debates e dinâmicas propostos em cada um dos três exercícios. Juntos, a pesquisadora e o/a docente que aplicou os exercícios puderam coletar os dados relevantes à medida que os mesmos emergiam nas interações em sala de aula, sem necessidade de protocolos rígidos ou categorias pré-determinadas.

A etnografia contribuiu de forma relevante para o presente estudo, pois a observação assistemática realizada pela pesquisadora, bem como pelo/a docente que a auxiliou, permitiu captar de modo aberto e flexível as percepções, opiniões e sugestões dos/as estudantes ao longo da pesquisa de campo. A espontaneidade propiciada por essa técnica etnográfica foi essencial

[177] SALLES; GENTILINI, 2018, p. 861.
[178] MARCONI; LAKATOS, 2017, p. 216.

para apreender a visão dos estudantes sobre os desafios do Componente Curricular Ensino Religioso sem a rigidez de protocolos pré-definidos. Dessa forma, a interação direta da pesquisadora com os/as estudantes por meio da observação assistemática possibilitou coletar dados significativos sobre como eles/elas compreendem na prática a efetivação dos ideais democráticos e de respeito à diversidade religiosa preconizados para o Componente Curricular Ensino Religioso.

Baseados nessa observação em contexto real de sala de aula, os três exercícios permitiram identificar importantes percepções, problemas e sugestões dos/as estudantes quanto ao Ensino Religioso. Embora com algumas limitações, os *insights* emergidos dessa interação direta entre a pesquisadora e os/as estudantes foram essenciais para revelar como esses/as atores/atrizes enxergam na prática os desafios de implementação dos princípios estabelecidos para esse Componente Curricular. Portanto, ao possibilitar captar a perspectiva dos/as estudantes por meio da observação em seu contexto natural de sala de aula, a abordagem etnográfica adotada contribuiu substancialmente para que a pesquisa revelasse problemas e necessidades concretas que precisam ser trabalhados para tornar o Ensino Religioso mais condizente com seus ideais democráticos e pluralistas. A etnografia foi, assim, técnica adequada e forneceu resultados empíricos úteis aos propósitos e condições específicas deste estudo.

A espontaneidade propiciada pela observação assistemática foi essencial para apreender a visão dos/as estudantes sobre os desafios do Componente Curricular Ensino Religioso em seu cotidiano escolar. Ao mesmo tempo, a interação com o tema da pesquisa garantia o mínimo de sistematização necessário para que os dados coletados fossem significativos. Embora se reconheça certas limitações dessa técnica, como riscos de distorção ou falta de profundidade nas informações obtidas, no caso específico desses exercícios os resultados parecem ter sido adequados e válidos. As respostas e sugestões dos/as estudantes trouxeram *insights* que permitiram avaliar problemas e necessidades de aprimoramento do Componente Curricular Ensino Religioso. Então, dentro das condições e propósitos da pesquisa realizada, a observação assistemática mostrou-se técnica apropriada e forneceu resultados úteis para os objetivos dos exercícios, revelando percepções e práticas que sinalizam importantes desafios ainda existentes para a efetiva concretização de um Componente Curricular Ensino Religioso laico, democrático e alinhado aos ideais estabelecidos na legislação e documentos educacionais do país.

Uma avaliação geral do tópico 3.2 sugere que os três exercícios apresentados revelam diversos aspectos importantes sobre os desafios enfrentados por estudantes no Ensino Religioso ministrado na escola pesquisada. O primeiro exercício mostra que os/as estudantes têm uma visão majoritariamente positiva sobre o Componente Curricular Ensino Religioso, destacando

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 05/04/2024.

o estudo respeitoso de diversas religiões e a promoção de valores como respeito e convivência pacífica. Isso indica avanços em relação a abordagens confessionais exclusivistas. Porém, falta nos/as estudantes olhar mais crítico sobre como os ideais democráticos e direitos humanos de fato se materializam no componente curricular.

Já o segundo exercício aponta compreensão dos/as estudantes sobre a importância do pluralismo religioso, sugerindo ações para tornar a escola mais inclusiva nesse aspecto. No entanto, falta apontarem problemas e necessidades específicos da realidade escolar, trazendo sugestões mais objetivas de melhoria. As respostas carecem de uma perspectiva analítica sobre como efetivar o respeito à diversidade na prática. Por sua vez, o terceiro exercício mostra visão alinhada dos/as estudantes sobre a intolerância religiosa como problema a ser combatido. Porém, ao destacar sua persistência, sinalizam que o Componente Curricular Ensino Religioso ainda não é totalmente efetivo nesse combate na prática escolar, revelando descompasso entre seus ideais e aplicação concreta.

Em uma visão geral, esses três exercícios aplicados em sala de aula revelam compreensão ainda incipiente dos/as estudantes sobre como transpor os ideais democráticos e o respeito à diversidade religiosa do plano teórico para a realidade escolar. Apesar de avanços, ainda falta aprofundar perspectiva mais crítica e propositiva nos/as estudantes sobre o Ensino Religioso, alinhada às competências analíticas e investigativas preconizadas pela BNCC. Os exercícios contribuem para revelar esses desafios que precisam ser superados por estudantes.

No entanto, para ser justo, é preciso reconhecer que a tarefa de avaliar criticamente o Ensino Religioso não é fácil para estudantes ainda jovens e com pouca maturidade. Os/as estudantes envolvidos/as nesses três exercícios têm entre 13 e 14 anos, o que limita sua capacidade de análise sobre tema tão complexo como este. É compreensível que suas respostas tendam a ser mais superficiais, genéricas e otimistas, sem apontar problemas e necessidades específicos. Não se pode esperar de adolescentes uma avaliação aprofundada, detendo-se em aspectos práticos e propositivos sobre como aprimorar o Componente Curricular. Esse é um desafio que exige certo amadurecimento intelectual e cognitivo. Portanto, embora os exercícios revelem lacunas na formação de um olhar mais crítico nos/as estudantes, isso se deve em parte à pouca idade e inexperiência deles/as.

Ainda assim, com base no que foi sugerido pelos/as estudantes ao longo desses três exercícios, entende que, para minimizar os desafios enfrentados por estudantes na efetivação de um Ensino Religioso alinhado aos ideais estabelecidos pela BNCC, é essencial investir na capacitação adequada e contínua dos/as docentes sobre os fundamentos teóricos e metodológicos desse componente curricular numa perspectiva laica e democrática. Isso lhes

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 05/04/2024.

daria maior segurança no trato pedagógico de questões complexas como o pluralismo religioso e a formação ética. Outro ponto fundamental é a elaboração de material didático que explore de forma contextualizada, plural e dialógica temas relativos ao respeito à diversidade de crenças, promovendo a criticidade e a reflexão dos estudantes sobre essas questões. Maior interdisciplinaridade por meio de projetos que integrem o Ensino Religioso a outras áreas do conhecimento também pode contribuir para sua efetivação. Em termos avaliativos, é importante adotar processos formativos e participativos, baseados no protagonismo dos/as estudantes, e não meros testes memória. Rodas de diálogo para que os estudantes exponham suas percepções sobre o Componente Curricular, palestras com representantes religiosos e clubes de debates sobre temas éticos e sociais contemporâneos são outras estratégias que fomentariam maior engajamento e criticidade dos discentes. O objetivo central é criar ambiente favorável ao florescimento de um Ensino Religioso que reflita na prática os valores democráticos preconizados legalmente.

Para aprimorar o Componente Curricular Ensino Religioso frente aos desafios identificados, é importante investir em medidas nas esferas pedagógica, formativa, dialógica e participativa. Incentivar pesquisas pelos/as estudantes sobre história e diversidade religiosa, com apresentação dos resultados em sala, aumenta seu protagonismo no processo de ensino-aprendizagem. Visitas a diferentes espaços e manifestações religiosas permitem o contato direto com essas práticas. Dramatizações sobre dilemas morais e situações de intolerância, com debate, desenvolvem a criticidade e capacidade argumentativa. A criação de grêmios ou conselhos de estudantes para discutir melhorias no Componente Curricular e na promoção do respeito à diversidade mobiliza os/as estudantes como agentes de transformação. Palestras e cursos sobre diversidade e direitos humanos para funcionários contribuem para maior pluralidade no ambiente escolar. Parcerias com organizações religiosas progressistas também podem ser proveitosas. Concursos valorizando a criatividade discente em temas ligados à diversidade religiosa estimulam o interesse dos/as estudantes. Grupos de estudos docentes sobre práticas inovadoras e interculturais são essenciais. Como se pode observar, diversas ações que envolvam os/as estudantes, dialoguem com a comunidade e aprimorem continuamente os processos pedagógicos podem ajudar a consolidar um Ensino Religioso alinhado ao preconizado na BNCC.

Por meio dos exercícios e da análise dos resultados obtidos na pesquisa de campo realizada na UMEF Irmã Feliciana Garcia, foi possível identificar importantes percepções, desafios e sugestões relacionados à prática do Ensino Religioso. Tendo assim analisado os resultados empíricos desta pesquisa, o próximo e último passo será apresentar as considerações

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 05/04/2024.

finais, destacando os principais achados do estudo, bem como respondendo às indagações inicialmente levantadas.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 05/04/2024.

PPGPCR
Faculdade Unida de Vitória

CONCLUSÃO

Ao longo do referencial teórico o presente estudo abordou o caminho percorrido pelo Ensino Religioso desde a Constituição Federal de 1988 até os dias atuais, discutindo primeiro os problemas enfrentados por esse Componente Curricular para se livrar do viés confessional e adotar o princípio da laicidade como um de seus pilares fundamentais. Em seguida, abordou-se também a busca por base científica no âmbito das Ciências das Religiões, essencial para que o Componente Curricular Ensino Religioso não mais se constituísse em instrumento de proselitismo religioso. Por fim, foi ainda analisado o esforço pela afirmação dos princípios da pluralidade e diversidade, para capacitar o Ensino Religioso a oferecer conhecimentos que contribuam para a diminuição dos conflitos de natureza cultural e religiosa na sociedade brasileira.

A literatura consultada também permitiu discutir os problemas mais comuns à prática pedagógica do/a docente de Ensino Religioso. Inicialmente, debateu-se a formação docente desse Componente Curricular, destacando desafios e lacunas na área. Em seguida foi trazida à luz da discussão acadêmica a persistência de posturas confessionais por parte de docentes, o que fere o princípio da laicidade que deveria reger o Ensino Religioso. Ainda com base em levantamento bibliográfico, foram abordados os conflitos frequentes entre o Ensino Religioso e a comunidade escolar, considerando as distintas perspectivas e os agentes envolvidos, visando trazer dar ênfase às principais tensões, polêmicas e controvérsias que perpassam o cotidiano da prática pedagógica do Componente Curricular Ensino Religioso nas escolas públicas brasileiras.

Cabe aqui também ressaltar que, do ponto de vista metodológico, a etnografia teve grande importância para a realização desta pesquisa, pois possibilitou uma investigação em profundidade da realidade vivenciada em uma unidade escolar específica. Ao realizar exercícios etnográficos como observação participante, conversas informais, análise de documentos, bem como a aplicação de exercícios em sala de aula, na UMEF Irmã Feliciana Garcia, a pesquisa pôde revelar as contradições e obstáculos enfrentados no cotidiano da prática pedagógica do Ensino Religioso. A inserção no contexto escolar concreto por meio de técnicas etnográficas possibilitou captar nuances, detalhes e percepções que elucidam os desafios reais para a efetivação desse Componente Curricular segundo os ideais de laicidade, pluralismo e embasamento científico. Assim, a etnografia foi essencial para ir além da legislação e teorias, trazendo evidências práticas das distâncias entre o previsto e o realizado no Ensino Religioso em uma escola pública brasileira.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 05/04/2024.

Analisando-se os desafios históricos e contemporâneos enfrentados pelo Ensino Religioso nas escolas públicas brasileiras, pode-se afirmar que ainda persistem importantes obstáculos que dificultam a plena efetivação desse Componente Curricular de acordo com os ideais de laicidade, embasamento científico e pluralismo estabelecidos na Constituição Federal de 1988. Respondendo à questão-problema inicialmente apresentada, entende-se que o primeiro grande desafio diz respeito à consolidação do princípio da laicidade na prática do Ensino Religioso. Apesar dos avanços legais, a literatura e os exercícios indicam que atitudes discriminatórias, privilégios a certas religiões e práticas confessionais ainda são comuns em muitas escolas públicas. Isso fere a neutralidade e imparcialidade do Estado em matéria religiosa. Falta maior rigor na formação docente, bem como no monitoramento das práticas pedagógicas para garantir um Componente Curricular Ensino Religioso que de fato respeite a diversidade religiosa brasileira e não imponha nenhuma crença.

Outro problema importante diz respeito à adoção de um viés científico no Ensino Religioso. Ainda que legalmente esse Componente Curricular deva se basear no conhecimento das Ciências da Religião, na prática escolar ele muitas vezes assume caráter confessional, catequético e doutrinário. Faltam materiais didáticos adequados e preparo dos/as docentes para um ensino que explore o fenômeno religioso de forma imparcial, contextualizada e interdisciplinar.

O terceiro grande desafio se refere à promoção efetiva do pluralismo e do respeito à diversidade religiosa. Embora formalmente se reconheça a importância desses valores, o Componente Curricular Ensino Religioso ainda enfrenta dificuldades para lidar pedagogicamente com a multiplicidade de visões de mundo e experiências religiosas presentes na sociedade e nas escolas. Falta preparo dos docentes e maior interlocução com representantes de diferentes tradições religiosas. Portanto, os principais obstáculos enfrentados por estudantes na consolidação de um Ensino Religioso laico, científico e pluralista, de acordo com os ideais democráticos, dizem respeito à efetiva promoção da laicidade estatal, à adoção de bases verdadeiramente científicas e ao ensino que de fato valorize e respeite a diversidade religiosa em todas as suas manifestações. A superação desses desafios envolve aprimorar a formação docente, os materiais didáticos, o diálogo com a comunidade e o monitoramento das práticas pedagógicas nas escolas públicas brasileiras.

Com base nos documentos e exercícios apresentados, pode-se afirmar que a hipótese desta dissertação se confirma, uma vez que foram identificadas significativas distâncias e contradições entre os ideais estabelecidos para o Ensino Religioso após 1988 e o que é efetivamente praticado nas escolas públicas brasileiras. Em relação ao aspecto da laicidade, os

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 05/04/2024.

PPGFCR
Faculdade Unida de Vitória

resultados da pesquisa demonstram que na prática ainda são comuns atitudes discriminatórias, privilégios a certas religiões e abordagens confessionais que ferem a neutralidade estatal em matéria religiosa. Isso sinaliza a persistência de entraves de ordem cultural que impedem a plena consolidação de um Ensino Religioso laico.

Quanto ao embasamento científico, observa-se que o Ensino Religioso muitas vezes assume viés catequético e doutrinário, destoando das bases científicas das Ciências da Religião preconizadas na legislação. Revela-se a carência de materiais didáticos adequados e preparo docente para uma abordagem imparcial e interdisciplinar do fenômeno religioso. No que tange ao pluralismo, os resultados indicam dificuldades do Componente Curricular Ensino Religioso para lidar com a diversidade religiosa na prática escolar, sinalizando falta de preparo dos docentes e interlocução com diferentes tradições religiosas.

A pesquisa mostrou que fica evidente a existência de obstáculos de ordem prática, cultural e pedagógica que ainda impedem a plena consolidação de um Ensino Religioso com as características laicas, científicas e pluralistas almejadas. Confirma-se a defasagem entre as bases legais e teóricas que buscam modernizar esse Componente Curricular e a realidade escolar, marcada por desafios e contradições que dificultam a concretização dos ideais democráticos previstos para o Ensino Religioso após 1988. Dessa forma, a hipótese é validada, uma vez que os resultados da pesquisa documental e empírica revelam a persistência de obstáculos que impedem o Ensino Religioso de assumir integralmente na prática um caráter laico, científico e pluralista, conforme estabelecido legal e teoricamente. Fica evidente a necessidade de enfrentar esses entraves para que esse componente curricular alcance seus objetivos democráticos e inclusivos de forma plena no cotidiano das escolas públicas brasileiras.

Tomando como base a UMEF Irmã Feliciana Garcia, pode-se afirmar que o objetivo geral foi alcançado, pois o presente estudo, por meio de referencial teórico e da investigação prática, conseguiu examinar e revelar os principais desafios e contradições que estudantes enfrentam na prática pedagógica cotidiana do Ensino Religioso. A análise situada a partir dos exercícios trouxe evidências dessas contradições entre os ideais previstos e a realidade escolar. Tem-se assim que a pesquisa foi bem-sucedida em analisar criticamente os obstáculos que ainda precisam ser superados nesse componente curricular para que ele esteja plenamente alinhado aos princípios democráticos e aos direitos humanos, conforme inicialmente proposto.

Contudo, não se pode considerar que esta dissertação encerra a questão. O tema permanece em aberto, pois demanda continuidade nas investigações acadêmicas, incorporando novas variáveis e ampliando o universo de pesquisa. Há muito ainda a explorar para

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 05/04/2024.

PPGPCR Faculdade Unida de Vitória

compreender profundamente os entraves vivenciados pelos/as diferentes agentes escolares e assim subsidiar avanços pedagógicos e políticas públicas nessa área. O fundamental é manter vivo o compromisso com a melhoria da educação brasileira, em busca da formação plena de cidadãos/ãs críticos/as e conscientes de seus direitos e deveres. Somente com perseverança, diálogo e vontade de transformação será possível construir uma escola verdadeiramente democrática e inclusiva. Então, que este seja apenas o ponto de partida para outros estudos que aprofundem o conhecimento e as práticas pedagógicas do Componente Curricular Ensino Religioso.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 05/04/2024.

PPGPCR
Faculdade Unida de Vitória

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Renan Nunes; SOUZA, Bruno Henrique Barbosa de. Desafios do Ensino Religioso em escolas públicas. *Pindorama — Revista Eletrônica Multidisciplinar*, Eunápolis, v. 12, n. 2, p. 120-130, 2021. Disponível em: https://publicacoes.ifba.edu.br/Pindorama/article/view/868. Acesso em: 05 jul. 2023.

AMARAL JÚNIOR, Alberto do. Direitos humanos e a Constituição Brasileira de 1988. In: FISCHMANN, Roseli (org.). Ensino Religioso em escolas públicas: impactos sobre o Estado laico. São Paulo: FAFE/FEUSP/PROSARE, 2008.

AMARAL, Daniela Patti do; OLIVEIRA, Renato José de; SOUZA, Evelin Christine Fonseca de. Argumento para a formação do professor de Ensino Religioso no projeto pedagógico do curso de Ciências das Religiões da UFPB: que docente se pretende formar? *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 98, n. 249, p. 270-292, 2017.

ANDRADE JÚNIOR, Glício Freire de; SOUSA, Karla Samara dos Santos; SOUSA, Joana Dark Andrade de. Ensino público e laicidade: uma análise sobre a frequente inserção das datas comemorativas *religiosas* no currículo escolar. *Revista Diversidade Religiosa*, João Pessoa, v. 6, n. 1, p. 136-151, 2016.

ARAGÃO, Gilbraz; SOUZA, Mailson. Transdisciplinaridade, o campo das ciências da religião e sua aplicação ao Ensino Religioso. *Revista Estudos Teológicos*, São Leopoldo, v. 58, n. 1, p. 42-56, 2018.

ARAÚJO, Raiane Cordeiro de; AMORIM, Ivonete Barreto de. Ensino Religioso e escola pública: o que dizem as pesquisas? *Revista Caminhos*, Goiânia, v. 21, n. 1, p. 261-274, 2023.

BAPTISTA, Paulo Agostinho Nogueira; SIQUEIRA, Giseli do Prado. Ensino Religioso na escola pública brasileira e a questão da laicidade. *Revista Horizontes*, Belo Horizonte, v. 18, n. 55, p. 33-60, 2020.

BERQUIVE, Janete de Aguirre. Refletindo sobre paradigmas. *Revista Científica Eletrônica de Psicologia*, São Paulo, v. 3, n. 5, p. 1-8, 2005. Disponível em: https://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/kD541RZN1s7VeDe_2013-4-30-16-30-19.pdf. Acesso em: 05 jul. 2023.

BORDIN, Francine. Algumas considerações sobre a descrição densa e o trabalho etnográfico e antropológico. *Revista P@rtes*, São Paulo, 2013. Disponível em: https://www.partes.com.br/2013/04/02/algumas-consideracoes-sobre-a-descricao-densa-e-o-trabalho-etnografico-e-antropologico/. Acesso em: 10 jan. 2024.

BRASIL, Taciana. Ensino Religioso no Brasil: da confessionalidade à laicidade? *Revista Ensaio — Avaliação de Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 119, p. 1-23, 2023.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base. Brasília. MEC, 2019. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf. Acesso em: 17 abr. 2023.

CARNEIRO, Rafael Jacson da Silva. Pressupostos do Ensino Religioso na escola. In: MEDEIROS, Janiara de Lima (org.). *Ensino e Educação*: contextos e vivências. Campina

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 05/04/2024.

Grande: Licuri, 2023. p. 237.

CARON, Lurdes. Ensino Religioso: currículo, programas e formação. *Revista Pistis Prax., Teologia e Pastoral*, Curitiba, v. 6, n. 2, p. 627-647, 2014.

CECCHETTI, Élcio. Pode o Ensino Religioso contribuir ao enfrentamento da discriminação, intolerância e racismo na escola? *Revista Eletrônica de Educação*, São Carlos, v. 16, n. 1, p. 1-20, 2022.

COELHO, André Magalhães. A religião como fator de conscientização para o diálogo ético. *Revista Científica Acertte*, Judiaí, v. 3, n. 4, p. 1-9, 2023.

CUNHA, Clera Barbosa; BARBOSA, Cláudia. O Ensino Religioso na escola pública e suas implicações em desenvolver o senso de respeito e tolerância dos alunos em relação aos outros e a si próprios. *Revista Sacrilegens*, Juiz de Fora, v. 8, n. 1, p. 164-181, 2011.

CUNHA, Luiz Antônio. Três décadas de conflitos em torno do ensino público: laico ou religioso? *Revista Educação e Sociedade*, Campinas, v. 39, n. 145, p. 890-907, 2018.

DAMASCENO, Sidney Allessandro da Cunha; POZZER, Adecir. BNCC, Ciências da Religião, didática do Ensino Religioso e fundamentação epistemológica em questão. *Contemporânea — Revista de Ética e Filosofia Política*, v. 3, n. 6, p. 6766-6791, 2023.

DIAS, Cléa Luíza Rosa. Ensino Religioso: relevante Componente Curricular para combater a intolerância étnico-racial e religiosa nas escolas. *Revista Foco*, Curitiba, v. 16, n. 1, p. 1-12, 2023.

DICIO — Dicionário Online de Português. Disponível em: https://www.dicio.com.br/facultativo/. Acesso em: 05 jul. 2023.

DOMINGOS, Marília de Franceschi Neto. Laicidade: o direito à liberdade. *Revista Horizontes*, Belo Horizonte, v. 8, n. 19, p. 53-70, 2010.

DURAN, Norma Maria. As Ciências das Religiões, o Ensino Religioso e sua relação com a cidadania para a educação atual. *Revista Foco*, Curitiba, v. 16, n. 2, p. 1-12, 2023.

FAGUNDES, Norma Carapiá; BURNHAM, Teresinha Fróes. Transdisciplinaridade, multirreferencialidade e currículo. *Revista da FACED*, Salvador, v. 1, n. 5, p. 39-55, 2001.

FERNANDES, Madalena. *Afinal, o que é o Ensino Religioso?* Sua identidade própria em contraste com a catequese. São Paulo: Paulus, 2000.

FERREIRA, Dulce Maria da Silva. *Educação científica de alunos com currículos específicos individuais*: um estudo realizado na Fábrica Centro Ciência Viva. Aveiro: UADE, 2012.

GONZALEZ, Keila; DIAS, Romualdo. O Ensino Religioso na BNCC: o estudo fenômeno religioso na escola pública brasileira. *Revista Temas em Educação*, João Pessoa, v. 31, n. 1, p. 193-212, 2022.

HATZENBERGER, Felipe; WENCZENOVICZ, Janaína. Educação para os direitos humanos e Ensino Religioso: uma perspectiva decolonial. *Revista Educação, Cultura e Sociedade*, Sinop, v. 10, n. 3, p. 295-309, 2020.

HOFFMAN, Greice Divina Ferreira; DIAS JÚNIOR, Antônio Carlos. A dinâmica do currículo oculto na educação dos cursos profissionalizantes. *Revista dos Alunos de Pedagogia*, Nova

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 05/04/2024.

Odessa, v. 1, n. 1, p. 73-84, 2012.

INFOMONEY. *Caderno Desigualdade Social*, 26 abr. 2022. Disponível em: https://www.infomoney.com.br/minhas-financas/classes-d-e-e-continuarao-a-ser-mais-da-metade-da-populacao-ate-2024-projeta-consultoria/. Acesso em: 20 out. 2023.

IROZ, Sônia. Educação em religiosidade: desafios e perspectivas. *Aprender — Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação*, Vitória da Conquista, v. 17, n. 29, p. 184-196, 2023.

JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. Uma ciência como referência: uma conquista para o Ensino Religioso. *REVER — Revista de Estudos da Religião*, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 23-24, 2015.

JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo; FRACARO, Edile Maria. Professor de Ensino Religioso: histórico da formação no contexto brasileiro. *Revista Teocomunicação*, Porto Alegre, v. 40, n. 2, p. 173-191, 2010.

JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo; RODRIGUES, Edile Maria Fracaro. A relação entre a formação do professor e a identidade do Ensino Religioso. *Revista Formação Docente*, Belo Horizonte, v. 5, n. 8, p. 121-135, 2013.

JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo; RODRIGUES, Edile Maria Fracaro; PEROBELLI, Rachel de Morais Borges; GILZ, Claudino. *Revista Educação em Questão*, Natal, v. 30, n. 16, p. 127-141, 2007.

JUNQUEIRA, Sérgio; RODRIGUES, Edile Maria Fracaro. Saberes docentes e concepções do Ensino Religioso. *Revista Estudos de Religião*, São Bernardo do Campo, v. 34, n. 1, p. 155-176, 2020.

LAKATOS, Eva Maria. *Metodologia do trabalho científico*: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científico. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LIBÓRIO, Luiz Alencar; SILVA, Cícero Lopes da. O Ensino Religioso público a partir das mutações da ciência contemporânea. *PARALELLUS — Revista Eletrônica em Ciências da Religião*, Recife, v. 9, n. 22, p. 777-797, 2018.

LIMA, João Paulo Araújo Pimentel; FREITAS, Bianca Nascimento de. Os desafios do Ensino Religioso no contexto de aplicação da base nacional comum curricular. *Jornal de Políticas Educacionais*, Curitiba, v. 14, n. 49, p. 1-21, 2020.

LOURENÇO, Cristina Sílvia Alves; GUEDES, Maurício Sullivan Balhe. O STF e o Ensino Religioso em escolas públicas: pluralismo educacional, laicidade estatal e autonomia individual. *Revista de Investigações Constitucionais*, Curitiba, v. 4, n. 3, p. 145-165, 2017.

MAIA, Ana Cláudia Fróes; SOUSA, Amanda Castelão; TRAJANO, Valéria da Silva. Cenário do Ensino Religioso na educação básica brasileira: uma revisão integrativa. Revista *Educação Popular*, Uberlândia, v. 21, n. 2, p. 219-238, 2022.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos da metodologia científica*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARIANO, Ricardo. Laicidade à brasileira: católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. *Revista Civitas*, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 238-258, 2011.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 05/04/2024.

MAZAREM, Paulo; MARTINS, Orlando. A importância das Ciências da Religião na atualidade. *Revista de Teologia Ad Aeternum*, Lisboa, v. 1, n. 5, p. 48-61, 2023.

MONTERO, Paula. Da liberdade religiosa ao pluralismo: a diversidade como valor no Ensino Religioso Escolar no Paraná. *Revista Horizonte Antropológico*, Porto Alegre, v. 29, n. 65, p. 1-36, 2023.

MÜLLER, Tânia Mara Pedroso; COSTA, Ana dos Anjos Santos. Laicidade e religiões de matrizes africanas na escola: percepções docentes. *Laplage em Revista*, Sorocaba, v. 2, n. 3, p. 23-37, 2016.

NOGUEIRA, Sandra Vidal; ULRICH, Claudete Beise; SILVA, Edson dos Anjos. Ensino Religioso plural na Educação Básica: uma área do conhecimento humano em consolidação. *Revista Caminhos*, Goiânia, v. 18, n. 1, p. 28-44, 2020.

OLIVEIRA, Amurabi. Etnografia e pesquisa educacional a partir da Antropologia interpretativa. *Revista Eletrônica de Educação*, São Carlos, v. 14, n. 1, p. 1-12, 2020. Disponível em: https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/2795. Acesso em: 15 jan. 2024.

OLIVEIRA, Elizabeth de Souza; LUCINI, Marizete. O pensamento decolonial: conceitos para pensar uma prática de pesquisa de resistência. *Revista Boletim Historiar*, Aracaju, v. 8, n. 1, p. 97-115, 2021.

PASSOS, João Décio. Epistemologia do Ensino Religioso: do ensino à ciência, da ciência ao ensino. *REVER — Revista de Estudos da Religião*, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 26-44, 2015.

RIBEIRO, Cláudio de Oliveira; ARAGÃO, Gilbraz; PANASIEWICZ, Roberlei (orgs.). *Dicionário do pluralismo religioso*. São Paulo: Recriar, 2020.

RIBEIRO, Márcio Henrique da Silva. Experiência pedagógica sobre pluralidade religiosa. *PqTEO — Revista Pesquisas em Teologia*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 124-143, 2023.

ROCHA, Paschoal Silvares Baptista Gomes da; LIMA, Marco Aurelio Brasil. Proselitismo religioso: um direito inconveniente. *Revista Brasileira de Direitos e Garantias Fundamentais*, Salvador, v. 4, n.1, p. 112-130, 2018.

RODRIGUES, Edile Maria Fracaro; GILZ, Claudino; JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. Cultura material escolar e Ensino Religioso: um caminho para a formação do professor de Ensino Religioso. *Revista Diálogo Educional*, Curitiba, v. 9, n. 26, p. 181-195, 2009.

RODRIGUES, Edile Maria Fracaro; JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo; VOSGERAU, Dilmeire Sant'Ana Ramos. Em riscos e rabiscos: concepções de Ensino Religioso dos docentes do Ensino Fundamental do Estado do Paraná. *REVER — Revista de Estudos da Religião*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 19-44, 2009.

RODRIGUES, Edile Maria Fracaro; PEROBELLI, Rachel de Morais Borges; JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. O caráter pedagógico e epistemológico do Ensino Religioso. *Revista Religare*, João Pessoa, v. 8, n. 2, p. 181-192, 2011.

RODRIGUES, Elisa. Ensino Religioso: um campo de aplicação da Ciência da Religião. *Revista Horizonte*, Belo Horizonte, v. 18, n. 55, p. 77-105, 2020.

RODRIGUES, Elisa. Formação de professores(as) para o Ensino Religioso reflexivo:

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 05/04/2024.

perspectivas a partir da BNCC e das DCNs para licenciaturas em Ciências da Religião. *Revista Em Aberto*, Brasília, v. 35, n. 114, p. 39-60, 2022.

RODRIGUES, Elisa. Questões epistemológicas do Ensino Religioso: uma proposta a partir da Ciência da Religião. Revista Interações — Cultura e Comunidade, Belo Horizonte, v. 8, n. 14, p. 230-241, 2013. Disponível em: http://periodicos.pucminas.br/index.php/interacoes/article/view/6375. Acesso em: 18 abr. 2023.

RODRIGUES, Elisa; SARTO, Giovanna. Ensino Religioso para a autonomia: notas sobre religiosidade, educação e diversidade. *Aprender — Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação*, Vitória da Conquista, v. 17, n. 29, p. 27-46, 2023.

SALLES, Walter; GENTILINI, Maria Augusta. Desafios do Ensino Religioso em um mundo secular. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 48, n. 169, p. 856-875, 2018.

SANTANA, Elaine Lima. *Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) no ensino de geografia nos anos finais do Ensino Fundamental*. Lajeado: UNIVATES, 2018.

SANTOS, Anyla Laíse; ARAÚJO, Gerliane Rocha de; CUNHA, Kátia Silva; BAZANTE, Tânia Maria Goretti Donato. As temáticas identidade, cultura e diferença nas práticas pedagógicas à luz da BNCC e do currículo de Pernambuco. *Revista Currículo & Docência*, Recife, v. 2, n. 2, p. 102-118, 2020.

SANTOS, Ivanir dos; NASCIMENTO, Maria das Graças O.; CAVALCANTI, Juliana; GINO, Mariana, ALMEIDA, Vitor. *Intolerância religiosa no Brasil*: relatório e balanço. Rio de Janeiro: CEAP, 2016.

SANTOS, Márcia de Abreu. A atuação do pedagogo na disciplina de Ensino Religioso nas escolas públicas. *Revista Foco*, Curitiba, v. 16, n. 5, p. 1-8, 2012.

SANTOS, Marinalda. Base Nacional Comum Curricular: desafios e implicações para o Ensino Religioso. *Revista Espaço do Currículo*, João Pessoa, v. 8, n. 3, p. 293-305, 2015.

SANTOS, Rodrigo Oliveira dos. Ciência da religião aplicada ao Ensino Religioso, p. 161-182. In: STERN, Fábio; COSTA, Matheus Oliva da (orgs.). *Ciência da Religião Aplicada*: ensaios pela autonomia e aplicação profissional. Porto Alegre: Editora Fi, 2018.

SANTOS, Rodrigo Oliveira dos; JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. Ciência da religião aplicada no currículo do Ensino Religioso do estado do Pará. *Revista Religare*, João Pessoa, v. 15, n. 1, p. 97-126, 2018.

SARAIVA, Alessandro Macêdo; FARIAS, Isabel Maria Sabino de. Professores de Ensino Religioso: estudo exploratório sobre sua atuação profissional. *Ensino Em Re-Vista*, Uberlândia, v. 28, p. 1-24, 2021.

SAUCEDO, Kellys Regina Rodio. Docência do Ensino Religioso: ciência e religião na formação de professores. *Revista Eletrônica Pesquiseduca*, Santos, v. 5, n. 10, p. 244-261, 2013. Disponível em: https://periodicos.unisantos.br/pesquiseduca/article/view/260. Acesso em: 05 jul. 2023.

SILES, Alexandre Augusto; IWASHITA, Pedro. O dogma e sua colaboração dentro de uma perspectiva para a vida eclesial. *Revista Fragmentos de Cultura*, Goiânia, v. 26, n. 4, p. 649-659, 2016.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 05/04/2024.

PPGPCR Faculdade Unida de Vitória

SILVA, Ana Maria de Souza e; CASTRO, Raimundo Márcio Mota de. O Ensino Religioso e a cultura escolar: um encontro histórico-social para a formação dos sujeitos. *Revista Educere Et Educare*, Cascavel, v. 17, n. 44, p. 168-197, 2022.

SILVA, Andressa Martins e; BAPTISTA, Paulo Agostinho Nogueira. A ADI 4.439/2010 sobre o Ensino Religioso: análise dos equívocos e desconhecimentos. *Revista da Faculdade de Direito do Sul de Minas*, Pouso Alegre, v. 38, n. 2, p. 1-19, 2022.

SILVA, José Carlos da. O Currículo e o Ensino Religioso na BNCC: reflexões e perspectivas. *Revista Pedagógica*, Chapecó, v. 20, n. 44, p. 57-65, 2018.

SILVA, Luís Gustavo Teixeira da. Laicidade do Estado: dimensões analítico-conceituais e suas estruturas normativas de funcionamento. Revista Sociologias, Porto Alegre, v. 21, n. 51, p. 278-304, 2019.

SILVA, Rubens Dornelas da; ROSSETO, Selma Correia. Educar para a tolerância religiosa nas escolas públicas: um desafio para o Componente Curricular de Ensino Religioso frente às tradições religiosas afro-brasileiras. *Research, Society and Development*, Vargem Grande Paulista, v. 11, n. 11, p. 1-8, 2022.

SILVEIRA, Emerson Sena da. Estado laico, Ensino Religioso e intolerância: os desafios da educação pública. *Revista Educação, Escola & Sociedade*, Montes Claros, v. 14, n. 16, p. 1-25, 2021.

SIQUEIRA, Rosângela da Silva. A pluralidade religiosa e os desafios na educação escolar: escuta e diálogo no contexto do Ensino Religioso, p. 91-106. In: REIS, Marcos Vinicius de Freitas; JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo; SANTOS, Fernanda Cristina da Encarnação dos (orgs.). *Ensino Religioso*: um espaço para o laico. Rio Branco: Nepan, 2020.

SOARES, Afonso Maria Ligorio; STIGAR, Robson. Perspectivas para o Ensino Religioso: a Ciência da Religião como novo paradigma. *REVER — Revista de Estudos da Religião*, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 137-152, 2016.

SOUSA MARTINS, Nathália Ferreira de. A diversidade religiosa e a laicidade no Brasil: questões sobre o Ensino Religioso Escolar. *Revista Sacrilegens*, Juiz de Fora, v. 14, n. 1, p. 110-124, 2017.

SOUSA MARTINS, Nathália Ferreira de; RODRIGUES, Elisa. Aspectos teóricos e didáticos da formação do professor de Ensino Religioso: perspectivas à luz da(s) Ciência(s) da(s) Religião(ões) e da Base Nacional Comum Curricular. *Revista Caminhando*, São Bernardo do Campo, v. 23, n. 2, p. 137-150, 2018.

SOUZA, Alexandra Adir Jessuíno Bermudes. Ensino Religioso: contribuição das Ciências das Religiões e trajetória. *Último Andar — Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião*, São Paulo, v. 26, n. 41, 2023.

STIGAR, Robson. As diversas concepções de Ensino Religioso no Brasil. *Revista Kerygma — Centro Universitário Adventista de São Paulo (UNASP)*, Engenheiro Coelho, v. 12, n. 2, p. 41-72, 2015.

TAVARES, Aureliana; BARREIRO, Ana Maria. O papel do educador na sociedade pós-moderna. *RPGE — Revista Online de Política e Gestão Educacional*, Araraquara, v. 21, n. 2, p. 1228-1238, 2017. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/10162. Acesso em: 05 mai. 2024.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 05/04/2024.

TELES, Tayson Ribeiro. Política de cotas do Ensino Superior brasileiro: uma análise percuciente *in faciem* do princípio constitucional da igualdade. *Constituição, Economia e Desenvolvimento: Revista da Academia Brasileira de Direito Constitucional*, Curitiba, v. 7, n. 12, p. 233-255, 2015. Disponível em: http://br44.teste.website/~abdco790/index.php/ABDConts1/article/view/90. Acesso em: 05 jul. 2023.

TORRES, Mônica Moreira; RIBEIRO, Antônio Lopes. Formação de professores para o Ensino Religioso: diálogos e reflexões. *Revista Caminhos*, Goiânia, v. 19, n. 3, p. 714-728, 2021.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) — adotada e proclamada pela resolução 217 A (III), da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em 10 de dezembro de 1948. Brasília (DF): Representação da UNESCO no Brasil, 1998.

VALENTE, José Fábio Bentes; LIRA NETO, Luís Jorge; OLIVEIRA, Marlon Anderson de. Ciência da religião aplicada: experiências pedagógicas e a formação de docentes no estado do Amazonas. *REVER — Revista de Estudos da Religião*, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 89-105, 2022.

VERDUGO, M. V. S. Diversidade e Ensino Religioso. In: JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo; BRADENBURG, Laude Erandi; KLEIN, Remi (orgs.). *Compêndio do Ensino Religioso*. São Leopoldo: Sinodal; Petrópolis: Vozes, 2017.

VIANA, Anny Ramos. ADI 4439 — Estado e fé: o binômio laicidade estatal/consagração da liberdade religiosa ante a natureza confessional assentada ao Ensino Religioso nas escolas públicas de Ensino Fundamental. Revista Lex Humana, Rio de Janeiro, v. 15, n.1, p. 147-166, 2023.

VILAS-BOAS, Magda Lúcia; PEREIRA, Otaviano José. Ensino Religioso em questão: uma leitura de dez escolas em Uberaba-MG. *Revista Trilhas Pedagógicas*, v. 8, n. 2, p. 19-34, 2018.

VILAS-BOAS, Magda Lúcia; PEREIRA, Otaviano José. Práticas plurais no Ensino Religioso na escola brasileira: da questão republicana a um novo *Ethos* da formação de professores. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v. 8, n. 4, p. 27942-27960, 2022.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 05/04/2024.

PPGER
Faculdade Unida de Vitória

ANEXO A — AUTORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DE PESQUISA DE CAMPO EM ESCOLA DA REDE MUNICIPAL DE VILA VELHA (ES)

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 05/04/2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Declaração

Declaramos para os devidos fins que a funcionária estatutária Andréa Monick Freitas Perez, contrato 9991093, atua nesta unidade pública de ensino de Vila Velha como PC-Coordenadora do turno vespertino, desde o ano de 2016, e excepcionalmente no ano de 2023 como mestranda regularmente matriculada sob registro de número 3059235 no Programa de Mestrado Profissinal em Ciências das Religiões da Faculdade Unida de Vitoria, tendo como orientador o professor doutor: Graham Gerald McGeoch. Dissertação de título "Ensino Religioso na Unidade Municipal de Ensino Fundamental (UMEF) Irmã Feliciana Garcia da rede municipal de Vila Velha (ES): desafios enfrentados por estudantes".

UMEF "IRMÃ FELICIANA GARCIA"
Ato de Criação - Dec. Nº 059/86 do 10/06/1986 - Aprovação Res. CME Nº 10/05 de 19/04/2006 - Denominação Decr. Nº 039/86 de 19/04/2006
Rua Ipê, s/n - Ilha dos Aires
Vila Velha/ES - Tel.: (27) 3239-61[illegible]

Mestranda

Sandra Campos Ferreira
DIRETORA
Portaria 037/2023

Direção

Vila Velha, 02 de Maio de 2024.

ANEXO B — OFÍCIO DE AUTORIAZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DE PESQUISA DE CAMPO — FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 05/04/2024.

Faculdade Unida de Vitória
Mestrado - Renovação de Reconhecimento
Portaria nº 543, de 16/06/2020 - DOU de 17/06/2020
Doutorado – Portaria de Reconhecimento
Portaria nº 516, de 13/07/2021 - DOU de 14/07/2021

Declaração

Declaro para os devidos fins que a professora regente do componente curricular Ensino Religioso: Michele Frederica Michelin Cauz de Souza oportunizou a observação de algumas de suas aulas no período de Agosto a Outubro de 2023, onde a funcionária estatutária Andréa Monick Freitas Perez, contrato 9991093, atua como PC-Coordenadora do turno vespertino, como mestranda regularmente matriculada sob registro de número 3059235 no Programa de Mestrado Profissional em Ciências das Religiões da Faculdade Unida de Vitória, tendo como orientador o professor doutor: Graham Gerald McGeoch. Dissertação de título "Ensino Religioso nas escolas da rede municipal de Vila Velha (ES): desafios enfrentados por estudantes.

Mestranda

Professor regente

Vila Velha, 04 de Dezembro de 2023